



FUNDAÇÃO
renova

RELATO DE ATIVIDADES 2016



MANIFESTO FUNDAÇÃO RENOVA

Nossa história é recomeço. Vem do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, nossa razão de existir. Dessa grande tragédia, surgiram três grandes desafios: escala, tempo e conhecimento. Não há parâmetros, referências ou respostas fáceis. Essa é a realidade da Fundação Renova.

Acreditamos que nenhum desafio pode ser vencido sem o auxílio de uma palavra: juntos. O diálogo nos une e viabiliza a construção coletiva do futuro. No encontro, cada parte se torna mais forte. Nosso papel, de alguma maneira, é esse: promover o encontro e as conexões. De passado, presente e futuro. De pessoas, iniciativas e instituições. De competências, vontades e visões. Todos convergindo para um mesmo lugar, que nos move e nos dá sentido. Dos encontros, certamente, nascerão as soluções que, muitas vezes, ninguém imagina possíveis.

Entre o desejo e a meta, nossa jornada será feita de:

- Capacidade de enfrentar as adversidades e mudar de rota, sempre que isso se fizer necessário.
- Conflitos de ideias e pontos de discordância, porque diante da complexidade não existe apenas uma única resposta possível.
- Entre as diversas possibilidades, espaço para errar e acertar. E entre um e outro, a humildade do aprendizado.

Nossa palavra tem força de compromisso. Conosco, com as comunidades e com a sociedade. Por isso, todo verbo se torna ação. E toda ação acontece em um espaço de tempo e de vida.

Pessoas e comunidades, nos comprometemos a reconhecer, cuidar e respeitar. Onde for necessário reconstruir e prover infraestrutura, iremos inovar, desenvolver e preservar. A terra e a água seguirão o único caminho possível: o de restaurar, produzir e conservar.

E cada passo será dado com respeito às diversidades, com abertura para ouvir e falar, com transparência para mostrar e integridade em cada agir.

Que nossos erros sirvam de lição para o que pode ser evitado. Nossos acertos de inspiração para muito mais que possa ser realizado.

E nossas conquistas, que serão de toda a sociedade, não signifiquem linha de chegada, mas um novo começo, porque a vida é continuidade.

Uma fundação só nasce se houver uma razão única de existir: cumprir uma missão de interesse da sociedade. E não há propósito de interesse comum se não houver pessoas compartilhando uma mesma vontade. Por isso, a Fundação Renova estará sempre de portas abertas para quem quiser fazer, o agora, o futuro. Juntos.

UMA HISTÓRIA CONTADA POR MUITAS VOZES

Como contar a história da reparação dos impactos do rompimento da barragem de Fundão? Como tornar o processo de relato mais acessível a todos os públicos? Como trazer as diferentes verdades de diferentes pessoas? Como materializar essa história emocionante e de tanto trabalho? Esses foram alguns dos questionamentos que nos fizemos ao receber a missão de construir nosso primeiro relato de atividades.

Decidimos retratar da forma mais realista possível o atual estágio do processo de recuperação dos impactos do rompimento da barragem de Fundão. Adotamos uma abordagem que envolveu uma escuta atenta e um diálogo profundo com as pessoas. Também procuramos apresentar com representação gráfica alguns assuntos complexos para facilitar a compreensão de todos. Aliamos a um projeto gráfico inspirado em ícones regionais, para gerar conexão com a realidade retratada, tornar a leitura mais fluida e as mensagens mais compreensíveis.

Nossas informações se concentram nas atividades já assumidas pela Fundação Renova a partir de sua criação, sem aprofundar nas ações emergenciais, que foram conduzidas pela Samarco, imediatamente após o rompimento. Os dados financeiros englobam o período de tempo entre a criação da fundação, em 30 de junho de 2016, e o dia 31 de dezembro. Já a descrição dos 42 programas, que serão apresentados a seguir, traz informações atualizadas até março de 2017, uma vez que uma série deles ainda se encontra em fase de definição de ações e de aprovação dentro do sistema de governança da fundação.

Este relato representa o que acreditamos – verdade, trabalho, envolvimento e construção conjunta. Afinal, essa história não é nossa, e sim de cada um que a viveu.

Nossos agradecimentos pela contribuição de todos.

Boa leitura!

ROBERTO SILVA WAACK
Diretor-presidente da Fundação Renova

Bento Rodrigues, primeira localidade impactada pelo rompimento da Barragem de Fundão



Arquivo Renova

O QUE NOS MOVE? O AGORA. O FUTURO. JUNTOS.

O dia 5 de novembro de 2015 mudou a vida de muita gente em Minas Gerais e no Espírito Santo. Seu Zezim ouviu a gritaria e saiu de casa com sua esposa, Dona Maria, apenas com a roupa do corpo, minutos antes da lama da barragem de Fundão tomar conta e levar a parte baixa do distrito de Bento Rodrigues, em Mariana. Mais adiante, no curso do rio Gualaxo do Norte, Marcinho soube da notícia pelo primo e tocou o gado para uma área mais alta. Lá ficou até escutar, já noite alta, a barulheira da destruição da vila de Paracatu, perto de onde morava. De madrugada, o comerciante Rômulo ouviu o som que parecia “um urso numa caverna” e viu ondas de lama chegarem a Barra Longa pelo rio do Carmo. Dias depois, a produtora rural Edilene, na região de Ipatinga, já no vale do rio Doce, desesperou-se ao ver que não teria água para irrigar a sua roça. Mesmo sentimento de Simião, pescador de Povoação, perto de Linhares, no Espírito Santo, quando percebeu que ficaria por algum tempo sem tirar peixes e sustento do rio.

São milhares de pessoas impactadas por esse trágico acontecimento. E nós, da Fundação Renova, temos contato diário com essas famílias e comunidades. Procuramos alcançar a extensão das suas dores. Há um desejo que une todos os atingidos: retomar a vida e o trabalho da forma mais próxima possível daquela de antes do rompimento da barragem. Nós entendemos que essa é também uma oportunidade para tornar a região um exemplo de recuperação e de um modo de vida sustentável. Deixar esse legado é o nosso sonho.

É o que nos move.

Definitivamente, é uma tarefa complexa, com muitas ações que se completam. Nosso foco está mudando das atividades emergenciais, como a moradia provisória aos desabrigados, para a execução das soluções definitivas, que aliam reassentamento, saúde, educação e cultura. Também trabalhamos para recuperar os rios e as áreas rurais, retomando as atividades de sustento das pessoas, combinando o trabalho de cada um com a conservação do meio ambiente.

Estamos lidando com impactos únicos e complexos. Temos consciência para assumir que estamos atuando na fronteira do conhecimento, ou seja, com temas que são desafiadores para a própria ciência. Sabemos que não temos respostas prontas para muitos dos desafios que temos de resolver. Essas soluções têm de ser criadas em conjunto com as pessoas envolvidas e com a ajuda de especialistas, que já temos mobilizado. O engajamento e a participação de todos são as ferramentas para a construção de um futuro melhor para toda a região afetada. Por isso, convidamos a participar desta jornada todos aqueles que se identificam, como nós, com a grande oportunidade que temos em nossas mãos.

Bem-vindo ao primeiro Relato de Atividades da Fundação Renova.

Árvore atingida pela lama
no Distrito de Paracatu,
em Mariana

MENSAGENS



CONSELHO CURADOR

O que aconteceu tirou vidas, afetou inúmeras famílias e gerou efeitos de toda natureza.

Ao mesmo tempo em que temos de lamentar o imenso impacto, devemos ter o equilíbrio necessário para transformar esse enorme problema em uma solução que vá além de somente recuperar as áreas e restabelecer a vida das pessoas afetadas.

O nosso trabalho deve ter como meta conjugar o processo de recuperação com um projeto de desenvolvimento econômico e social da região afetada, cujo resultado final seja um legado no qual esse território se restabeleça em condições melhores do que antes do rompimento.

No ano de 2016, muito foi feito, mas temos a humildade necessária para reconhecer que estamos em um

processo de construção de longo prazo, e muito ainda precisa ser melhorado. Sabemos também que essa evolução deve ser obtida em perfeita harmonia com a comunidade, focando na melhoria de vida das pessoas.

Como integrantes do Conselho Curador da Fundação Renova, conclamamos a todos que participam desse processo e que apoiam essa causa que se juntem a nós nessa visão de alçar a qualidade de vida de todo o território, de Mariana a foz do rio Doce, a um novo patamar.

Wilson Nélio Brumer
Presidente do Conselho Curador

CONSELHO CONSULTIVO

Ao Conselho Consultivo caberá a responsabilidade de ser a voz da sociedade na governança da Fundação Renova. Enorme tarefa, se levada em conta a gama de impactos e possibilidades da missão a ela colocada, a ser necessariamente cumprida com ações de múltiplas naturezas e envergaduras.

A composição do conselho deverá refletir não somente os interesses das comunidades e dos proprietários diretamente afetados como também os de comunidades com interesses menos evidentes à primeira vista. Os Conselhos de Bacias Hidrográficas assumirão um importante papel, considerando sua capilaridade decorrente de programas na recuperação de nascentes, recuperação de vegetação ciliar, saneamento, eficiência hídrica na agricultura e outros. A representação da comunidade acadêmica será uma dessas, pois muito

do conhecimento para o que se tem feito e será feito nos programas de recuperação das áreas atingidas pela ruptura da Barragem de Fundão se caracteriza pelo ineditismo, seja pela natureza, seja pela escala das ações.

Em seu processo de constituição, o Conselho Consultivo demandará esforço considerável das entidades e comunidades representadas e da equipe da Fundação Renova, tendo os conselheiros como elos. A primeira tarefa será estabelecer formas de garantir o cumprimento de seu papel de representação e encaminhamento de recomendações ao Conselho Curador. Conhecer permanentemente o que se fará de relevante, interpretar as demandas dos representados e dialogar com as instâncias executivas e deliberativas da fundação serão seus desafios permanentes.

Cláudio Bruzzi Boechat
Coordenador do Conselho Consultivo

MENSAGENS



EMPRESAS MINERADORAS

A reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG), em novembro de 2015, é objetivo de alta prioridade para as empresas mantenedoras da Fundação Renova. Sentimos muito por todo o ocorrido e continuamos engajados para garantir que agiremos corretamente e de acordo com as leis brasileiras, no sentido de remediar o meio ambiente e compensar a todos que sofreram impactos.

Os primeiros esforços realizados pela Samarco após o acidente, apoiados pelas suas acionistas, mantiveram o foco em fornecer assistência imediata à população afetada e foram conduzidos por equipes técnicas, que ofereceram acomodações às famílias e água potável para as localidades que tinham o rio Doce como fonte de abastecimento, resgataram e abrigaram animais, reconstruíram pontes e desobstruíram estradas. Em menos de uma semana após o trágico evento, as crianças puderam retornar às escolas.

Um importante passo em busca da recuperação e da realização de compensações, em médio e longo prazos, foi a assinatura do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado entre a Samarco, a Vale e a BHP Brasil, o Governo Federal e os governos estaduais de Minas Gerais e do Espírito

Santo e vários outros órgãos públicos e agências ambientais, em março de 2016. Como determinado pelo TTAC, a Fundação Renova foi criada com a missão de implementar e gerir os programas de remediação e compensação, evitando atrasos na reparação do meio ambiente e das populações impactadas, causados pela judicialização na resolução de problemas.

Estamos plenamente confiantes de que o caminho que percorremos é o caminho certo. A complexidade das ações realizadas pela Renova, o nível de interação com autoridades públicas e a sociedade civil e a longa duração de alguns de nossos programas só poderiam ser alcançados por uma organização que tenha competência social e técnica para manter o foco nestes objetivos e garantir que haja recursos financeiros para realizá-los

Não podemos mudar o passado ou trazer de volta tudo aquilo que foi perdido, mas o trabalho primordial da Fundação Renova demonstra que será possível restaurar o meio ambiente, reconstruir comunidades e implantar programas que produzirão benefícios duradouros em todo o Vale do Rio Doce.

Samarco, Vale e BHP

MENSAGENS



COMITÊ INTERFEDERATIVO

As consequências ambientais, sociais e econômicas de um evento como o rompimento da Barragem de Fundão demandarão a adoção de ações continuadas pelos próximos anos. É consenso entre as organizações envolvidas que as medidas de contenção, reparação, recuperação e compensação são urgentes, complexas e, por isso, precisam ser disciplinadas. Esse disciplinamento tem sido construído de forma cooperativa e inovadora por meio do Comitê Interfederativo – CIF e das Câmaras Técnicas Permanentes que o assessoram. Criado pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, o CIF surge como alternativa de arranjo interinstitucional e interfederativo que permite a ação coordenada dos envolvidos, cada um com suas competências e responsabilidades, muitas vezes sobrepostas e que precisam ser coordenadas na busca por soluções que se somem e não sejam conflitantes.

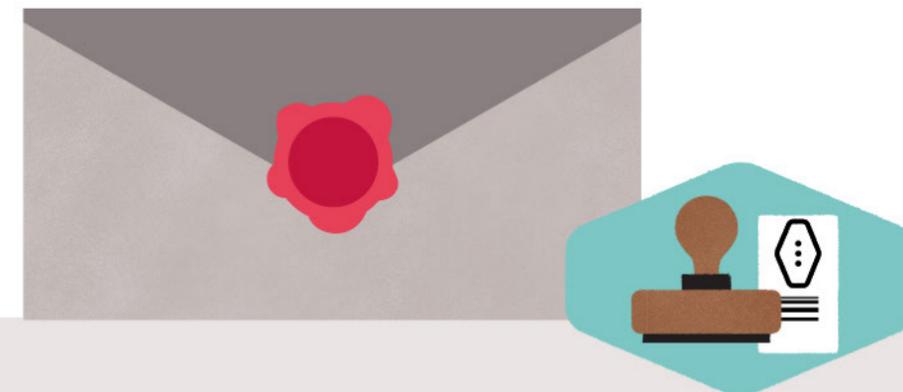
Já as Câmaras Técnicas, responsáveis por orientar e acompanhar a execução de programas que reúnem as ações de cunho reparatório e compensatório definidas no TTAC, fornecem espaço apropriado para a participação e as discussões entre especialistas, em busca de soluções adequadas à magnitude dos problemas decorrentes do evento.

Frente a essa responsabilidade e aos anseios da sociedade, cabe aos órgãos federais, estaduais e municipais participantes do CIF e das Câmaras Técnicas seguir com a excelência necessária na missão de zelar pelo cumprimento dos compromissos firmados no TTAC e dos respectivos programas. Nesse esforço gigantesco, ganha destaque a interação entre o CIF e suas Câmaras Técnicas e a Fundação Renova, criada especificamente para implementar os programas previstos no TTAC. Acredito que a estrutura de governança criada pelo TTAC, que inclui a Fundação como principal agente operador das decisões emanadas do CIF, é inovadora e apresenta potencial de assegurar efetividade às múltiplas ações associadas aos referidos programas, sejam na área ambiental propriamente dita, sejam na área social.

Temos todos um enorme desafio pela frente!

Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo
Presidente do Ibama e do Comitê Interfederativo - CIF

MENSAGENS



MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS

Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações de Belo Horizonte

A criação da Fundação Renova é uma solução inédita no país, pensada no âmbito de uma ação judicial em que a União, o estado de Minas Gerais e o estado do Espírito Santo buscavam reparação de um evento danoso de grande proporção, no caso, o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana.

A magnitude do desastre fez com que a proposta de instituição de uma fundação de direito privado para conduzir as ações de reparação enfrentasse muitos questionamentos e frentes de oposição, sob a argumentação de que seria um escudo protetivo para as empresas responsáveis pelo evento.

Ao entendimento de que a fundação estava sendo criada para fim de recuperação dos danos decorrentes do rompimento da barragem e não para suceder as instituidoras em eventual obrigação reparatória, sendo a suficiência do

patrimônio inicial analisado não sob a premissa da reparação integral, mas em cotejo com os fins propostos, a Promotoria de Fundações de Belo Horizonte autorizou a instituição da Fundação Renova, por meio da Resolução PTFBH no 16/2016, de 30 de junho de 2016.

A Fundação Renova é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e operacional, criada para ser o braço executivo das empresas mineradoras, que não possuem a expertise necessária para recuperar os impactos causados pelo rompimento da barragem. A Fundação Renova nasceu com propósitos audaciosos: gerir e executar 42 programas socioeconômicos e socioambientais. Pesa sob seus dirigentes e sob os órgãos de controle a grande responsabilidade de potencializar o proveito social resultante de tal iniciativa.

Depois de um processo lento de transição, a fundação agora está assumindo a plenitude desses programas de recuperação e tem total autonomia para imprimir o seu ritmo à execução dos mesmos, contando com o dinamismo, a flexibilidade e, sobretudo, a transparência, próprios do terceiro setor, buscando o envolvimento dos segmentos que foram afetados. Acreditamos que a Fundação Renova tem condições de executar mais rápido, com melhor qualidade e com menor custo os programas propostos e, assim, apresentar resultados mais satisfatórios para a sociedade.

O Ministério Público formulou sugestões pontuais em relação aos atos constitutivos da Fundação Renova, visando ao aprimoramento dos mecanismos de controle – inclusive social – e à assegurar a autonomia administrativa diante das instituidoras. Concluído o

procedimento de constituição da entidade, mas ainda na fase de estruturação, o Ministério Público vem averiguando o cumprimento do compromisso de dotação patrimonial assumido pelas instituidoras, bem como a composição dos órgãos estatutários.

Na visão da Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações de Belo Horizonte, a Fundação Renova se apresenta como oportunidade de conferir tratamento resolutivo à tutela coletiva, objetivo que somente será plenamente alcançado com a efetiva participação de todos os atores envolvidos no processo e das comunidades atingidas pela tragédia.

Valma Leite da Cunha
Promotora de Justiça

Marcelo de Oliveira Costa
Promotor de Justiça

CONHEÇA A FUNDAÇÃO RENOVA

EM



PERGUNTAS



1

QUAL A OBRIGAÇÃO DA FUNDAÇÃO RENOVA?

Nossa missão é reconstruir, restaurar e reparar todos os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, buscando o desenvolvimento social, econômico e ambiental das regiões impactadas. Nossas obrigações estão escritas no compromisso que o governo e as empresas Samarco, Vale e BHP assinaram em 2 de março de 2016, o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC). A Fundação Renova nasceu alguns meses depois, em 30 de junho de 2016, e iniciou suas atividades em 2 de agosto de 2016. A partir de então passou a assumir o conhecimento e o controle dos 42 programas definidos no TTAC, cada um com uma temática. Importante destacar que o TTAC prevê 41 programas de reparação e compensação. Porém, com o desenvolvimento dos trabalhos, um dos programas foi desmembrado em dois, para uma gestão mais específica e eficiente. Com isso, trabalhamos hoje com 42 programas sob a gestão da Fundação Renova, como será detalhado ao longo desse Relato.

2

O QUE É O TTAC?

É o termo no qual a Samarco, Vale e BHP se comprometem a financiar a recuperação dos danos causados. Assinam também o governo federal, os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, e uma série de Institutos, agências e fundações estatais, que regulam tecnicamente aspectos sociais e ambientais impactados pelo **rompimento**.

*Leia mais
na página 16*

3

A FUNDAÇÃO RENOVA É DA SAMARCO?

Não. A Fundação Renova é uma organização com uma finalidade social. No caso, recuperar os impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

A Samarco e também suas acionistas, Vale e a BHP, firmaram um compromisso com os governos federal, de Minas Gerais e do Espírito Santo, em que assumem custear todos os trabalhos de recuperação.

A fundação foi criada para implementar os programas de reconstrução, restauração e reparação, utilizando o patrimônio formado pelas **dotações financeiras** feitas pelas empresas ano a ano, conforme determinado na escritura pública de constituição e no TTAC, e executar todos os projetos de remediação e compensação. As empresas são, portanto, mantenedoras da fundação. Dessa forma, a Fundação Renova não tem qualquer vínculo com o rompimento da barragem e tampouco representa as empresas (Samarco, Vale e BHP).

*Veja capítulo
Dados financeiros
na página 77*

4

PARA QUEM A FUNDAÇÃO RESPONDE ENTÃO?

A Fundação Renova é fiscalizada diretamente pela Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações do Ministério Público de Minas Gerais, em Belo Horizonte, que cuida dos interesses da sociedade. Além disso, ainda existe o Comitê Interfederativo (CIF), órgão do qual fazem parte o governo federal, os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, os municípios de Mariana, Rio Doce e Linhares e instituições públicas especializadas: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Agência Nacional das Águas (Ana); Fundação Nacional do Índio (Funai) e Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Em Minas Gerais: Instituto Estadual De Florestas (IEF); Instituto Mineiro de Gestão de Águas (Igam); Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam). No Espírito Santo: Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema); Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf); e Agência Estadual de Recursos Hídricos (Agerh).

O Comitê funciona como uma instância de interlocução permanente da fundação, acompanhando e **monitorando os seus resultados**, sem prejuízo das competências legais dos órgãos reguladores.

*Conheça a
governança da Fundação
Renova na página 23*

5

E COMO AS PESSOAS DAS COMUNIDADES ATINGIDAS SÃO OUIDAS E PARTICIPAM DAS DECISÕES?

De várias maneiras: todos os programas de recuperação começam com uma definição do que deve ser feito, e procuramos ouvir os envolvidos nesse momento: comunidade, ONGs locais, especialistas e órgãos reguladores, entre outras partes interessadas. Esse é um processo ainda em desenvolvimento, que buscamos melhorar com a **prática diária**. Temos um princípio: qualquer solução só será efetiva e melhorará a vida da região se for feita em conjunto com as pessoas.

Leia mais em [Envolvimento e participação](#) na página 38

6

COMO É POSSÍVEL ENTRAR EM CONTATO COM A FUNDAÇÃO RENOVA?

De várias maneiras.
Escolha qual a melhor para você:

TELEFONE — 0800 031 2303
EMAIL — faleconosco@fundacaorenova.org
WEBSITE — www.fundacaorenova.org/fale-conosco
OUVIDORIA — 0800 721 0717
ouvidoria@fundacaorenova.org
www.canalconfidencial.com.br/fundacaorenova

 www.instagram.com/fundacaorenova/
 www.facebook.com/fundacaorenova
 www.youtube.com/fundacaorenova
 plus.google.com/+FundacaorenovaOrg
 www.linkedin.com/company/fundação-renova



Centros de Informações e Atendimento:

MINAS GERAIS

AIMORÉS

Av. Doutor Américo Martins da Costa, 13, Loja 3, Centro

BARRA LONGA

Rua Matias Barbosa, 14, Centro

CACHOEIRA ESCURA

Rua Monteiro Lobato, 557, Alex Muller, Distrito de Belo Oriente

GOVERNADOR VALADARES

Rua Barão do Rio Branco, 480, Sala 601, Edifício Work Center, Centro

MARIANA

Av. Bom Jesus, 195, Centro

PEDRA CORRIDA

Av. Francisco Silveira Filho, 287, Casa A, Distrito de Periquito

RESPLENDOR

Rua Moraes de Carvalho, 831, Sala 4, Centro

NOVO SOBERBO

Rua Maranhão, 06, Distrito de Santa Cruz do Escalvado

TUMIRITINGA

Av. Amazonas, 980, Centro

ESPÍRITO SANTO

BAIXO GUANDU

Rua Madame Albertina Holz, 165, Loja 4, Comercial Teles

COLATINA

Avenida Getúlio Vargas, 500, Colatina Shopping, Sala 812, Centro

LINHARES

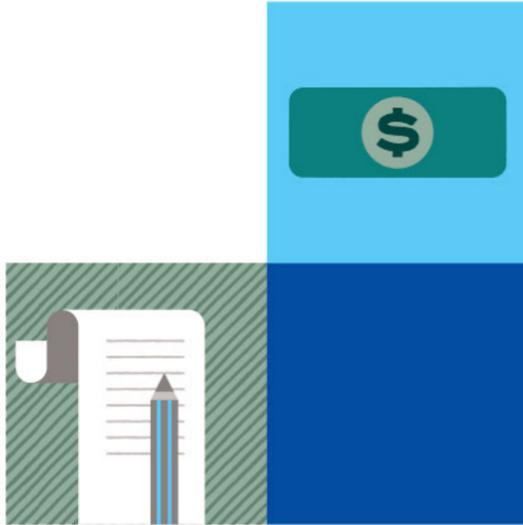
Av. Presidente Getúlio Vargas, 1.220, Sala 315, Torre A, Centro

REGÊNCIA

Rua Lídio de Oliveira, 3, Loja 2

O TAMANHO DO DESAFIO

CONHEÇA A EXTENSÃO DOS IMPACTOS, AS DIFERENTES CARACTERÍSTICAS DAS REGIÕES AFETADAS E AS PRINCIPAIS SOLUÇÕES QUE PRECISAMOS DESENVOLVER EM CONJUNTO COM A SOCIEDADE:



Cadastrar e indenizar todos os impactados



Estimular a maior **participação das comunidades** nas tomadas de decisão e comunicar de forma eficiente com toda a sociedade

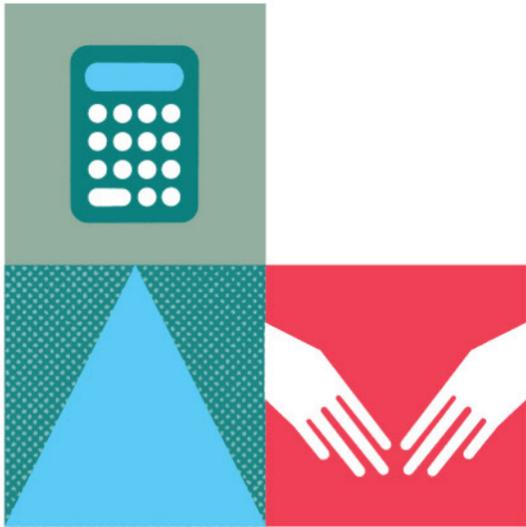


Aprovar projetos, obter licenciamento e **iniciar as obras de reassentamento**. Hoje, as pessoas que perderam suas casas estão em moradias provisórias escolhidas por elas



Endereçar questões de **saúde física e mental** decorrentes dos impactos do rompimento

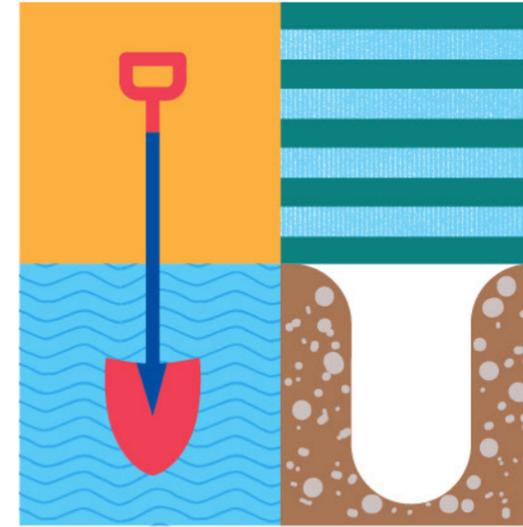
O TAMANHO DO DESAFIO



Reestabelecer as condições para **retomada das atividades sociais e econômicas** ao longo do rio



Promover diálogo e criar plano de ação em conjunto com os povos indígenas



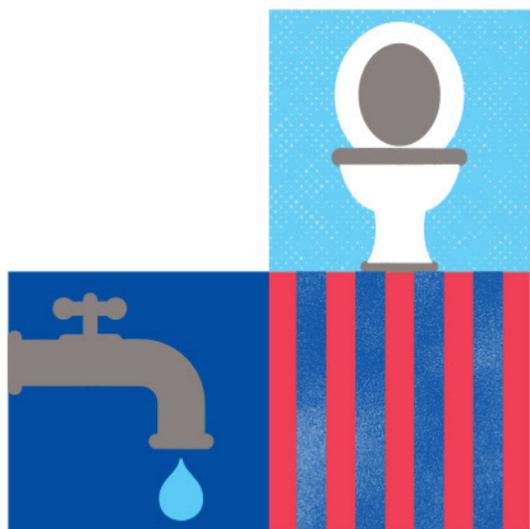
Gerar uma solução para **39,2 milhões** de m³ de rejeitos* que saíram da propriedade da Samarco



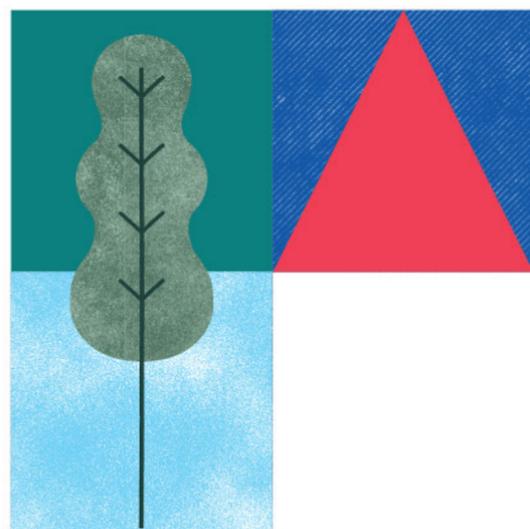
Mitigar impacto de **18,9 milhões** de m³ de rejeitos* que seguiram o fluxo dos cursos d'água a partir da Barragem de Candonga nos 537 quilômetros até a foz do Rio Doce. Implementar solução definitiva para contenção desse rejeito

* Fonte: Golder, 2016. Avaliação dos Impactos no Meio Físico Resultantes do Rompimento da Barragem de Fundão

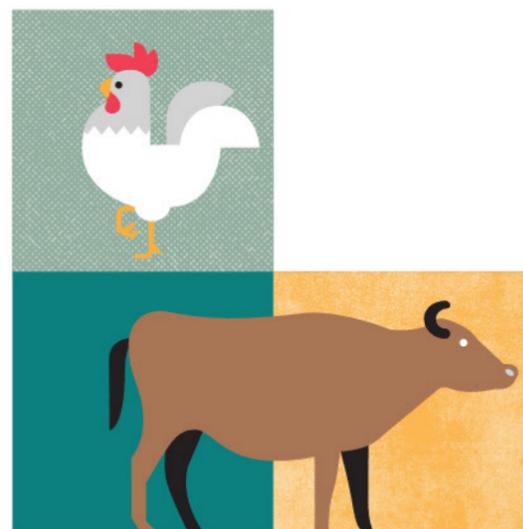
O TAMANHO DO DESAFIO



Articular o planejamento integrado de **tratamento de água e saneamento básico** com os municípios impactados



Definir conceito e iniciar implementação do processo de **restauração florestal**



Planejar destino de **1.006 animais** de pequeno e grande porte resgatados



Desenvolver e implementar plano detalhado de recuperação social e ambiental para:

650 quilômetros impactados entre Minas Gerais e Espírito Santo

Cerca de **15 mil** famílias diretamente impactadas

40 municípios atingidos

737 pessoas identificadas inicialmente que perderam suas casas, em Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira

TRÊS REGIÕES COM DIFERENTES IMPACTOS

O ROMPIMENTO DA BARRAGEM GEROU IMPACTOS DISTINTOS EM CADA REGIÃO. ENTENDA COMO OS MORADORES SENTIRAM AS CONSEQUÊNCIAS DA CHEGADA DA LAMA, AO LONGO DE CADA TRECHO:



Paracatu de Baixo

REGIÃO DA BARRAGEM

Nos primeiros 113 quilômetros até a usina hidrelétrica Risoleta Neves, estão as pequenas comunidades diretamente impactadas. Algumas foram parcialmente ou totalmente destruídas, como Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo (distritos de Mariana) e o município de Barra Longa (sua sede e o distrito de Gesteira). Nelas, as famílias tiveram de ser removidas, a atividade produtiva foi muito comprometida e há uma grande necessidade de apoio.



Governador Valadares

REGIÃO DO RIO DOCE EM MINAS GERAIS

É a região mais extensa impactada, com quase 400 quilômetros, onde estão as cidades com populações maiores, como Governador Valadares (263 mil habitantes), Ipatinga (240 mil), Caratinga (85 mil) e Timóteo (81 mil).

Nesse trecho, houve comprometimento do abastecimento de água e a interrupção de atividades econômicas ligadas ao rio Doce. Quem mais sentiu foram pescadores, agricultores, areeiros, comerciantes e trabalhadores ligados a atividades turísticas.



Foz do Rio Doce

REGIÃO DO RIO DOCE NO ESPÍRITO SANTO

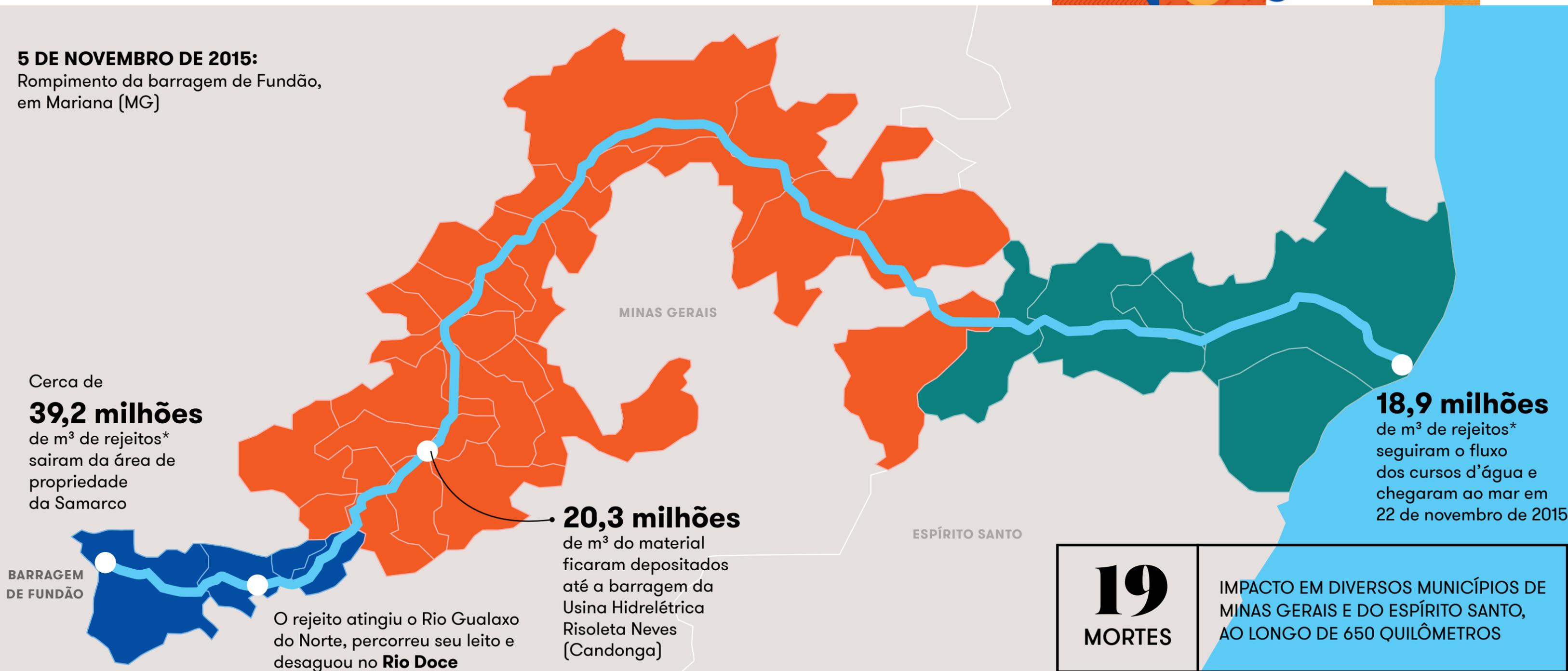
Neste último trecho de cerca de 150 quilômetros, há um número menor de cidades, mas em geral muito populosas, como Linhares (141 mil) e Colatina (111 mil). Os efeitos foram concentrados na interrupção de atividades econômicas de pescadores, pequenos produtores rurais e comerciantes ligados ao turismo.

O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO



5 DE NOVEMBRO DE 2015:

Rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG)



UMA REALIDADE, MUITAS VERDADES

“SAÍ CORRENDO COM MINHA MOTO, A BERENICE, PARA AVISAR OS MORADORES”

Quando aconteceu o rompimento da barragem, eu estava no viveiro de mudas da Samarco. Eu era prestadora de serviço. Ouvimos uns barulhos que pareciam de avião, helicóptero, não sei, um som estranho. Aí alguém ligou o rádio da caminhonete e começamos a ouvir as pessoas apavoradas gritando sobre a barragem. Saí correndo com minha moto, a Berenice, para avisar os moradores de Bento. Não sabia se meu filho, João Pedro, estava em casa. Fui gritando e buzinando pelas ruas. Acabou a gasolina, eu desci e fui correndo e avisando todos. Ninguém duvidou, as pessoas saíram de suas casas avisando o pessoal. Não tinha ideia de que um tsunami de lama estava invadindo nossa área. Achava que era a água do rio que estava se espalhando e depois voltaríamos para limpar nossas casas. Só quando cheguei na parte alta que me dei conta da tragédia. Ali encontrei meus pais, meu filho e vizinhos. Ninguém quis dormir. Todo mundo praticamente passou velando Bento Rodrigues à noite.

A complexidade dos efeitos do rompimento da barragem faz com que tenhamos de aceitar e conviver com múltiplas perspectivas sobre, por exemplo, quais ações são as mais urgentes ou como devem ser implementadas. Muitas vezes, essas perspectivas são contraditórias, mas todas representam algum aspecto que deve ser considerado pelo trabalho da fundação.



PAULA GERALDO ALVES
37 anos, que alertou vários
moradores de Bento Rodrigues e
salvou muitas vidas

UMA REALIDADE, MUITAS VERDADES

“EU NÃO CHEGUEI NEM A RECLAMAR, E O PESSOAL JÁ SE ANTECIPOU PARA ME ESCUTAR.”

“Eu tinha resolvido viver uma vida de sitiante, estava animado, tinha contratado um caseiro para trabalhar aqui. Mas aí veio o acidente com a barragem e a lama chegou na minha propriedade até a porteira. Fiquei desanimado na época, disposto a vender o sítio. Agora estou animado de novo. As obras que paralisei na época eu retomei. Eu diria que depois da Fundação Renova melhorou bastante, todos aqueles itens que eu reclamei em novembro de 2015, que estavam parados, começaram a dar vazão. Um dia desse eu ia fazer uma reclamação e quando foi no outro dia cedo recebi uma ligação da Renova, perguntando se eu estava tendo algum problema com a obra na minha propriedade. Eu não cheguei nem a reclamar e o pessoal já se antecipou para me escutar.”



JOSÉ COELHO FARIA
*sitiante de Paracatu que teve sua
propriedade impactada pela lama*



UMA REALIDADE, MUITAS VERDADES

“OS ATINGIDOS NÃO RECONHECEM A FUNDAÇÃO RENOVA”

Faço parte da comissão dos atingidos e sou editor-chefe do *A Sirene*. O jornal tem esse nome em razão da sirene que não tocou em lugar nenhum no dia do rompimento, podendo salvar vidas. Existe um movimento aqui chamado “um minuto de sirene” desde os primeiros dias após o 5 de novembro, no lugar de “um minuto de silêncio”. Acho que a Renova usa de palavras e termos jurídicos muito difíceis de o pessoal entender. Isso dificulta o diálogo. Na verdade, tudo o que conseguimos foi através do judicial e não do diálogo, porque não há confiança nessa relação. Os atingidos não reconhecem a Fundação Renova, não aceitam a fundação para a negociação. O causador de tudo foi a Samarco. Então é ela que deveria assumir todo o processo, na visão de alguns. Eu entendo que poderia ter sido feita sim a fundação, mas com participação e o aval dos atingidos. Para nós, a fundação não tem representatividade, embora ela seja reconhecida juridicamente.

Na época de sua criação, disseram que o trâmite seria mais fácil. Mas não é assim que acontece. Eles estão lidando com gente da roça, com pessoas que dão muito valor à honestidade e à palavra. Trabalho com todas as comunidades e vejo muito pessimismo do pessoal em relação ao futuro. Há o trauma de ter perdido tudo, a indiferença, o alto grau de discriminação na cidade. Na escola, os meninos são chamados de pé de lama. No princípio, o acolhimento foi maravilhoso. Com o passar do tempo, o pessoal começou a ser culpado pela paralisação da Samarco. Há grupos na cidade que instigam esse preconceito. Tem gente que não tem coragem de ir com cartão de auxílio no mercado porque é discriminado na hora de ir para o caixa. Acho que a parte mais difícil de toda essa história nem é o reassentamento, que vai acontecer daqui dois, três anos. A minha pergunta é: será que eles vão aguentar viver em Mariana por esse tempo?



Ricardo Correa

MILTON MANUEL DE SENA
faz parte da comissão dos atingidos pela barragem e é editor-chefe do jornal A Sirene, que retrata a realidade dos impactados

UMA REALIDADE, MUITAS VERDADES

“O MEU SONHO É VOLTAR A PESCAR, MAS ESPERANÇA EU NÃO TENHO”

Peguei a profissão de pescadora do meu pai, assim como acontece em outras famílias. A comunidade sempre viveu essencialmente da pesca. A gente nunca pensou em viver sem o rio, isso nunca passou pela nossa cabeça. O pessoal do Diálogo [da Fundação Renova] está sempre aqui, mas as demandas da colônia nunca são resolvidas. Cada hora é uma história diferente. Eles sempre falam nos 40 projetos para a recuperação do meio ambiente, mas não vejo ninguém resolver nada. Acho que a fundação deveria olhar com mais atenção para os impactados, pensar num projeto para as pessoas se ocuparem. Antes as pessoas tinham trabalho e isso foi arrancado delas. O meu sonho é voltar a pescar, mas esperança eu não tenho, não. O rio até pode voltar ao que era, mas vai ficar para sempre a dúvida de se o peixe está contaminado ou não.



Alexandre Battibugli

MONIQUE RODRIGUES DOS SANTOS

30 anos, pertence à colônia de pescadores de Mascarenhas, em Baixo Guandu (ES).



UMA REALIDADE, MUITAS VERDADES

“BARRA LONGA JÁ MELHOROU DEMAIS E VAI FICAR MAIS BONITA”

A gente estava acostumado com enchente. Moro aqui há 70 anos, então, o céu estava estrelado, sem chuva e não acreditei quando disseram que ia chegar. Lá de madrugada, acordei com o barulho diferente e fui para a ponte ver a lama vindo. Depois, teve muito movimento aqui. O pessoal da Fundação trata a gente muito bem. Às vezes, demora porque não depende deles. E Barra Longa já melhorou demais - a pracinha é um espetáculo, e vai ficar mais bonita. Pessoal que vem de fora comenta. Há pouco tempo, teve uma procissão e o pessoal logo tirou o olho da santa e ficou admirando a cidade.



Arquivo pessoal

RAIMUNDO FERNANDES
morador de Barra Longa, que já começa a enxergar os resultados do trabalho da Fundação Renova

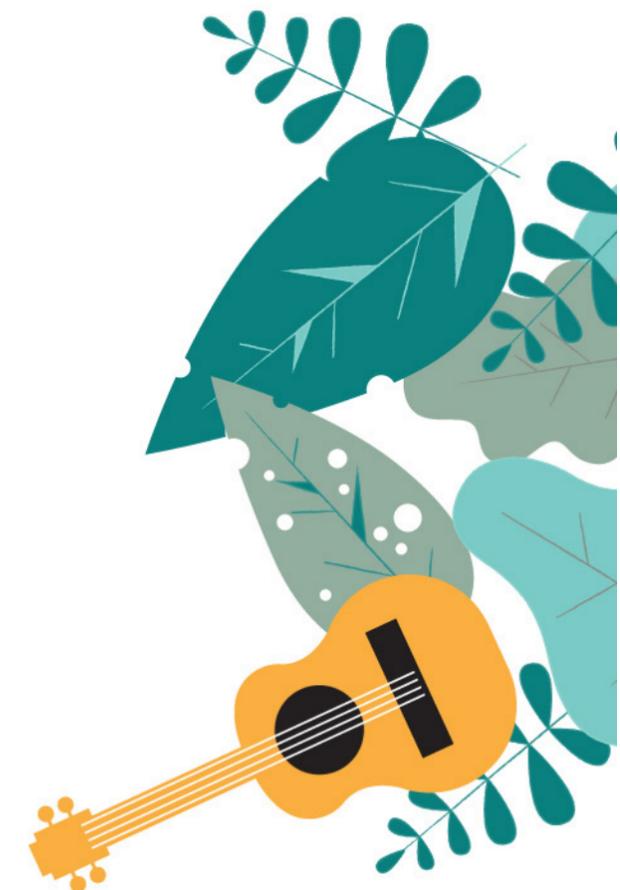


Ricardo Correa

JOSÉ DO NASCIMENTO DE JESUS
71 anos, conhecido como Zezim, integrante da Associação de Moradores de Bento Rodrigues e da Comissão dos Atingidos por Barragens

“SEI QUE AINDA VOU VOLTAR PARA O MEU LUGAR”

Fugi usando apenas uma bermuda e chinelo de dedo e carregando o celular. Só vimos a lama derrubando tudo aquilo que demorei 30 anos para construir. Vivia cuidando de galinhas, vacas e porcos, fazendo horta. E tocando viola e violão no Trio Maravilha e no coral da igreja. Sou aposentado, mas me criei na roça, sem luxo. Eu não vejo a hora do novo Bento ficar pronto. A previsão é para 2019, mas algo me diz que vamos mudar em 2018. As coisas estavam lentas porque tudo que depende do governo demora. Mas depois que a comunidade chegou a um consenso sobre o projeto, a criança que estava engatinhando agora vai andar. A maioria está como eu, doidinho para voltar. Bento vai ficar bonito, com saneamento básico, educação, posto policial e praça com coreto. O bom é você sair, caminhar e saber que vai voltar para sua casa de origem.



UMA REALIDADE, MUITAS VERDADES



LEONARDO DEPTULSKI
Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce), durante o workshop sobre pesca organizado pela Fundação Renova.



Vídeo Renova

“HOJE TEMOS UM PLANO QUE CUMPRIDO À RISCA PODE MUDAR AS CONDIÇÕES DE VIDA NA BACIA DO DOCE”

A gente está precisando de respostas imediatas. Os pescadores tiveram suas vidas duramente atingidas com o desastre, e nós precisamos pensar com carinho em como buscar alternativas de sustento nesse período em que não é possível o retorno à pesca. Sempre acreditei no TTAC como um caminho melhor que a judicialização. Hoje temos um plano de trabalho para os próximos 15 anos a partir das demandas que foram verificadas na Bacia do Rio Doce, pensando no que é reparação, compensação, mitigação. Um plano que tem começo, meio e fim, com medidas socioambientais e socioeconômicas que, cumpridas à risca nos próximos 15 anos, vão mudar as condições de vida, não só na calha do Doce, mas em toda a Bacia. Temos que ser persistentes, não podemos arrefecer depois de quatro, cinco anos, para que de fato a gente tenha um rio muito melhor do que era antes do acidente, pois a Bacia já estava muito degradada.

“POSSIVELMENTE, ESTAMOS TRABALHANDO EM UM DOS MAIORES PROJETOS DE RECUPERAÇÃO DE ÁGUA DO PLANETA”

A catástrofe foi tão grande e o vale do rio Doce já era tão degradado, que a expectativa com relação à Fundação Renova era muito alta. A nossa esperança é que num futuro próximo possa haver a aceleração na recuperação das nascentes e das matas ciliares, que farão o filtro de chegada de todos os resíduos minerais em direção ao rio, aumentarão o fluxo de água para lavar a calha e, assim, permitirão a recuperação ambiental do rio. É um processo de longo prazo e que precisa ampliar a escala. É possível que estejamos trabalhando em um dos maiores projetos de recuperação de água do planeta. A experiência do vale do rio Doce poderá ser usada em outras regiões do Brasil e no mundo inteiro. Com os recursos e a proposta da Fundação Renova, a capacidade de execução do Instituto Terra e a colaboração dos proprietários rurais podemos recuperar o vale do rio Doce em 20 a 30 anos. E será o início de uma nova vida para o rio Doce.



Arthur Nobre

SEBASTIÃO SALGADO
co-fundador do Instituto Terra, instituição parceira da Fundação Renova na recuperação de nascentes

GOVERNANÇA

TODOS PARTICIPAM DAS DECISÕES

As atividades e soluções propostas e executadas pela Fundação Renova seguem um processo de envolvimento, participação e construção conjunta com diversos públicos interessados: população atingida, especialistas e agentes públicos – estes últimos, como representantes da sociedade.

O passo a passo da tomada de decisão



Procuramos dialogar com os envolvidos para definir o que fazer: até março, foram 918 reuniões, oficinas, reuniões com comunidades ou com lideranças e assembleias (quando há votação) com as populações atingidas – cerca de 130 encontros por mês desde o início da operação da fundação.



As ações são levadas para discussão em Câmaras Técnicas e no Comitê Interfederativo para então serem aprovadas internamente na fundação.



Todo o processo de decisão tem o acompanhamento do Ministério Público de Fundações.

SOCIEDADE



COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF)

Órgãos públicos, representando a sociedade, acompanham, monitoram e fiscalizam os resultados da Renova

10 CÂMARAS TÉCNICAS

- Organização social e auxílio emergencial
- Reconstrução e recuperação de infraestrutura
- Comunicação, participação, diálogo e controle social
- Economia e inovação
- Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais
- Restauração florestal e produção de água
- Saúde, educação, cultura, lazer e informação
- Gestão dos rejeitos e segurança ambiental
- Conservação e biodiversidade
- Segurança hídrica e qualidade da água



CONSELHO CURADOR

Composto por membros indicados pelos mantenedores e CIF, zela pelo cumprimento dos objetivos da Renova



CONSELHO CONSULTIVO

É a voz da sociedade sobre o formato e o andamento dos programas



CONSELHO FISCAL

Controla e garante o uso adequado do recurso financeiro associado ao cumprimento das atividades da Renova



PAINEL DE ESPECIALISTAS

Auxilia na busca de solução para divergências existentes entre CIF e Renova



OUVIDORIA

Recebe manifestações, positivas e negativas, sobre o trabalho da Renova



COMPLIANCE (Conformidade)

Cria regras para que os processos estejam de acordo com a lei e monitora ativamente sua aplicação



DIRETORIA EXECUTIVA

Faz a gestão dos trabalhos e presta contas das atividades da Renova



CURADORIA DE FUNDAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MG

Supervisiona as atividades da Fundação Renova



AUDITORIA INDEPENDENTE

Verifica os resultados dos programas e projetos geridos pela Renova e o cumprimento do TTAC

MODELO DE GOVERNANÇA PARTICIPATIVO

As atividades da Fundação Renova estão dentro de um modelo de governança inédito no Brasil. Diante do desafio colocado, a fundação procurou inovar na forma de tomar decisões, envolvendo as comunidades, autoridades e especialistas que deveriam ter voz nesse processo de recuperação.

O sistema é supervisionado pela Procuradoria de Tutela de Fundações do Ministério Público de MG e foi inserido dentro do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), documento no qual a Samarco e suas acionistas, Vale e BHP, se comprometem a financiar as atividades de reparação acordadas no termo.

Às obrigações legais, soma-se a diretriz da Fundação Renova para a transparência, o diálogo e a participação da sociedade. Entende-se que essa é a única maneira de se construir soluções duradouras, que atendam aos interesses da população impactada e permitam o desenvolvimento e a recuperação da região atingida. Esse engajamento possibilita que as práticas sociais e ambientais sejam debatidas, definidas, assimiladas, mantidas e melhoradas ao longo do tempo.



GOVERNANÇA EXTERNA

COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF)

É a principal instância externa de interlocução dos órgãos públicos com a fundação. Reúne-se uma vez por mês e é formado por representantes de governo (Ver membros na página 110). Discute o planejamento das iniciativas, apoia a elaboração do termo de referência para a elaboração de estudos e também convida representantes da sociedade conforme os assuntos debatidos. A própria Fundação Renova participa desse fórum como convidada. Importante destacar que a participação de entidades reguladoras no CIF de forma alguma lhes limita o poder de fiscalização e polícia sobre as atividades da fundação que estiverem ao alcance de sua jurisdição. O CIF possui dez câmaras técnicas que aconselham na análise detalhada das ações propostas e dos resultados alcançados. São elas:

Câmaras técnicas socioeconômicas

- Organização Social e Auxílio Emergencial
- Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura
- Economia e Inovação
- Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais
- Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social
- Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Informação

Câmaras técnicas socioambientais

- Gestão dos Rejeitos e Segurança Ambiental
- Restauração Florestal e Produção de Água
- Conservação e Biodiversidade
- Segurança Hídrica e Qualidade da Água
- Conservação e biodiversidade
- Segurança hídrica e qualidade da água

AUDITORIA INDEPENDENTE

Uma das obrigações estabelecidas no TTAC é a contratação, pela Fundação Renova, de uma empresa de auditoria independente, subordinada ao CIF. A empresa selecionada em licitação acompanha, desde abril de 2016, os trabalhos, já a partir da fase de definição dos programas. É uma auditoria de natureza finalística, ou seja, assegura o cumprimento do escopo e audita a contabilidade e o atendimento aos critérios e às metas de cada um dos programas, definidos pelo CIF.

PAINEL DE ESPECIALISTAS

Também previsto no TTAC, é uma instância de solução de conflitos, caso haja uma relevante discordância entre o CIF e a Fundação Renova. Com o objetivo de auxiliar na busca de soluções para essas divergências, o Painel de Especialistas deve ser composto de um representante do CIF, um da Fundação Renova e outro escolhido em comum-acordo pelas duas organizações, com vistas a gerar um parecer independente sobre o tema em discussão. Essa instância é formada conforme necessidade e ainda não foi utilizada.

—————> Todas as decisões do CIF são publicadas no site do Ibama, no seguinte caminho: www.ibama.gov.br > Recuperação Ambiental > Rompimento da Barragem de Fundão - Desastre da Samarco > Comitê Interfederativo (CIF)

GOVERNANÇA INTERNA

CONSELHO CURADOR

Tem a responsabilidade de assegurar que os objetivos da Fundação Renova estão sendo cumpridos.

É formado por dois representantes efetivos de cada empresa mantenedora, Samarco, Vale e BHP, e por um representante indicado pelo CIF, além de membros suplentes indicados pelas organizações. Os membros do Conselho devem agir de forma independente das empresas, garantindo assim a independência da Fundação.

OUVIDORIA

A **Ouvidoria** tem por objetivo receber e tratar as solicitações não solucionadas pelos demais canais de atendimento e processos da Fundação Renova. É uma instância independente e está diretamente ligada ao Conselho Curador. De agosto a dezembro de 2016, foram recebidas 413 solicitações com 155 casos concluídos.

Em quantidade de relatos

STATUS 	TOTAL nov/15 a jul/16	TOTAL ago a dez/16	TOTAL GERAL	
Finalizado *	501	155	656	70,54%
Escopo Ouvidoria	161	71	232	
Fora do escopo	340	84	424	
Em conclusão *	14	104	118	12,69%
Apuração em andamento *	2	154	156	16,77%
Total geral	517	413	930	

CONSELHO CONSULTIVO

Espaço formal da sociedade dentro da governança da fundação. É composto de 17 membros, dentre os quais, cinco indicados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, dois indicados pela Comissão Interministerial para Recursos do Mar, cinco representantes de instituições de ensino e pesquisa ou especialistas com notório conhecimento na área de atuação da fundação, e cinco representantes das comunidades impactadas, sendo três de Minas Gerais e dois do Espírito Santo. Tem a missão de assessorar a fundação, opinando sobre planos, programas e projetos. Os integrantes do Conselho Consultivo não têm prazo definido para término do mandato.

CONSELHO FISCAL

Tem a função de fiscalizar as contas da Fundação Renova, verificando a conformidade contábil e financeira da gestão. É composto de sete membros, sendo um indicado pelo Conselho Curador, um de cada uma das três mantenedoras, um representante da União e um representante de cada estado, Minas Gerais e Espírito Santo.

COMPLIANCE (CONFORMIDADE)

Seguindo as melhores práticas de governança, a área de Conformidade da Fundação Renova está ligada diretamente ao Conselho Curador e funcionalmente ao seu diretor-presidente. O foco de sua atividade é propor, supervisionar, organizar, implementar e monitorar políticas e atividades (a Renova possui Código de Conduta e Política Anticorrupção) da fundação e de seus terceiros.

*

Finalizado: Apuração concluída e encerrada no sistema

Em conclusão: Apuração concluída, aguardando a implementação das recomendações críticas e por isso não encerrado no sistema

Apuração em andamento: Apuração iniciada, mas ainda não concluída

Fonte: Sistema ICTS, situação em 24 de março de 2017

COMO A FUNDAÇÃO RENOVA TRABALHA

Com exceção dos programas que têm caráter de atendimento emergencial, como o de auxílio financeiro, todos os demais passam por uma fase de definição das ações, que conta com o envolvimento das pessoas impactadas ou de especialistas, seja para o mapeamento de expectativas ou

para o debate e a identificação de melhores práticas a serem adotadas. A Fundação Renova, portanto, está em constante busca do diálogo, do desenvolvimento de estudos e de soluções para a reparação, a restauração e a reconstrução das regiões impactadas. Essa

postura se soma a uma atuação baseada nos mais altos padrões de referência, seja na identificação da base científica para o encaminhamento das soluções, seja na execução eficiente de suas atividades. Isso inclui uma atenção a temas universais, como direitos humanos, na tomada de decisão.

🔴 Ponto de validação interna

🟡 Aprovação da definição

🟢 Aprovação para encerramento

DEFINIÇÃO



EXECUÇÃO



ENCERRAMENTO



Engajamento dos stakeholders

Todos aprendemos muito com o andar dos trabalhos. Com mais conhecimento e diálogo com as partes interessadas, abre-se a oportunidade de encontrarmos caminhos ainda melhores do que os estabelecidos no compromisso, em março do ano passado. Assim, sempre respeitando todo o sistema de governança da fundação, muitas evoluções ainda podem ser alcançadas no desenho das iniciativas de recuperação.

NOSSA EQUIPE

Nestes primeiros meses de atividades, temos nos empenhado em formar uma equipe de trabalho capaz de fazer frente aos nossos grandes desafios. Temos priorizado a atração de profissionais que aliem grande conhecimento técnico nos temas que temos de trabalhar, abertura e resiliência para acolher o debate, o controverso e as incertezas, além de capacidade de gestão

e liderança para entregar com eficiência os resultados esperados. Valorizamos profissionais com a sensibilidade de focar as pessoas e o ambiente. Desde janeiro, iniciamos um processo interno de construção coletiva de nossa identidade, valores e cultura, que irá se expandir em um processo de engajamento de dentro para fora da fundação.

 EQUIPE RENOVA	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Efetivos	41	31	72
Serviços compartilhados*	214	27	241
Contratos temporários	169	137	306

* Funcionários que iniciaram o trabalho de reparação emergencialmente, ainda nas empresas mantenedoras, e que ainda estão cedidos para atuarem nas ações de restauração.

ENTREVISTA

Roberto S. Waack

“Precisamos conciliar produção e restauração”

O biólogo e administrador Roberto S. Waack alia uma longa trajetória de executivo de empresas nacionais e internacionais, empresário e dirigente de organizações sem fins lucrativos da sociedade civil. Como diretor-presidente da Fundação Renova, seu principal foco é fazer com que a gestão e toda a operação estejam sensíveis às diversas visões das partes envolvidas na reparação. E, além disso, lidar com situações complexas, conciliando um olhar ampliado para o legado a ser construído ao longo do tempo e o sentido de urgência para colocar em marcha o quanto antes ações concretas construídas em conjunto com a sociedade.

PERGUNTAS DE REPRESENTANTES DA SOCIEDADE

DRA. VALMA CUNHA, Ministério Público MG

O QUE A FUNDAÇÃO TEM FEITO PARA DAR TRANSPARÊNCIA À SOCIEDADE SOBRE SUAS AÇÕES E ESTRUTURAS?

Há várias iniciativas nesse aspecto. Os programas e projetos são discutidos em várias formas de fóruns de conversas com diversos membros da sociedade, para entendimento dos problemas, sugestões de possíveis soluções, desenho de um programa de trabalho para encaminhar soluções, desenvolvimento de indicadores de resultado e finalmente mecanismos de acompanhamento da implementação. Esse *modus operandi* é complementado por discussão dos programas e projetos nas câmaras técnicas e no Comitê Interfederativo, fóruns com ampla participação da sociedade. Além disso, a instituição do Conselho Consultivo, com participação de representantes das comunidades atingidas, comitês de bacias afetadas e

academia, propicia frente de prestação de contas rotineira, pois as reuniões são mensais. A Fundação Renova conta também com vários instrumentos de comunicação, que incluem site, programa de rádio, participação em mídias sociais e, principalmente, forte presença no campo. Vários programas contam com a participação de organizações locais em sua execução. Por fim, as atividades são auditadas em diferentes aspectos, que incluem contábil e financeiro, com supervisão de um Conselho Fiscal, além de processos e entregas finalísticas. Todas as auditorias são realizadas por empresas independentes, de primeira linha. Nós entendemos que a transparência não é apenas uma obrigação, mas importante base para a correção de rumos, quando necessário. Temos plena consciência de que os desafios não têm soluções simples e prontas. A transparência propicia uma via de acesso e diálogo permanente com a sociedade, certamente a maior fonte de saber para as soluções que precisaremos encontrar e implementar.



Roberto S. Waack, em reunião com a comunidade de Ilha Brava, em Governador Valadares (MG)

ENTREVISTA Roberto S. Waack

PERGUNTAS DE REPRESENTANTES DA SOCIEDADE

SIMIÃO BARBOSA DOS SANTOS, presidente da Associação dos Pescadores e Assemelhados de Povoação (Apap), Linhares (ES)

QUAIS SÃO ESPECIFICAMENTE OS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO QUE A FUNDAÇÃO TEM PARA A COMUNIDADE DE POVOAÇÃO, QUE VIVE QUASE TODA ELA DA PESCA? SEI QUE VOCÊS TÊM OS TAIS 40 PROJETOS, MAS O QUE DE FATO SERÁ IMPLANTADO NA COMUNIDADE?

A Fundação Renova reconhece a importância da pesca na região de Povoação e em várias outras regiões do vale do rio Doce. Sabemos que as respostas que demos estão muito aquém do que é preciso. Estamos avançando na identificação e no cadastramento dos atingidos para que o processo de indenização mediada seja acelerado.

Essa iniciativa, embora demorada, é importante, pois assegura que todas as pessoas que demandam algum tipo de indenização sejam efetivamente ouvidas.

Especificamente para os pescadores, o projeto-piloto de hidroponia (*tanques suspensos para criação de peixes*) está em implementação.

Além dessa iniciativa, várias outras estão sendo aprofundadas, fundamentadas em conversas com membros da comunidade e diagnósticos. A lista de sugestões está sendo transformada em um conjunto de projetos para a região. Um exemplo é a participação de pescadores em atividades como pesca para os estudos científicos de biodiversidade e segurança alimentar. Outra frente possível é a participação da comunidade em coleta de sementes para os programas de restauração florestal. Há também alternativas como envolvimento de pescadores em atividades turísticas, com pequenas embarcações. Mas, ressaltando, sabemos que ainda não definimos esse programa de trabalho como planejamos, ouvindo mais e de maneira mais estruturada, para que a resposta à sua pergunta e de vários integrantes da comunidade seja mais completa. Esperamos que ainda na primeira metade deste ano esse plano conjunto de atividades seja construído.

PAULA GERALDO ALVES, moradora de Bento Rodrigues

O QUE A FUNDAÇÃO PODE FAZER EM TERMOS DE EMPREGO PARA OS ATINGIDOS EM MARIANA? ALÉM DA CRISE, AS PESSOAS SOFREM PRECONCEITO QUANDO VÃO PROCURAR TRABALHO.

A Fundação Renova tem por princípio priorizar a contratação de pessoas e empresas locais. Essa é uma primeira contribuição para empregos, mas, sabemos, isso está longe de poder responder às demandas da população. Por isso, temos alguns programas voltados para inovação, empreendedorismo e capacitação em várias atividades que poderão ser realizadas, por muito mais tempo, pelas pessoas da região. Elas buscam aumentar as possibilidades de negócios, reduzindo a dependência de setores como a mineração. Alguns desses programas estão sendo estruturados e esperamos iniciar as implementações ainda neste ano. Fazem parte das conversas com membros da comunidade e organizações voltadas para capacitação e inovação, nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Sobre o preconceito, Paula, ele é inaceitável. Não é fácil entender como essas coisas acontecem na nossa sociedade. A fundação está, aos poucos, implementando seu programa de comunicação, que envolve várias formas e temas. Entre eles, essa situação que você relata será tratada, com o cuidado que é necessário para que possamos sonhar com uma situação em que toda a sociedade que vive de Mariana até a foz do rio Doce possa participar, cada um à sua maneira, da reparação dos danos causados pela ruptura da barragem e da construção de uma forma mais equilibrada de vida para todos. O mundo está passando por mudanças importantes no campo da relação das pessoas com a natureza. Essa situação abrirá novas alternativas de trabalho, especialmente para uma região tão rica em patrimônio natural, humano e cultural.

ENTREVISTA Roberto S. Waack

PERGUNTAS DOS EDITORES

A PERCEPÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA É MUITAS VEZES DE LENTIDÃO, QUANDO NÃO DE DESCASO. SERÁ POSSÍVEL REVERTER ESSA IMAGEM EM 2017?

Temos de reconhecer que essa percepção de lentidão faz sentido, sim. E precisamos acelerar a implantação das ações de recuperação para reverter essa situação e, conseqüentemente, essa imagem. Sem tentar justificar, é importante lembrar que estamos diante de uma mudança de fase relevante. Começamos a definir e implementar ações estruturantes, que têm um ritmo de implantação mais lento do que as ações emergenciais. O processo todo passou por outra transição, que foi o próprio estabelecimento da Fundação Renova, em agosto de 2016, como entidade independente e responsável por gerar soluções que proporcionem um impacto positivo duradouro na região atingida pelo rompimento da barragem.

COMO ACELERAR A IMPLEMENTAÇÃO?

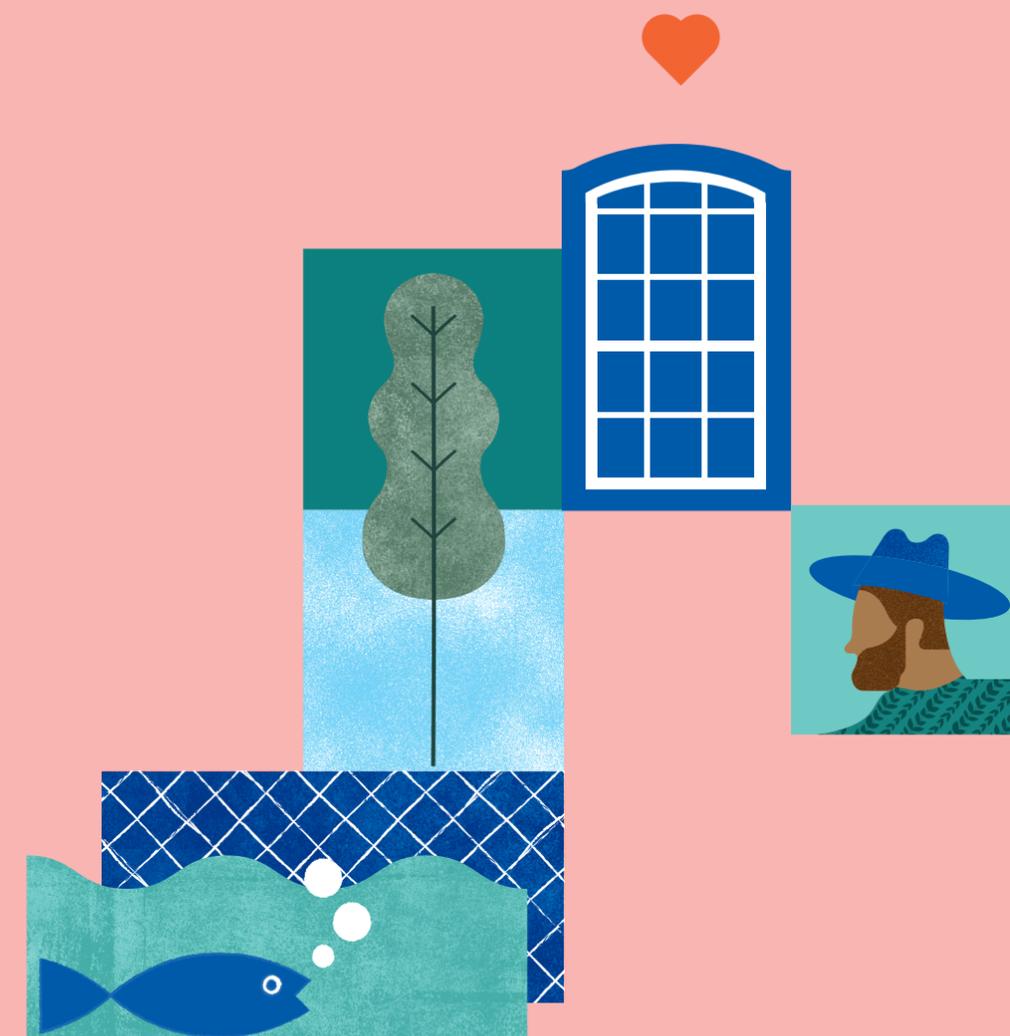
Estamos diante de um desafio para o qual não há soluções de prateleira. Ao contrário, enfrentamos muita ambiguidade, contradições entre múltiplas visões e precisamos construir um entendimento em torno de soluções que estarão na fronteira do conhecimento. Por isso, adotamos a premissa de desenvolver soluções a partir do envolvimento da sociedade.

Consumimos mais tempo nesse processo participativo, mas ganharemos eficiência na implementação, que terá o respaldo das partes interessadas. Vamos recuperar esse tempo ali na frente. Portanto, vale a pena fazer esse investimento na construção coletiva para endereçar essa complexidade no desenvolvimento das soluções.

DIANTE DESSE CENÁRIO, QUAIS METAS ESTÃO ESTABELECIDAS PARA A FUNDAÇÃO EM 2017?

Temos como meta que 37 dos 42 programas sob responsabilidade da Fundação Renova tenham passado do estágio de ajustes e adaptação do que deve ser feito para o de execução final.

Concretamente, isso significará que uma série de ações já deverão estar sendo experimentadas no campo. Por exemplo, temos de testar modelos para: como recuperar nascentes, como fazer a restauração florestal, e como fomentar os eventos culturais, entre tantas outras. Da mesma forma, todas as estruturas de contenção precisam estar garantidas e consolidadas, a solução para a dragagem de



ENTREVISTA Roberto S. Waack

PERGUNTAS DOS EDITORES

Candongá (reservatório da usina hidrelétrica Risoleta Neves, que recebeu 10,5 milhões de metros cúbicos de rejeitos), como definido pelo Ministério Público, deverá estar pronta e em implementação, e esse é um desafio de engenharia. Precisamos ter a garantia de que no próximo período de chuvas não teremos resíduos carregados para o rio e que, portanto, teremos estancado o impacto e não haverá outros. Do ponto de vista interno, nossa meta é ter uma organização capaz de lidar com ações estruturantes de longo prazo com olhar de legado – um time com essa identidade, com esse compromisso de longo prazo, adicional aos de curto prazo, que consiga promover o engajamento e a participação da sociedade em processos que gerem soluções concretas.

QUAIS OS PRINCIPAIS APRENDIZADOS DOS PRIMEIROS MESES DE OPERAÇÃO DA RENOVA?

Sem dúvida, a definição da governança de todo o processo de recuperação, que é altamente inovadora. Como colocar um desafio dessa dimensão sob a guarda de um sistema de governança que tem embutida uma complexidade imensa, com cerca de 150 pessoas e organizações, compartilhando a tomada de decisão. Havia um descrédito grande sobre o funcionamento desse modelo de governança participativo e ele já está funcionando. Na verdade, não tínhamos no Brasil a experiência de como responder a grandes desastres e esse tem sido um aprendizado altamente valioso.

O QUE ASSEGURA A INDEPENDÊNCIA DA FUNDAÇÃO RENOVA EM RELAÇÃO ÀS MANTENEDORAS NA TOMADA DE DECISÃO?

Primeiramente, por força legal, uma fundação de direito privado tem como obrigatoriedade esse caráter de independência estrutural, respondendo diretamente ao Ministério Público.

Soma-se a isso o sistema de governança, definido no próprio Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), que criou o Comitê Interfederativo (CIF), responsável por fazer a interlocução e monitorar as ações da fundação. O Conselho Consultivo também é um elemento central com a representação da sociedade.

O Conselho Curador deve atuar para os melhores interesses da Fundação e suas principais responsabilidades dizem respeito à estratégia, governança, gestão de risco e alocação do orçamento.

QUAIS AS PRINCIPAIS BARREIRAS A SEREM SUPERADAS?

Estamos aprendendo a lidar com a complexidade, inclusive no que diz respeito à própria governança. Mas temos barreiras seríssimas do ponto de vista das soluções técnicas em áreas para as quais a ciência ainda não tem resposta. Não há

consenso, por exemplo, sobre a restauração florestal com plantio de mudas nativas. Essa é uma barreira técnica que terá de ser superada com uma velocidade muito grande. Precisamos sair dos diálogos com soluções concretas. É importante lembrar que operamos 100% em áreas de terceiros e será nessas áreas que essa restauração vai ocorrer. Portanto, para ter uma solução sustentável, é preciso que faça sentido para o proprietário do ponto de vista econômico, imediato e no longo prazo. O grande desafio do ano será identificar qual a melhor solução para conciliar produção e restauração. Afinal, as terras desses proprietários, a maioria pequenos agricultores, são seu modo de vida. Só com essa combinação, de produção e conservação, essas iniciativas farão sentido para eles.

É PRECISO DESENVOLVER SOLUÇÕES DE CONSENSO SEM PERDER O SENSO DE URGÊNCIA?

Não temos o direito de permanecer na discussão pela discussão com especialistas e organizações no campo das causas. Precisamos fazer essa transposição para a aplicação prática. Devemos traduzir toda essa diversidade de opiniões em ações concretas no campo, o que é um grande desafio. Para completar, temos também de entender como conciliar nossas iniciativas com as políticas públicas já existentes.

ENTREVISTA Roberto S. Waack

PERGUNTAS DOS EDITORES

QUAL É A PERSPECTIVA QUE VOCÊ PROJETA PARA O USO DA TERRA NA EXTENSÃO DO RIO DOCE?

Temos de passar da visão de recuperação para legado. Quer dizer, não somente reconstruir ou recuperar para o curto prazo, mas fazê-lo pensando que toda ação pode e deve desenhar as bases de um futuro sustentável.

Essa é uma oportunidade de inflexão no modelo de desenvolvimento de toda a região. Tendo como princípio a conciliação de produção com conservação, devemos passar de uma visão individual de cada propriedade para um olhar sobre todo o território, desenvolvendo, assim, uma gestão territorial estratégica de longo prazo e inovadora. Dentro dessa lógica espacial, desenvolver corredores ecológicos, integrar com a revitalização das nascentes e democratizar essa oportunidade para todos os produtores da região,

trazendo conceitos mais avançados de uso da terra, logística, escoamento, acesso a mercados, fluxos financeiros, pagamentos por serviços ambientais etc. É possível sonhar com o legado de uma tecnologia social, apoiada por um sistema de governança participativo que reduz a volatilidade do processo e que poderia ser aplicada a muitas outras regiões degradadas do Brasil.

QUAL A GRANDE AMBIÇÃO QUE DIRECIONA A FUNDAÇÃO RENOVA?

A Fundação Renova se propõe a ser facilitadora desse processo de recuperação que leve a um novo modelo de desenvolvimento da bacia do rio Doce, que não tem solução fácil, não se baseia em assistencialismo, mas em ações estruturantes. Tem como fundamento a busca pelo equilíbrio ambiental, social e econômico a partir da mobilização da sociedade. Quem vai comprar essa ideia é a população. O único zelador desse modelo é a sociedade. Se conseguirmos fazer isso nesse território impactado, podemos pensar em algo parecido para outras regiões do país.



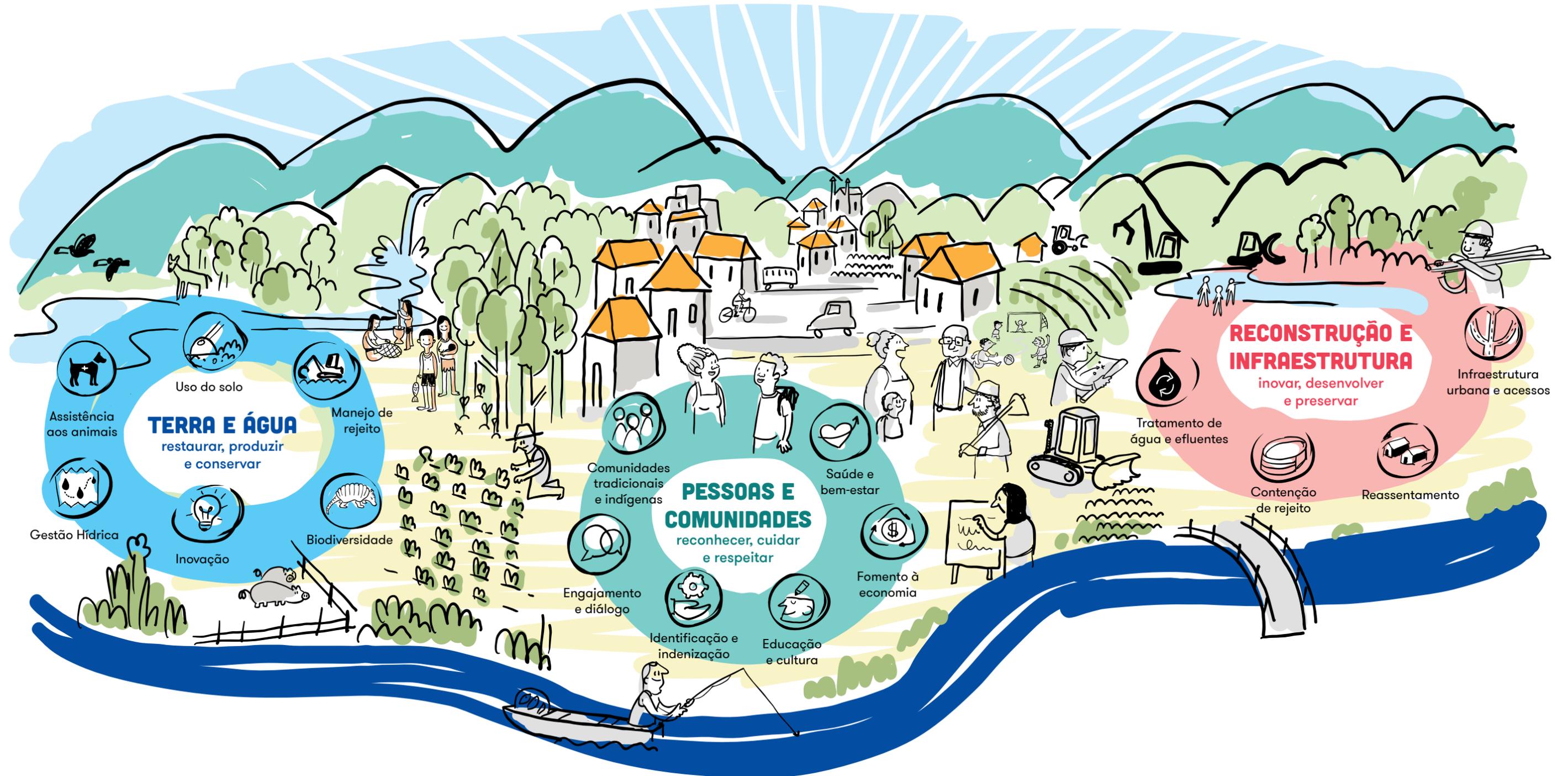
A landscape photograph at sunset or sunrise. The sky is a warm, hazy orange. In the foreground, a wire fence with wooden posts runs across the bottom. Behind the fence, several cows are silhouetted against the bright sky. One cow is in the lower center, another is to its right, and two more are on a grassy slope to the right. A single tree stands in the middle ground, its branches silhouetted. The overall mood is peaceful and rural.

EIXOS TEMÁTICOS

ONDE E COMO QUEREMOS FAZER A DIFERENÇA

Os 42 programas

de remediação e compensação que devem ser executados pela Fundação Renova foram divididos em três eixos temáticos, que agrupam os principais focos de atuação no processo de recuperação dos impactos causados pelo rompimento da barragem:



Os eixos temáticos permitem compreender as inter-relações entre os programas previstos no TTAC, entendendo que funcionam como um sistema interligado e que podem, assim, ganhar eficiência a partir do trabalho integrado. Conheça as frentes de atuação e os programas que fazem parte dos nossos três eixos temáticos.

EIXO 1

PESSOAS E COMUNIDADES

Frentes de atuação

- Identificação e indenização
- Educação e cultura
- Saúde e bem-estar
- Comunidades tradicionais e indígenas
- Fomento à economia
- Engajamento e diálogo

Programas relacionados:

Cadastro dos Impactados/Ressarcimento e Indenização dos Impactados/Proteção e Recuperação da Qualidade da Vida dos Povos Indígenas/Qualidade de Vida dos Outros Povos e Comunidades Tradicionais/Proteção Social/Diálogo, Comunicação e Participação Social/Reintegração da Comunidade Escolar/Memória Histórica, Cultural e Artística/Turismo, Cultura, Esporte e Lazer/Saúde Física e Mental da População Impactada/Auxílio Financeiro Emergencial/Educação Ambiental/Informação para a População/Comunicação Nacional e Internacional/Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras/Diversificação da Economia Regional/Micros e Pequenos Negócios/Estímulo à Contratação Local/Ressarcimento de Gastos Públicos Extraordinários

EIXO 2

TERRA E ÁGUA

Frentes de atuação

- Uso do solo
- Gestão hídrica
- Manejo de rejeito
- Biodiversidade
- Assistência aos animais
- Inovação

Programas relacionados:

Assistência aos Animais/Reservatório Usina Hidrelétrica Risoleta Neves/Retomada das Atividades Agropecuárias/Manejo dos Rejeitos/Recuperação da Área Ambiental 1/Recuperação das Áreas de Preservação Permanente/Recuperação das Nascentes/Conservação da Biodiversidade/Recuperação da Fauna Silvestre/Fauna e Flora Terrestre/Monitoramento da Bacia do Rio Doce/Preparação para as Emergências Ambientais/Unidades de Conservação/Implementação de CAR e PRA/Tecnologias Socioeconômicas

EIXO 3

RECONSTRUÇÃO E INFRAESTRUTURA

Frentes de atuação

- Reassentamento
- Contenção de rejeito
- Tratamento de água e efluentes
- Infraestrutura urbana e acessos

Programas relacionados:

Reconstrução de Vilas/Recuperação das Demais Comunidades e Infraestruturas Impactadas/Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água/Coleta e Tratamento de Esgoto/Sistema de Contenção dos Rejeitos e Tratamento dos Rios/Gestão de Riscos Ambientais

CONHEÇA O INVESTIMENTO EM CADA EIXO TEMÁTICO NO CAPÍTULO DADOS FINANCEIROS, NA PÁGINA 78.

PARA SABER SOBRE O ANDAMENTO DE CADA PROGRAMA, CONSULTE A PÁGINA 85.

ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO

A restauração das áreas impactadas e o restabelecimento da vida de todos os envolvidos só serão efetivos se forem feitos por várias mãos. Por isso, temos a missão de orientar todas as nossas ações a partir do engajamento e da transparência. Desde que assumimos as atividades de recuperação dos impactos do rompimento, procuramos construir soluções em conjunto com os envolvidos, ouvindo e abarcando de forma estruturante quem realmente está no centro de cada questão.

Fazemos isso de algumas maneiras:

1 O nosso [modelo de gestão](#) dos programas de restauração prevê o envolvimento dos interessados ao longo da definição de caminhos, do desenvolvimento e da execução das soluções. São envolvidos moradores locais, representantes das comunidades e especialistas diversos para participarem das discussões norteadoras das ações da Fundação Renova. Esse é um modelo ainda em fase de estruturação, e objetivo é que envolva a sociedade em todos os principais processos estruturantes.

Saiba mais sobre esse modelo de gestão de programas na página 25

2 Ao depararmos com temas cujas soluções ainda são desconhecidas pela ciência, buscamos envolver especialistas com notório saber, para construírem juntos o conhecimento necessário à resolução daquela questão. Já foram realizados painéis, *workshops* e bate-papos, utilizando metodologias que contribuem para a construção coletiva de entendimentos. Foi assim, por exemplo, no painel sobre febre amarela, que buscou compreender alguma possível relação entre o surto da doença na bacia do Rio Doce e o rompimento da barragem; e no *Workshop* de Manejo de Rejeito, que contou com a participação de especialistas em rejeitos, águas e recuperação de áreas degradadas, além de representantes dos órgãos ambientais responsáveis pelo assunto. Ambos os encontros puderam ser acompanhados em tempo real no nosso *site*, com foco no compartilhamento de conhecimento com toda a sociedade.



3 Em assuntos que envolvem diretamente a vida das pessoas impactadas, são elaborados métodos de construção coletiva do início ao fim do processo. Foi assim, por exemplo, com o redesenho a muitas mãos do projeto urbanístico de reassentamento de Bento Rodrigues. Juntos, os moradores elaboraram o desenho do [mapa do novo Bento](#).

Conheça melhor esse processo na página 70

4 Linha de frente da Fundação Renova, nossas [equipes de Diálogo](#) lidam com as comunidades de forma muito próxima. Quase sempre, tratam de questões delicadas: dos conhecidos que se dispersaram depois que saíram de sua vila, da falta de adaptação na nova escola, da ausência de espaço para plantar, da saudade da casa e de uma vida que precisou seguir inesperadamente novos rumos. Em toda a extensão do território, procuramos dialogar individualmente com todos impactados e conhecer suas necessidades nos 40 municípios do território afetado.

Saiba mais sobre o trabalho de Diálogo na página 55

5 Contamos, também, com diversos [canais de atendimento](#), que funcionam como pontos de contato da sociedade com a fundação.

Saiba mais sobre os canais de atendimento na página 11

Nas próximas páginas, apresentamos alguns exemplos de como esse diálogo contínuo já se manifesta na execução dos programas a serem executados. Uma experiência de múltiplos aprendizados, muitas vezes imperfeita, mas que entendemos ser o caminho mais adequado para alcançarmos soluções duradouras, que se sejam realmente abraçadas pelas pessoas.



PESSOAS E COMUNIDADES

DESAFIOS

- 😊

Estimular a maior participação das comunidades nas decisões
- 🔍

Identificar o universo de impactados
- 📄

Estender o estudo epidemiológico e toxicológico para todo o vale do rio Doce
- 📅

Alinhar as ações com as políticas públicas
- 💬

Comunicar de forma eficiente com toda a sociedade
- 💰

Indenizar todo o público impactado
- ❤️

Endereçar questões de saúde mental decorrentes do estresse causado ao impactado
- 📋

Construir um plano de ação em conjunto com as comunidades indígenas

COMO CONSTRUÍMOS ESSE CONTEÚDO

Os desafios apresentados neste capítulo refletem a percepção da gestão da Fundação Renova, em março de 2017, sobre os pontos prioritários de atenção de nossas equipes na execução dos trabalhos de recuperação. A partir do contato com os impactados e com os gestores dos programas, selecionamos os tópicos desse eixo que apresentam neste momento maiores desafios ou evoluções. Eles não representam todos os temas sobre os quais estamos atuando, mas são uma amostra dos tópicos mais críticos levantados nestes primeiros oito meses de atuação, de agosto de 2016 a março de 2017.



1 IDENTIFICAÇÃO E INDENIZAÇÃO

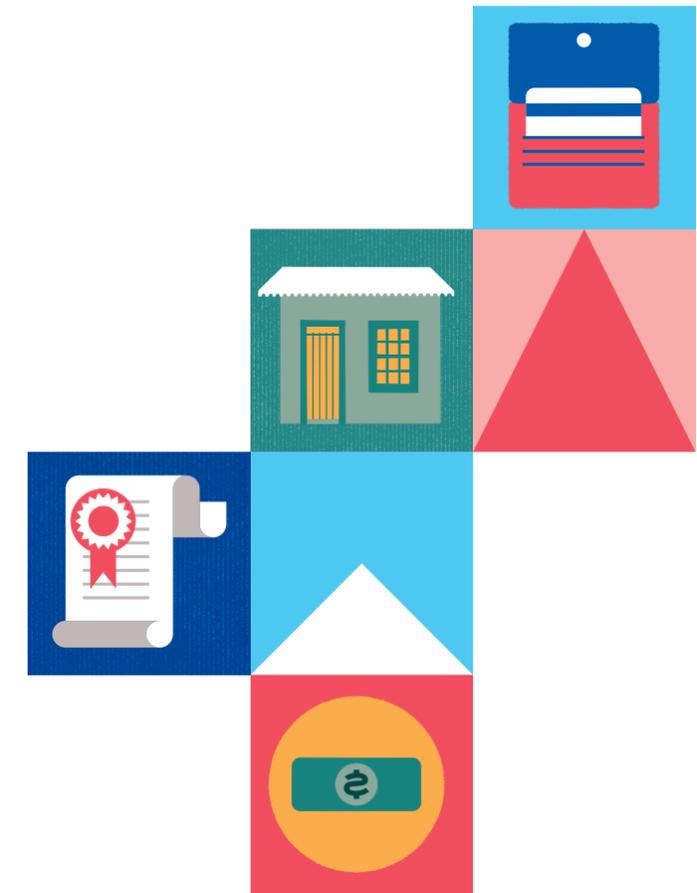
CONHECER O IMPACTO EM CADA INDIVÍDUO

Cadastrar todas as pessoas e famílias impactadas é um passo decisivo para encaminhar uma solução definitiva para todos os atingidos. Esse processo deveria ter sido concluído em 2016, está atrasado na região mais atingida, os municípios de Mariana e Barra Longa, e é um grande desafio de busca de entendimento. Inicialmente, ainda antes da Renova existir, foi realizado um mutirão para se fazer um cadastramento muito simples dos atingidos.

O objetivo do recadastramento é ter uma medição mais precisa do impacto na vida e no patrimônio de cada família. Isso será um componente fundamental para a estimativa dos ressarcimentos e indenizações. Há um impasse conceitual sobre a forma do cadastro. O Ministério Público entende que deveria refletir os bens imateriais. Acreditamos que essa avaliação deve ser feita na etapa seguinte, de definição dos acordos.

Enquanto não se chega a um consenso com o Ministério Público em Mariana, o que abrange cerca de mil famílias, estamos avançando na grande extensão do território do rio Doce.

Já foram entregues 10 mil cadastros da região do Rio Doce para a apreciação do Comitê Interfederativo. Em 30 de março, encerrou essa primeira campanha, que deverá somar 14 mil cadastros. Uma nova campanha terá início em abril de 2017 com encerramento previsto para setembro do mesmo ano. Assim, até o fim do ano teremos 100% do universo impactado totalmente mapeado.



1 IDENTIFICAÇÃO E INDENIZAÇÃO

AVANÇAR COM OS PAGAMENTOS

“Meu sonho mesmo é que eles me mandassem o cartão emergencial. Você não sabe a dificuldade que estamos vivendo, queria poder fazer uma compra maravilhosa para minhas duas filhas”, desabafa **Edilene Nunes de Jesus**, impactada que vivia da pesca e da agricultura familiar no córrego do Café, na zona rural de Belo Oriente. Agora que foi cadastrada, Edilene tem chance de ter sua situação analisada e receber o Auxílio Financeiro Emergencial para os que tiveram sua atividade produtiva comprometida com o rompimento da barragem. Esse recurso já chegou a 8.159 famílias até março de 2017. Quem foi impactado recebe um cartão para sacar mensalmente o dinheiro ou pagar compras.

Indenizar as perdas e os danos causados aos impactados é uma tarefa central para a Fundação Renova. O atendimento para as indenizações específicas de cada família na região mais impactada pelo rompimento também já começou em Barra Longa e Linhares (confira nossos postos

de atendimento na página 8). São casos de comerciantes e produtores rurais que recebem um valor de reparação conforme uma matriz feita por instituições técnicas apontadas pela própria população, câmara técnica e Defensoria Pública. Esses são os acordos que estão diretamente ligados ao processo de cadastramento. Calcula-se que cerca de 15 mil famílias fazem parte desse universo.

Outra grande frente de ressarcimento que estamos implementando é sobre os danos causados pelo desabastecimento de água nos dias seguintes à passagem da lama pelo rio Doce. Desde outubro, moradores de Governador Valadares, em Minas Gerais, e Colatina, no Espírito Santo, passaram a fechar acordos de indenização.



Alexandre Battibugli

Até o dia 11 de março, 51 mil pessoas foram atendidas em Governador Valadares (MG) e 15 mil já receberam o cartão para sacar a indenização. Em Colatina, 28 mil pessoas também foram atendidas, com 8 mil já habilitadas para sacar a quantia, que foi estipulada em cerca de 1 mil reais por pessoa – menores, idosos, gestantes e portadores de necessidades especiais têm um adicional de 10%. Estima-se que cerca de 400 mil pessoas terão acesso à indenização até julho de 2017.

PROGRAMAS ENVOLVIDOS:

1: Levantamento e Cadastro / 2: Ressarcimento e Indenização / 21: Auxílio Financeiro Emergencial / 42: Ressarcimento de Gastos Públicos Extraordinários

2

EDUCAÇÃO E CULTURA

EM BUSCA DE
UMA VIDA NORMAL

Júlio César Salgado, de 18 anos, faz parte do Grupo de Jovens de Bento Rodrigues, e tem dificuldade de manter o contato com os amigos desde que foram realocados com suas famílias em casas de Mariana. Sua vida, que já seria uma grande mudança de adolescente para o mundo adulto, ficou ainda mais mexida. “A destruição da comunidade e a vinda para Mariana me obrigaram a crescer, amadurecer e ter responsabilidades. Completei os estudos e fiz 18 anos. Na verdade, nunca imaginei minha vida fora de Bento Rodrigues. Nem mesmo fazer faculdade era antes um sonho tão forte”, conta ele, que agora está em dúvida entre cursar Educação Física ou Direito, um interesse que surgiu após o rompimento da Barragem.

“Minha vida na antiga Bento era boa. Tinha liberdade, fruta no pé, e hoje dependemos de comprar tudo na cidade. Nadava em rios e cachoeiras. Além disso, os amigos estavam sempre por perto e agora vivemos longe uns dos outros. Sinto muita falta dessa convivência. Tudo lá era mais fácil, inclusive, o emprego. Capinava para os

outros, ajudava numa construção, algo assim. Na cidade, para ter serviço tem de ter experiência. Mas como posso achar um emprego se a gente nunca trabalhou de carteira fichada?”, questiona. Mesmo com a possibilidade de estudar em Ouro Preto, Júlio César quer voltar todo o fim de semana para o novo Bento, quando estiver reconstruído. “O pior de tudo, além da tragédia, foi sofrer preconceito. Muitos de nós já fomos acusados pelos moradores da cidade de que a Samarco

não voltou a funcionar por nossa culpa. Quem não quer que a empresa volte a funcionar? Todos nós queremos, só que com mais responsabilidade para evitar estragos como esse.”

Júlio César é um dos cerca de 103 integrantes da comunidade escolar de Bento Rodrigues, Paracatu, Gesteira e Barra Longa que tiveram de ser remanejados para outras unidades em Mariana e Barra Longa, em colaboração com as Secretarias Municipais de Educação.



Ricardo Correa



2 EDUCAÇÃO E CULTURA



Ricardo Correa

O foco principal do programa foi a reintegração escolar dos alunos de Ensino Infantil, Fundamental e Médio e o acompanhamento psicopedagógico dessas crianças e jovens. Todas as escolas diretamente atingidas estão em atividade em sedes provisórias, sendo que a **Escola Municipal Gustavo Capanema**, em Gesteira, foi construída e recebe os seus alunos desde o início do ano letivo de 2017.

Destaca-se, na entrada da escola, o painel de arte de 3,2 metros de altura com obras dos alunos e professores que, durante as reuniões de consulta à comunidade, desenharam suas expectativas para o espaço.

Com um olhar mais ampliado, entendemos que os jovens têm, por condição natural, um potencial transformador e queremos criar condições para que eles possam, no médio prazo, se sentir motivados e em condições de pensar o futuro que querem construir no território que ocupam. Esse processo já começou, ainda que de forma experimental, em fevereiro, com um grupo de jovens de Bento Rodrigues que vivenciam todas as dificuldades de adaptação descritas por Júlio César. Neste momento, nosso objetivo tem sido o de incluir jovens de Mariana para promover a integração e, assim, promover espaços de diálogo e cocriação. Queremos estimular um novo olhar, a ampliação do campo de visão, das perspectivas, e despertar essa força coletiva transformadora. Dessa forma, eles terão mais oportunidade para assumir um papel relevante na recuperação das regiões em que vivem.

2 EDUCAÇÃO E CULTURA

A IMPORTÂNCIA DE RECONECTAR AS PESSOAS E A NATUREZA

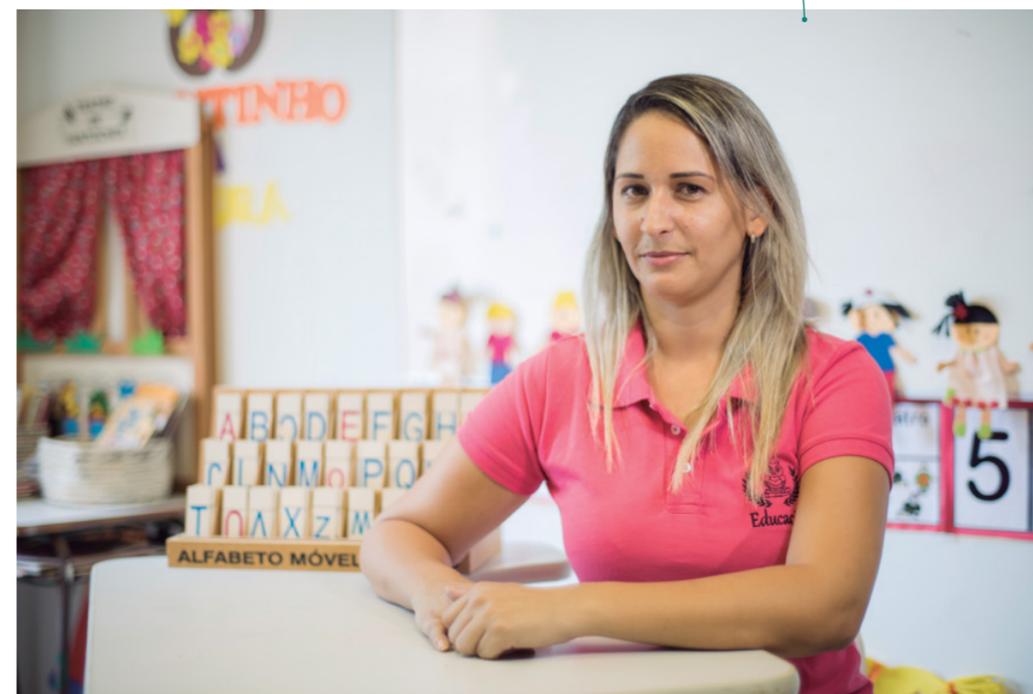
O impacto do rompimento da barragem gera também a oportunidade de realizarmos ações que integram a visão ambiental a uma abordagem mais ampla da educação. Entendemos que é necessário restabelecer a conexão das pessoas com a natureza. Na maior parte do território, essa perda da percepção de causa e efeito está diretamente relacionada ao uso do solo e à degradação dos rios. Assim, temos identificado parceiros que trazem novas formas de trabalho com as crianças, gerando vivências, descobertas e interações, que podem despertar nas novas gerações um olhar mais abrangente sobre a relação com a natureza.



Alexandre Battibugli

Essa é uma demanda que também está presente entre as comunidades. “Se eu pudesse dar uma sugestão à Renova, diria à equipe para que ela se concentrasse em projetos de recuperação da biodiversidade do rio Doce, que já estava poluído mesmo antes do rompimento da barragem em Mariana. Sempre procurei enfatizar para os meus alunos, quando dava aulas, a importância da educação ambiental. Ela interfere em tudo na vida, no nosso sustento e no nosso lazer”, afirma **João Carlos Binda**, educador e conselheiro tutelar em Itapina, distrito de Colatina, no Espírito Santo.

A professora **Drielle Sousa Costa**, da Escola Municipal Vila Regência, em Regência, preocupa-se com as lições que as crianças tiram desses acontecimentos. “Hoje, elas já se acostumaram com essa ideia de ficar sem rio e mar. Uns estão mais revoltados porque o pai não pode mais pescar. Mas nossa escola sempre trabalhou com projetos voltados para o meio ambiente, temos parceria com o Tamar, e aproveitamos para tratar do tema em palestras e redações. Pintamos o muro da escola retratando tudo o que aconteceu até mesmo para conscientizá-los sobre a importância da água.”



Alexandre Battibugli

2

EDUCAÇÃO E CULTURA

Sentimento semelhante ao de **Michel Gomes Pedro**, professor e diretor da Escola Municipal Professora Urbana Penha Costa, em Povoação, distrito de Linhares: “Antes da fundação, a gente não tinha com quem dialogar. Mas costumo dizer que a comunidade tem de estar aberta às propostas, ao diálogo e à negociação. O cartão-auxílio causou um alvoroço aqui. Até as crianças falam desse subsídio. Por isso, chamo a atenção para a educação porque ela é base para a formação de novas gerações.”



Alexandre Battibugli

Esses esforços de inserir o componente ambiental na educação começaram, inicialmente, nas comunidades que estão no entorno de Mariana.

As iniciativas incluem rodas de conversa, palestras e oficinas nas escolas e comunidades para despertar uma participação protagonista da população sobre os impactos ambientais.

Em 2016, 631 pessoas participaram de 41 atividades de educação ambiental em Mariana e Barra Longa.

Atentos à necessidade de expansão, estamos planejando, em conjunto com instituições de pesquisa, terceiro setor, comitês de bacias e governos, uma ação que envolva em 2017 os 39 municípios do rio Doce. Uma delas já está em execução: o Projeto Douradinho no Doce, do Instituto Pelo Bem do Planeta, que alcançará 12 mil alunos do 4o ano do Ensino Fundamental de toda a rede escolar (municipal, estadual e particular) nos municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Governador Valadares, Colatina e Ipatinga (www.projetodouradinho.com.br). Haverá a distribuição do livro “Amiga Lata, Amigo Rio”, com a preparação dos educadores para usá-lo em sala de aula, visitas do autor, Thiago Cascabulho, às escolas e apresentação teatral, no final do ano, em praça pública nas sete cidades.

2 EDUCAÇÃO E CULTURA

PREPARADOS PARA NOVAS EMERGÊNCIAS

“A única coisa que gostaria de saber é: por que não recebemos um alerta para sairmos da cidade?”, pergunta Sinésio Carneiro. “Entre a invasão da lama em Bento Rodrigues e a chegada dela a Barra Longa houve um intervalo de 12 horas. Daria tempo, por exemplo, de retirar todas as coisas da pizzaria e levar para outro lugar. O resultado foi que eu fiquei 14 dias sem poder sair de casa e nove meses com a pizzaria fechada. Tive de comprar alguns eletrodomésticos do bolso para poder voltar a trabalhar. Uma das filhas que estudava fora precisou trancar a faculdade porque, por enquanto, não tenho condições de mantê-la.”

Esse é o mesmo lamento do comerciante e pequeno proprietário rural **Rômulo Fernandes**. “O som era parecido com o de um urso na caverna: Uh, uh, uh! Assim me lembro do barulho da lama chegando, enquanto tentávamos salvar algumas coisas. Ficamos por aqui, mesmo depois de tanto tempo do acontecido em Bento Rodrigues, porque as informações não batiam. A polícia disse que não havia recebido nenhum aviso, mas a filha do vizinho, que trabalha na Samarco, pediu para que a família deixasse a cidade. Podiam ao menos ter passado com uma caminhonete pedindo nossa retirada. Perdi todas as coisas de casa, do bar, mercadorias, e só saí com os documentos no bolso. Achei incrível a lama vir em forma de ondas. Achávamos que ela fosse parar porque o rio estava com nível de água muito baixo. Ainda bem que deu tempo para todos correrem para a parte mais alta. E vimos ela derrubando e carregando tudo, ônibus, carro, pontes... foi um apavoramento”.



Ricardo Correa

2 EDUCAÇÃO E CULTURA

Sinésio e Rômulo, assim como tantos outros moradores dos municípios de Mariana, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce, têm agora um sistema de alerta instalado pela Samarco em caso de outra emergência ambiental relacionada às barragens. Adaptado à nova legislação vigente, é composto de 31 sirenes, instaladas ao longo de 2016,

que também podem avisar as pessoas em caso de cheia nas bacias dos rios Gualaxo e do Carmo, a partir da avaliação da Defesa Civil dos municípios, baseada nos dados dos instrumentos conectados a um sistema de medição automático.

O programa Preparação para Emergências Ambientais também vai melhorar a capacidade de intervenção das Defesas Civas dos municípios. Em setembro de 2016, foi realizado um diagnóstico da estrutura e da capacidade de resposta dessas equipes e preparado um plano de ação com três frentes: melhorar a gestão pública de risco; criar grupos comunitários de defesa civil, dando poder à comunidade sobre a gestão de risco; e capacitar os jovens nas escolas sobre a percepção de risco. Em abril, serão entregues equipamentos para as Defesas Civas dos quatro municípios.



PROGRAMAS ENVOLVIDOS:

11 : Reintegração da Comunidade Escolar / 12: Memória Histórica, Cultural e Artística / 13: Turismo, Cultura, Esporte e Lazer / 33: Educação Ambiental / 34: Preparação para Emergências Ambientais

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

FORTALECER AS ESTRUTURAS DOS MUNICÍPIOS

Uma parte muito importante das ações de assistência às pessoas é a garantia de acesso aos cuidados com a saúde. Nosso trabalho tem sido o de fortalecer as estruturas municipais existentes, tanto no atendimento clínico quanto no de proteção social, que inclui apoio psicológico, psiquiátrico e de assistência social. As ações emergenciais prosseguem até hoje, com a oferta de médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e psiquiatras para o atendimento da população impactada nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Isso também incluiu a compra de insumos e a disponibilização de carros para o atendimento das pessoas que não podem se deslocar de suas casas.

Uma nova fase tem início em 2017, quando as ações emergenciais começam a ser substituídas por outras mais estruturantes, como, por exemplo, a oferta de atendimentos especializados para idosos, jovens e adolescentes, e atividades de terapia ocupacional, pedido que surgiu do diálogo com a própria comunidade alojada em Mariana e no seu entorno.



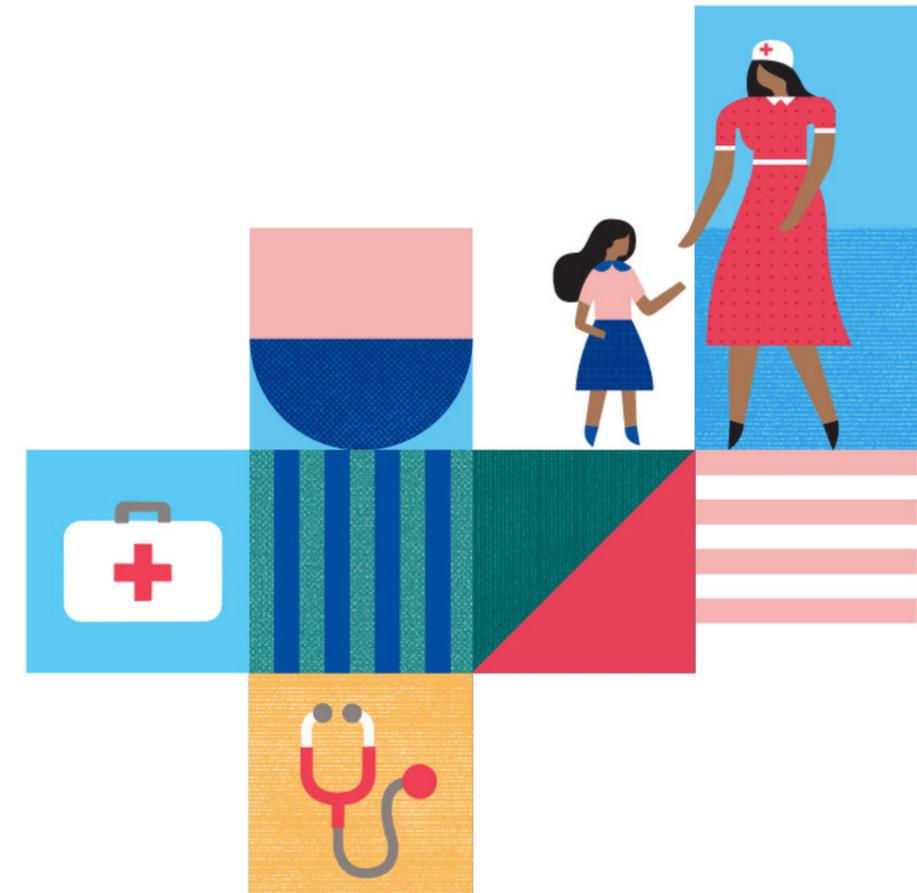
Arquivo Renova

Serviços de saúde foram reforçados nas cidades diretamente impactadas

Outra frente de trabalho é a realização de um estudo epidemiológico e toxicológico, que está em processo de definição do Termo de Referência para a contratação de uma consultoria especializada. Esse trabalho envolverá todo o território impactado e vai nos apontar a dimensão do impacto na saúde dessa extensa população e as medidas a serem adotadas.

🔍 BUSCA DE CONHECIMENTO

Dialogar e buscar a fronteira do conhecimento nos diversos temas complexos que temos de lidar. Foi com base nessas linhas de atuação que realizamos, nos dias 19 e 20 de janeiro de 2017, um painel interdisciplinar para debater a relação entre a febre amarela e as mudanças ecossistêmicas na bacia do rio Doce. Todo o encontro pôde ser acompanhado em tempo real, pelo [site da Fundação Renova](#). Participaram cientistas e pesquisadores de ecologia, veterinária, ciências biológicas, microbiologia e biodiversidade. Especialistas avaliaram de que não há uma ligação conclusiva entre o rompimento da Barragem e o surto de febre amarela.



PROGRAMAS ENVOLVIDOS:

5: Proteção Social / 14: Saúde Física e Mental da População Impactada



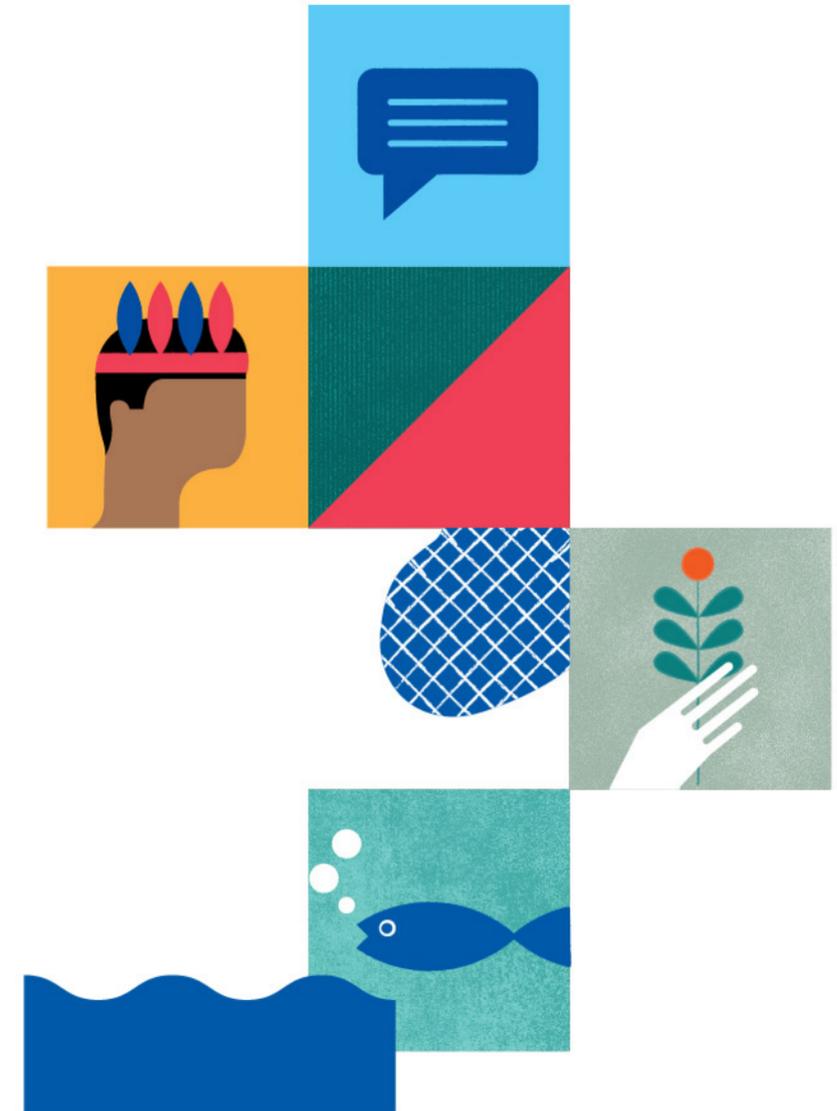
COMUNIDADES TRADICIONAIS E INDÍGENAS

O CUIDADO COM AS COMUNIDADES INDÍGENAS E TRADICIONAIS

O relacionamento com as comunidades indígenas segue os princípios da participação livre, prévia e informada. Com essas bases, buscamos construir espaços de diálogo para desenvolver soluções de curto, médio e longo prazo, não assistencialistas e que possam gerar ações concretas para os problemas locais. A implementação de uma rotina de diálogo com os povos Guarani e Tupiniquim, que ficam na região de Aracruz, no Espírito Santo, facilitou a criação de uma agenda positiva de atividades e a transparência na execução dos acordos emergenciais. Como exemplo, vale destacar a inclusão da comunidade no monitoramento hídrico da terra indígena. Em Resplendor, em terra indígena Krenak, estamos atuando na manutenção dos acessos às aldeias e no abastecimento de água para as casas, as escolas, o centro de saúde, os centros culturais e os bebedouros para gado. Os canais de diálogo estão por amadurecer, respeitando a dinâmica e as decisões dos Krenak.

O desafio futuro é trabalhar soluções definitivas que possam gradualmente substituir as emergenciais. Mas, para chegar lá, terá início um Estudo da Componente Indígena, conforme orientação e consentimento das comunidades indígenas, da Funai e da Sesai (Secretaria da Saúde Indígena). Com ele, poderemos construir um plano de ação. Temos a grande oportunidade de mitigar, recuperar e desenvolver esse território a partir da ótica indígena.

Após a realização de um estudo de campo, realizado e pela Fundação Cultural Palmares e pela consultoria Polifônicas, identificamos impactos na comunidade tradicional quilombola de Degredo, em Linhares, no Espírito Santo. Um levantamento detalhado da componente quilombola também está sendo contratado para determinar os impactos e definir os programas socioambientais que deverão ser adotados. Em Minas Gerais, há ações emergenciais para reduzir os impactos aos garimpeiros faiscadores, em um trabalho que envolve a identificação e reconhecimento dessas comunidades com a participação preponderante da Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Estado.



PROGRAMAS ENVOLVIDOS:

- 3: Proteção e Recuperação da Qualidade da Vida dos Povos Indígenas /
- 4: Qualidade de Vida dos Outros Povos e Comunidades Tradicionais

5

FOMENTO À ECONOMIA

A RETOMADA DOS NEGÓCIOS

Keila dos Santos já estava preparando a colheita da pimenta-biquinho. Elas estavam maduras, no ponto para fazer a geleia que acompanha bem carne ou queijo. “Mas o plantio foi soterrado pela lama junto com quase todo o Bento Rodrigues. Conseguimos salvar utensílios, estoques e um punhado de outras coisas porque a cozinha ficava em outra área que não foi afetada”, lembra ela, uma das produtoras da Associação dos Hortigranjeiros de Bento Rodrigues (Ahobero), que foi realocada em Mariana. “A geleia é muito bem-aceita no mercado porque cuidávamos de todo o processo, do plantio, sem agrotóxico, ao produto final.

É muito artesanal. Enquanto o novo Bento não fica pronto, estamos à procura de um lugar para plantar aqui, em Mariana. Mas não está fácil encontrar”, completa. Keila foi assistida por uma frente de trabalho que se dedicou a recuperar os micro e pequenos negócios atingidos pelo rompimento. O problema é que a associação está agora no centro de Mariana e qualquer local para plantar pimentas ficará distante.

Nesta primeira etapa emergencial, houve 249 atendimentos, entre comércios que foram reconstruídos ou reequipados e prestadores de serviço que tiveram seus equipamentos perdidos. Sempre com o mesmo princípio: retomar em condição melhor do que a anterior.

Em 2017, daremos início uma nova fase: estimular o surgimento de negócios, que preferencialmente gerem impacto social positivo, ou seja, que envolvam e beneficiem os mais pobres (que estão na base da pirâmide social). Serão realizados eventos sobre empreendedorismo e gestão e rodadas de negócios nos municípios da região diretamente impactados.



Ricardo Correa

5

FOMENTO À ECONOMIA

O incentivo ao desenvolvimento local também se dá por meio das próprias necessidades de contratação da Fundação Renova (e de seus fornecedores de serviço) para a execução dos programas.

Em 2016, 61% da mão de obra necessária foi contratada na região, o que somou 1.759 pessoas.

Não se trata de um programa de geração de emprego, mas de uma diretriz de aproveitar nossas necessidades operacionais para movimentar a economia local. Temos a meta de manter o nível de contratação de mão de obra local acima de 60% do total de nossa força de trabalho. Para isso, buscamos atualmente antecipar as demandas internas de contratação futura dos programas para preparar as pessoas das comunidades por meio de parcerias de capacitação com diferentes instituições. Assim, elas poderão preencher essas vagas, e o pagamento por esses serviços vai circular na própria região.

Do contrário, as possibilidades de emprego são muito limitadas. “Como a gente não tem mais o plantio e a pesca, o meu marido começou a trabalhar de pedreiro. Mas, sabe como é, ele não é fichado na empresa (não tem registro pela CLT) e nem sempre aparece serviço. Eu sou crocheteira, faço de tudo, colchas, roupas, biquínis, mas só aceito se for por encomendas”, conta **Ivanildes Melo Campos**, que vive com a família em uma chácara à beira do rio Doce, em Santana do Paraíso (MG).

Comércio restaurado



Arquivo Renova



Alexandre Battibugli

5

FOMENTO À ECONOMIA

Para identificar e impulsionar as potencialidades econômicas de Mariana, retomamos o estudo Mariana 2030, desenvolvido pela Samarco, com a participação da prefeitura e de lideranças comunitárias.

Já realizamos dois encontros para discutir o desenvolvimento econômico e social de longo prazo. Rebatizado de Mariana Presente e Futuro, ele já tem uma nova ambição: colocar Mariana entre os dez melhores IDHs do Brasil até 2030*.

*Com 0,742, Mariana figura em 52^o lugar em Minas Gerais

Alexandre Battibugli



A DEMORADA VOLTA DA PESCA

“Cheguei a Povoação em 1973 para trabalhar com cabana na praia e virei pescador profissional. Já sou aposentado, mas continuo com a atividade porque pescador gosta de ir para o rio ou para o mar. Sou da época em que se usava rede de barbante. O rio Doce era celeiro da pesca, que foi ficando escassa e piorou muito com a lama. O pescado desapareceu, ninguém tem condições de entrar no rio para trabalhar. O mar também não ficou legal, e a Justiça nos proibiu de pescar. Existe o medo de o peixe estar contaminado”, descreve **Simião Barbosa dos Santos**, de 73 anos, presidente da Associação de Pescadores e Assemelhados de Povoação (Apap), distrito de Linhares, no Espírito Santo.

De fato, as primeiras análises sobre a qualidade da água e do pescado do rio Doce ainda não permitem uma conclusão. Diante disso, foram realizados dois painéis, com as principais instituições de pesquisa da região para definir os critérios de um novo estudo. “A nossa expectativa é igual à de todos os pescadores: que, a partir desse passivo, se crie um grande ativo, em que a pesca futuramente vai poder estar melhor, com novas tecnologias, novas alternativas

de trabalho e renda das comunidades, melhor processo de organização, ampliação do mercado. Tudo isso resultará em mais qualidade socioambiental para a bacia do rio Doce”, comentou Carlos Sangalia, do Projeto Tamar, durante o Painel Técnico de Retomadas das Atividades Pesqueiras, organizado pela fundação.

Temporariamente, pretendemos estimular trabalhos alternativos ligados ao rio, como limpeza e monitoramento, além do fortalecimento das associações e colônias de pescadores.



5

FOMENTO À ECONOMIA

“O projeto de criação em tanques-rede tem tudo para dar certo. Quero ver funcionar, ver todo mundo trabalhar como antigamente”, anima-se Simião com a ideia. No entanto, ele reconhece que o diálogo nem sempre é fácil. “Acho que está faltando um pouco de entendimento entre a comunidade e a fundação. Nós, pescadores, não temos problema algum com a assistência dos profissionais. Acho que eles querem fazer um bom trabalho. Na minha opinião, eles deveriam ter conversado com as pessoas por partes: com os pescadores, os agricultores, e não com toda a comunidade ao mesmo tempo. Aí ninguém se entende, tem gente que está interessada só no cartão, é uma confusão. Nós, pescadores, representamos uma classe, e é para nossa vida do rio e do mar que queremos voltar”, explica.

Atualmente, cerca de 4 mil pescadores recebem auxílio financeiro por conta da interrupção da atividade produtiva. Também procuramos estabelecer conversas semanais com as associações e colônias de pescadores para construir uma estratégia de retomada das atividades pesqueiras de maneira participativa e que gere impactos transformadores.



Arquivo Renova

Workshop sobre pesca

PROGRAMAS ENVOLVIDOS:

16: Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras / 18: Diversificação Econômica Regional / 19: Micros e Pequenos Negócios / 20: Estímulo à Contratação Local

6

ENGAJAMENTO E DIÁLOGO

CONSTRUIR SOLUÇÕES JUNTO COM OS ENVOLVIDOS

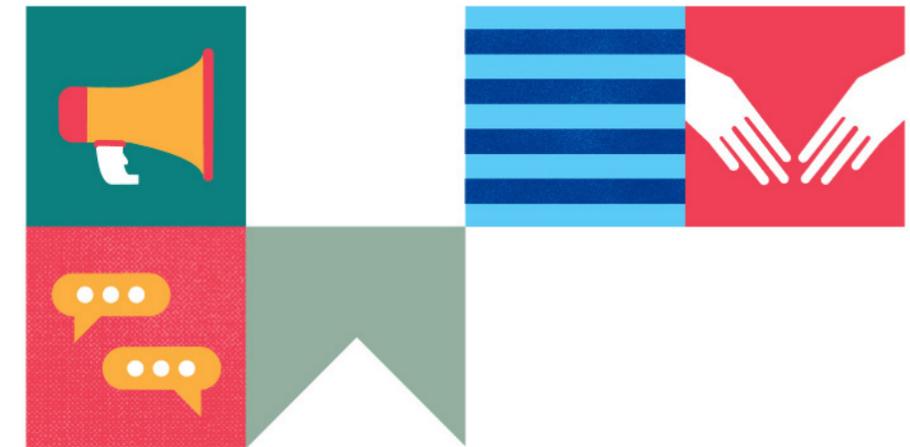
“Bruna, quando sai minha casa de mel? Vieram aqui, mediram a área, falaram que iam começar e até agora nada”, pergunta o agricultor **Valdir Polak**, em Paracatu de Baixo, a Bruna Tropa, da equipe do Diálogo, em Mariana. Segundo ele, essa recuperação está entre suas necessidades mais urgentes para que possa voltar a fazer o mel retirado de seus apiários e aumentar a renda do sítio.

“Tamara, nós estamos com vontade de invadir a igreja de Paracatu (interditada depois do rompimento) para celebrarmos as nossas missas. O povo está ficando zangado”, avisa dona Isolina Isaías, que, ao lado da filha Vanessa, foi morar em Mariana. “Olha, eu gosto demais desses meninos da fundação (refere-se à equipe do Diálogo), mas o que eles podem de fato fazer, além de ouvir e encaminhar pedidos?”, diz seu Milton Manuel de Sena, editor-chefe do jornal A Sirene.



Ricardo Correa

Desde o rompimento, já foram realizados **918 eventos**, com a presença de **31.547 pessoas**. Quatro princípios guiam esse trabalho: participação social, transparência, escuta e respeito às pessoas.



Arquivo Renova

Reunião com os impactados

Além dessa escuta atenciosa, do cuidado para não julgar pedidos, fazer parte da equipe de Diálogo (em março de 2017, eram 60 pessoas) significa abrir mão de horários rígidos e finais de semana. É também não ter receio de sacolejar em veículos por estrada de terra, abrir e fechar porteiros e ter sempre um espaço reservado no estômago para mais um cafezinho, um queijo e uma prosa – nem sempre amistosa. “É estar disponível e entender que, por variadas razões nem todos têm a mesma compreensão”, comenta Thales de Toledo França, em Mariana. “Quando podia imaginar que como engenheiro, do campo de exatas, lidaria com os sentimentos e expectativas de tantas pessoas? ”, diz Marcelo Werneck, que atua na região de Resplendor (ES). Ao longo do tempo, muitos vínculos são criados em meio a tantas conversas e solicitações. Na sua grande maioria, eles acabam se tornando grandes torcedores pelo futuro das pessoas ou das comunidades nesse caminho em que as histórias se cruzam.

“A gente tem de conversar, conversar, conversar. É só assim que a gente resolve situações complexas como essa que estamos vivendo. Não dá para culpar a fundação pela falta de soluções rápidas porque eles também estão se estruturando... Mas a morosidade é algo complicado para quem foi atingido”, conta Valdir Polak, que cultiva alimentos orgânicos em Paracatu de Baixo.

CONTATOS QUE RECEBEMOS EM 2016

Todos os moradores da região também podem entrar em contato direto com a fundação por uma série de canais: Central de Atendimento 0800, 12 Centros de Informações e Atendimento, Ouvidoria e Central Rede, como detalhado na página 9. No total, recebemos mais de 64 mil manifestações em 2016:

	Quantidade de manifestações registradas	64.245
	Quantidade de protocolos registrados pelos Centros de Atendimento (presencial)	4.996
	Quantidade de protocolos registrados pelo 0800 (telefone)	56.027
	Quantidade de protocolos registrados pelo Fale Conosco (site)	674
	Quantidade de protocolos registrados diretamente pelas equipes de campo	2.548

Principais temas registrados

CADASTRO — Novo cadastro de impactado
 PIM — Programa de Indenização Mediada
 AUXÍLIO FINANCEIRO — Perda de Renda (elegíveis)
 CADASTRO — Informação sobre o processo
 AUXÍLIO FINANCEIRO — Revisão de cadastro



PROGRAMAS ENVOLVIDOS:

6: Diálogo, Comunicação e Participação Social / 35: Informação para a População / 36: Comunicação Nacional e Internacional

TERRA E ÁGUA

DESAFIOS



Definir como e fazer a restauração florestal



Definir e implementar plano para restaurar 40 mil hectares ao longo da calha do rio Doce



Ter um Plano de Manejo de Rejeito alinhado com órgãos reguladores



Encontrar solução técnica para tratar a água a jusante (da nascente para a foz)



Definir plano de ação para restauração do impacto na biodiversidade



Implementar o Plano longo prazo de Monitoramento da água

COMO CONSTRUÍMOS ESSE CONTEÚDO

Os desafios apresentados neste capítulo refletem a percepção da gestão da Fundação Renova, em março de 2017, sobre os pontos prioritários de atenção de nossas equipes na execução dos trabalhos de recuperação. A partir do contato com os impactados e com os gestores dos programas, selecionamos os tópicos desse eixo que apresentam neste momento maiores desafios ou evoluções. Eles não representam todos os temas sobre os quais estamos atuando, mas são uma amostra dos tópicos mais críticos levantados nestes primeiros oito meses de atuação, de agosto de 2016 a março de 2017.



1 USO DO SOLO

A NATUREZA E O TRABALHO EM HARMONIA

Temos uma grande oportunidade nas mãos: transformar a região do rio Doce. Queremos que sirva de exemplo para outros lugares do Brasil e do mundo. Um lugar onde o trabalho das pessoas na agricultura, na pesca e no turismo aconteça em harmonia com o meio ambiente. Ou seja, ao mesmo tempo em que se restabelece as condições socioeconômicas, se beneficia a natureza e ajuda a conservá-la, fazendo com que se recupere e se mantenha sempre saudável. Esse é um trabalho que vai usar recursos, tecnologias e a capacidade de organizar as ações da fundação, mas que depende da atuação de todos os atingidos e interessados na recuperação de toda a bacia do rio Doce. O grande desafio será sermos persistentes ao longo do tempo, pois deve levar de 10 a 15 anos, e unidos para entender que cada propriedade tem sua parte de contribuição para a solução de todo o território.

Já sabemos que esse é um desejo que está em muitos dos produtores rurais da região. “A lama afetou a parte melhor do meu sítio, onde plantava cana e outras coisas, e criava um gadinho. A casa também foi destruída, então, não dá para ficar lá mesmo. Repassei umas cinco vacas para os vizinhos tirarem o leite e mandarem para o laticínio. No meu sítio, elas não tinham condições de ficar. Nem mesmo a Chumbada, uma guerreira que ficou atolada e só conseguiu ser salva depois de muito trabalho de resgate”, lembra João Bosco Gonçalves, 68, mais conhecido como **João Bigode** na região de Paracatu, à beira do rio Gualaxo. “Tudo o que mais quero é minha terra de volta e viver no sítio. Os meninos (*profissionais da Fundação Renova*) já me disseram que a casa não poderá ser construída onde estava porque a área é de risco. E que também não vou poder cultivar nas margens do rio porque é contra a lei ambiental. Para mim tudo bem, eu não entendo nada disso. Só entendo mesmo é de plantar.”



Ricardo Correa

1 USO DO SOLO

A recuperação dos cursos de água e a qualidade do uso da terra dependem um do outro.

Por isso, decidimos ligar todos os programas que ajudam na recuperação da natureza em uma única frente, que chamamos de Terra e Água. Afinal, esses programas darão mais resultado se trabalhados de forma integrada. Assim, quando olhamos o uso do solo, temos que pensar na limpeza das calhas e estabilização das margens dos Rios Gualaxo do Norte e do Carmo, na recuperação das Áreas de Preservação Permanente em todo o território até a foz do Rio Doce, na proteção e recuperação das nascentes, em geral, pertencentes às propriedades rurais ao longo dos rios, que precisam ser regularizadas com o Cadastro Ambiental Rural e um Plano de Regularização Ambiental. Isso significa ter uma atenção individual sobre cada propriedade, mas em favor da melhoria de toda a região atingida. Veja detalhes dos programas na página 85.

Na área mais próxima do rompimento é onde se concentra o trabalho mais pesado, para retirar árvores, galhos e

rejeitos das calhas dos rios, dar forma às margens, minimizar o processo de erosão e proteger as curvas com pequenos muros de pedras (gabiões). É nesse trecho que vive o agricultor Márcio Ramos, Marcinho, 48 anos, que mora no distrito de Borba, perto de Paracatu. “Não vamos precisar sair daqui do nosso lugar. O pessoal (da Fundação Renova) só vai construir a casa numa área mais segura, aqui no sítio mesmo. Sei que vai ter um porão embaixo e a casa em cima, chique para danar”, fala com simplicidade. “Aqui, nós vivemos de tirar leite, que vai para o laticínio, de bater um pasto e da roça. Ouvi dizer que Paracatu vai ser construída um pouco mais longe de onde estava. Mas continuarei indo lá mesmo assim para ver os amigos.”

Com a parceria dos técnicos da Emater, todas as 237 propriedades rurais entre Mariana e a usina Risoleta Neves, entre elas a do Marcinho, passarão a ter o seu Plano de Adequação Socioeconômica e Ambiental (conhecido como Pasea), que regulariza a terra de acordo com as exigências do novo



Arquivo Renova

Primeiro passo: limpeza das calhas dos rios e estabilização das margens

Código Florestal, para que se torne uma propriedade sustentável do ponto de vista social e ambiental. Isso inclui o Cadastro Ambiental Rural (CAR) feito e a papelada já preparada para ter o Plano de Regularização Ambiental (PRA), que vem por aí, mas ainda está em fase de regulamentação. Assim, estarão totalmente legalizadas e mais bem preparadas para combinar a atividade

rural com o cuidado com o meio ambiente. Importante dizer que todos os Planos de Adequação Socioeconômicos e Ambientais serão construídos com a participação ativa dos proprietários para que cada Pasea seja personalizado e, assim, atenda às necessidades e aos interesses de cada pessoa.

PROGRAMAS ENVOLVIDOS:

25: Recuperação da Área Ambiental 1/ 26: Recuperação das Áreas de Preservação Permanente / 27: Recuperação das Nascentes / 40: Implementação de CAR e PRA

1 USO DO SOLO

A RECUPERAÇÃO DEVE ALCANÇAR TODOS

Grandes ou pequenos proprietários rurais, todos foram impactados pelos efeitos do rompimento da barragem. Nosso trabalho de recuperação do uso da terra e da água na bacia do rio Doce deve democraticamente considerar todas as realidades. O pecuarista Carlos Salgado Purger, Seu Carlito, da região de Governador Valadares, e a agricultora Marlene Ferreira Martins, do assentamento Primeiro de Junho, em Tumiritinga, são duas faces da mesma moeda.

A SEGUNDA CHANCE DE SEU CARLITO

“Sou pecuarista, de família tradicional nesta área, e minha fazenda fica a 28 quilômetros de Governador Valadares. Na propriedade, de 160 hectares, eu mexia com pecuária de leite, de corte e fiz um projeto para produção de feno. Comprei maquinário, montei irrigação e na hora que ia plantar veio a lama de Mariana. Fiz financiamento na Caixa Econômica Federal de quase R\$ 500 mil, para ser pago em seis anos, com um ano de carência. Vendi meu gado para pagar o banco. Passou mais um ano, e não tive mais dinheiro para pagar porque também não tive dinheiro para plantar. Eu fiquei sem renda nenhuma, entrei no cartão de crédito, no limite especial. Hipotequei o único bem que eu tinha por conta desse projeto. Depois que aliviou essa água do rio [refere-se à lama], eu arrendei o pasto para bois. É disso que estou vivendo porque o auxílio do cartão é pouco para as minhas contas. Tenho vontade de reativar meu projeto de feno porque no final do ano preciso pagar o banco. Mas para isso preciso de assistência técnica, mudas, adubo e herbicida e um dinheiro para comprar óleo e poder trabalhar.

Alexandre Battibugli



O pecuarista Carlos Purger cria gado de leite na região de Governador Valadares

Quero receber indenização pelo gado que tive de vender, pelo leite que deixei de tirar e pelo lucro cessante que deixei de produzir. Foi a maior tristeza do mundo ver o rio daquele jeito, porque além da fazenda em si, eu tinha um paraíso lá: uma praia de dois quilômetros de areia e o rio ficava cristalino. Dava para pescar dourado, pacu, pacumã, cascudo etc. Mas eu acredito que o rio pode voltar ao normal mesmo que esse processo seja lento. Eu já recebi a visita de um engenheiro agrônomo e um zootecnista da Renova, que trabalham na equipe de revitalização das fazendas. Estou me sentindo esperançoso. Eu não desisto, não.”

1 USO DO SOLO

A AGRICULTORA MARLENE QUER REFLORESTAR AS MARGENS

“Chegamos ao assentamento em 1993 e passamos oito anos debaixo de lona até recebermos nossos lotes do Incra, que já havia desapropriado esta área. Aqui eu planto feijão, milho, horta e cana, tenho pomar com laranja, coco, todos os tipos de frutas. Mexo com gado de leite, de corte, mel e cachaça. O leite vai para a cooperativa, e vendemos o mel e a cachaça na feira do produtor na cidade e, às vezes, em Belo Horizonte. Meus dois filhos estudam e também ajudam nessa rotina.

O assentamento tem terra boa, nascentes, mas o mais importante para nós é o rio Doce. Com o rompimento da barragem, a gente ficou meio amarrado porque não tem como produzir na margem do rio. E ficamos com cisma da água porque não sabemos o risco que ela pode trazer para a saúde. Furei poço artesiano para ter água para a horta e fizemos pequenas represas para dar água ao gado. Nossos produtos foram rejeitados um tempo pelo consumidor, que também ficou assustado.

Foi uma surpresa para nós quando a Renova veio nos procurar propondo reuniões, explicando sobre os programas para a

recuperação do meio ambiente e cadastrando as pessoas. A maioria aqui já recebe o auxílio financeiro. Ficamos desconfiados porque se tratava de uma empresa, né?

Todo mundo depende desse rio e nosso assentamento se colocou à disposição da fundação para reconstruirmos o rio Doce juntos. Sou uma simples camponesa, mas a minha vontade é de reflorestar as margens, de ter esse rio de volta e de ver ele bonito”.



Alexandre Battibugli

A agricultora Marlene Martins já foi sem-terra e agora quer recuperar o rio

A RECUPERAÇÃO DAS PROPRIEDADES

Conheça o que foi feito nas 237 propriedades rurais entre Mariana e a usina Risoleta Neves, que sofreram impacto físico pelo volume de rejeitos, com a perda, em geral, das melhores pastagens:

246 Km
de cercas
refeitos para
atender às
novas demandas
de plantio

180 hectares
de pastagens
com maior
produtividade
plantados

12,6 mil
toneladas de
silagem para
a alimentação
animal
distribuídas

PROGRAMAS ENVOLVIDOS:
17: Retomada das Atividades Agropecuárias

2 GESTÃO HÍDRICA

ÁGUA PARA LAVAR O RIO DOCE

Como parte dos programas de compensação, a Fundação vai trabalhar para restaurar 40 mil hectares de Áreas de Preservação Permanente (APP) ao longo de toda a bacia do rio Doce nos próximos dez anos andam junto com a recuperação de 5 mil nascentes nesse mesmo período. São esses mananciais que irão gerar a água para lavar a calha do rio e e melhorar sua qualidade.

O primeiro passo é cercar e proteger as nascentes, regenerando a vegetação para que ali se tenha a quantidade de árvores na proporção de 1.200 plantas nativas por hectare.

Com a parceria do Instituto Terra, completamos, em 2 de março de 2017, a proteção das primeiras 511 nascentes, 251 em Minas Gerais e 260 no Espírito Santo.

“A nossa esperança é que num futuro próximo possamos acelerar e ganhar escala para a verdadeira recuperação das nascentes e das matas ciliares, que farão o filtro de chegada de todos os resíduos minerais em direção ao rio”, afirma Sebastião Salgado, fundador do Instituto Terra, que mobilizou 217

proprietários de áreas rurais onde estão as nascentes – 103 em Minas Gerais e 114 no Espírito Santo. “Temos de aumentar esse ritmo de recuperação para ampliar o fluxo de água que vai lavar a calha e, assim, permitir a recuperação ambiental do rio.” Outras 500 nascentes estão previstas para 2017.

Ao mesmo tempo, estamos contratando a organização que irá nos ajudar a localizar onde será realizado o plantio dos 40 mil hectares, que em grande parte irão restaurar o corredor de matas ciliares ao longo do rio Doce. “Essa recuperação vai considerar o território como um todo, envolvendo grandes e pequenas propriedades rurais”, prevê Roberto Waack, presidente da Fundação Renova. Também vamos identificar os viveiros que irão produzir as mudas das espécies típicas do bioma de Mata Atlântica a serem plantadas. “Se eu pudesse dar uma sugestão, diria para que eles pegassem nossos jovens para trabalhar porque além de estudo, eles conhecem como ninguém a região. Desejo para o rio Doce uma recuperação urgente, que sejam plantadas árvores rio acima e que haja a soltura de peixes. Se você dá à natureza, ela te responde. Ela é muito grata. Espero que eu possa tomar muito banho nele ainda

e fazer minha purificação”, confia **Joelma Fernandes Teixeira**, 42 anos, produtora de frutas e hortaliças na comunidade Ilha Brava, em Governador Valadares.

O treinamento de jovens e adultos para trabalhar nesse grande esforço de proteção de nascentes e de restauração de Áreas de Preservação Permanente é uma oportunidade que já identificamos e que devemos levar adiante, com o apoio de organizações como o Instituto Terra.

Milhares de amostras de água e de sedimentos têm sido coletadas desde o rompimento para entender os impactos e propôr ações de remediação. O acompanhamento de longo prazo da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, bem como da zona costeira do Espírito Santo precisa de um sistema de monitoramento constante da qualidade da água. Esse programa de nome complicado – Programa de Monitoramento Quali-quantitativo Sistemático de Água e Sedimentos do Rio Doce, Zona Costeira e Estuários (PMQQS) – já está em fase final de definição. Vamos instalar uma grande malha de medidores em quatro trechos da bacia e também nos estuários e zona costeira do Espírito Santo.



Alexandre Battibugli

2 GESTÃO HÍDRICA

O INSTITUTO TERRA

O fotógrafo Sebastião Salgado e Lélia Deluiz Wanick Salgado criaram o Instituto Terra para recuperar a degradação ambiental a partir de uma antiga fazenda da família na região de Aimorés, no vale do rio Doce. Bem-sucedido em sua missão nos últimos 18 anos, o Instituto Terra tornou-se parceiro da Fundação Renova para a recuperação de nascentes.

Arquivo Renova



Proteção de nascentes para recuperar os rios

PROGRAMAS ENVOLVIDOS:

26: Recuperação das Áreas de Preservação Permanente /
27: Recuperação das Nascentes / 38: Monitoramento da Bacia do Rio Doce

3 MANEJO DE REJEITOS

A BUSCA PELA MELHOR SOLUÇÃO TÉCNICA

Os rejeitos que ainda estão depositados nas calhas e nas margens dos rios foram repetidamente analisados e considerados não-tóxicos em estudos realizados pela Samarco em conjunto com agências governamentais. Essa é uma importante conclusão para orientar as próximas decisões sobre quais medidas devem ser tomadas. Outras questões ainda devem ser respondidas por especialistas:

Como tratar o rejeito de minério de ferro acumulado no leito do rio Doce? Quais as soluções viáveis do ponto de vista ambiental, social, técnico e temporal? Para buscar conhecimento diante desse desafio, realizamos três eventos no início de 2017, com a participação de órgãos ambientais, Ministério Público, consultores e especialistas. Participaram do último **workshop**, em 13 de março: Ministério Público Federal, Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Agência Nacional de Águas (ANA), Projeto Tamar-ICMBio, Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce, Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (Indi), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), Instituto Estadual de Florestas, Secretaria

de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (IEMA), Secretaria do Trabalho e Ação Social do Espírito Santo, Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo, Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo e Secretaria da Saúde do Espírito Santo. Com a contribuição de todos, construímos diretrizes, conceitos, métodos, técnicas, governança e ferramenta para a tomada de decisão para definir a melhor forma de manejo em cada trecho do rio. Enquanto definimos essa solução, temos avançado em outras frentes de trabalho:

Caracterização geoquímica e geomorfológica do rejeito

Identificação, priorização e estabilização do rejeito

Remoção do rejeito nas margens dos rios Gualaxo do Norte e Carmo

Reconformação de calhas e controle da erosão de áreas prioritárias

67 afluentes recuperados, de um total de 101 mapeados



Workshop de Manejo de Rejeitos teve transmissão em tempo real no site da Fundação Renova



O primeiro trabalho de recuperação dos rios esteve concentrado na reconformação das calhas

PROGRAMAS ENVOLVIDOS:

9: Recuperação da UHE Risoleta Neves / 23: Manejo de rejeitos



INOVAÇÃO

ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

Para ampliar as opções de negócios, estamos desenvolvendo parcerias com a Fapemig – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – e Fapes – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo.

Os acordos têm a intermediação do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – Indi, que quer estimular e financiar a produção de conhecimento nos temas identificados pela Fundação Renova. Ao mesmo tempo, criar e fortalecer frentes de pesquisa de tecnologias, com a internalização das experiências geradas para o processo de recuperação. O objetivo é mapear oportunidades de trabalho conjunto, especialmente para identificação do aproveitamento econômico do rejeito. Já existem projetos experimentais para a produção de blocos para a pavimentação e até plantas-pilotos nas localidades de Santa Cruz do Escalvado e de Ponte Nova para a produção de [tijolos para a construção civil](#). A praça de Barra Longa, por exemplo, foi construída por blocos feitos de rejeitos.



Arquivo Renova

5

BIODIVERSIDADE

As iniciativas de proteção da biodiversidade estão em fase de definição com as entidades ambientais estaduais e federais. Entre as ações estão: o estudo da fauna aquática de todo o rio Doce; a análise do **ambiente marinho** no Espírito Santo; a construção de dois centros de triagem de animais silvestres; a avaliação dos impactos na fauna e flora ameaçada de extinção; e a avaliação do impacto e das ações reparatórias nas unidades de conservação.

Arquivo Renova



PROGRAMAS ENVOLVIDOS:
28: Conservação da Biodiversidade / 29: Recuperação da Fauna Silvestre /
30: Fauna e Flora Terrestre / 39: Unidades de Conservação

6 ASSISTÊNCIA AOS ANIMAIS

DUAS FRENTES DE TRATAMENTO

- 1** Animais de grande porte (suínos, equinos, cavalos e bois): são tratados em duas fazendas alugadas em Acaiaca (MG) e serão devolvidos assim que as propriedades estejam em condições de recebê-los.
- 2** Animais de pequeno porte (cães e gatos): estão sob a guarda da Fundação Renova no Centro de Acolhimento Temporário de Animais (Cata). Mais de 100 cães e gatos já ganharam novos donos em campanhas de adoção.

Arquivo Renova



PROGRAMAS ENVOLVIDOS:
7: Assistência aos Animais

RECONSTRUÇÃO E INFRAESTRUTURA

DESAFIOS



Concluir a engenharia da adutora de Governador Valadares



Estruturar repasse e monitoramento do uso dos recursos do programa de saneamento com os municípios



Articular o planejamento integrado de saneamento básico com os municípios da calha



Substituir as estruturas provisórias por solução definitivas



Conter material carreado para os rios no período chuvoso



Aprovar projetos, obter licenciamento e iniciar as obras dos reassentamentos



Adquirir o terreno de Gesteira, em Barra Longa (MG)



Finalizar a reforma das residências em áreas rurais



Regularizar a documentação dos proprietários



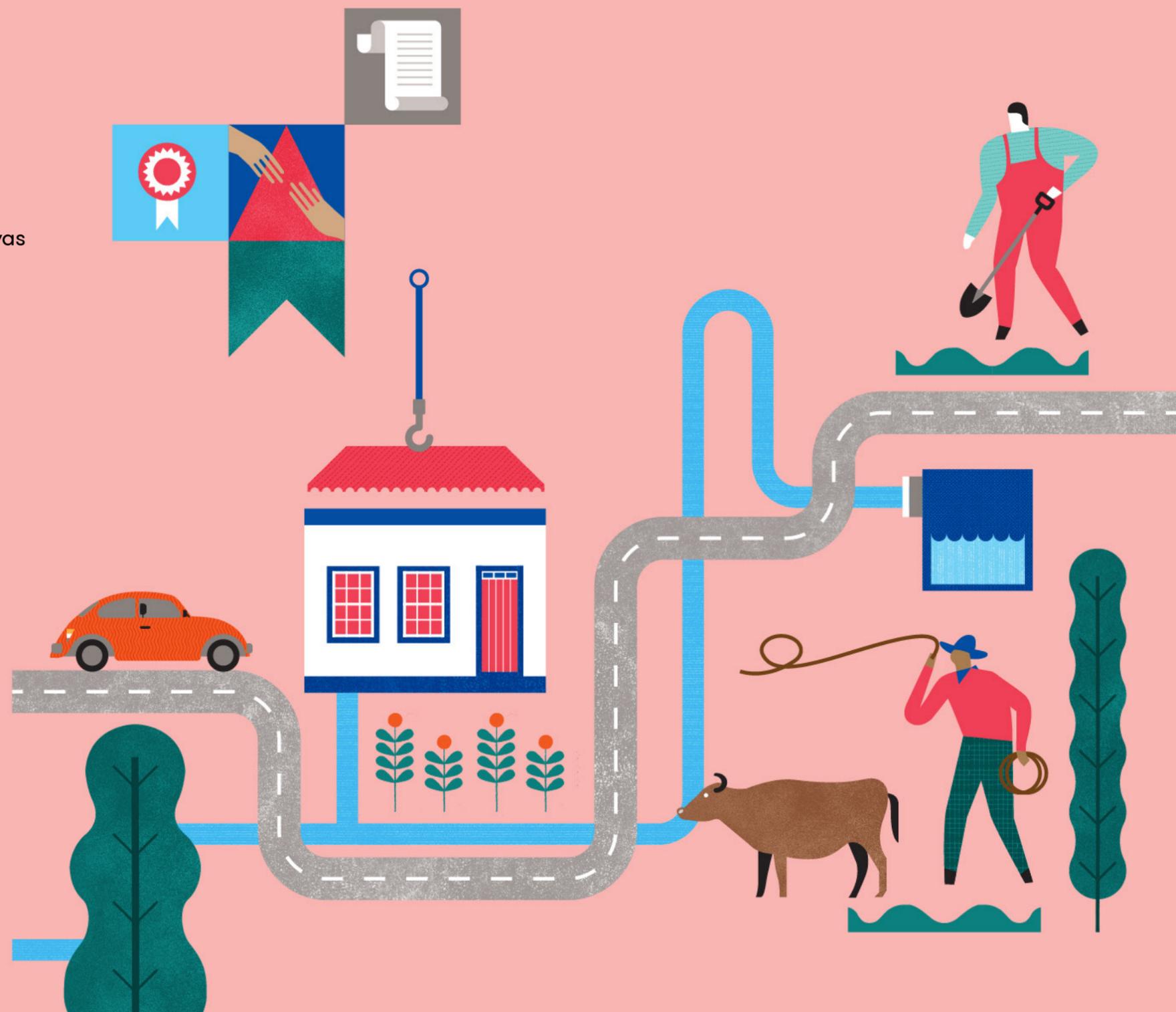
Gerar condições para a retomada das atividades econômicas ao longo do rio



Incentivar o surgimento de tecnologia que viabilize o aproveitamento econômico do rejeito

COMO CONSTRUÍMOS ESSE CONTEÚDO

Os desafios apresentados neste capítulo refletem a percepção da gestão da Fundação Renova, em março de 2017, sobre os pontos prioritários de atenção de nossas equipes na execução dos trabalhos de recuperação. A partir do contato com os impactados e com os gestores dos programas, selecionamos os tópicos desse eixo que apresentam neste momento maiores desafios ou evoluções. Eles não representam todos os temas sobre os quais estamos atuando, mas são uma amostra dos tópicos mais críticos levantados nestes primeiros oito meses de atuação, de agosto de 2016 a março de 2017.



I REASSENTAMENTO

O DESEJO DE VOLTAR PARA BENTO

Sonhar com o “novo Bento” é uma constante entre os moradores do distrito de Bento Rodrigues, o mais atingido pelo rompimento da barragem do Fundão.

“Eu já namorei muito embaixo dessa mangueira, aqui na frente da casa do meu sogro. Ali era a pracinha e o bar da Sandra, nosso ponto de encontro”, conta Manoel Marcos Muniz, 53 anos, o **Marquinho**, operador e mantenedor de bombas aposentado da Samarco cerca de um ano antes do acontecimento. “Aproveitava a nova fase para mexer com a terra, criar um gado, coisas que sempre gostei e fiz, mesmo quando tinha a rotina de empregado. Essa vida eu vou levar para o novo Bento. É a retomada de um sonho, porque ficar parado faz mal para a cabeça.” Marquinho frequenta a Bento Rodrigues em ruínas. “Apesar de toda a tristeza que aconteceu neste lugar, eu recarrego minhas baterias quando ando pela comunidade. Sinto muitas saudades do que já vivi aqui”, explica. “O novo Bento jamais será igual ao antigo, mas vamos fazer o mais parecido possível. Jamais pensei que passaríamos por tudo o que aconteceu mesmo sabendo dos riscos de morar próximo a uma barragem. Tínhamos uma vida boa.”

Ricardo Correa



O Programa de Reconstrução de Vilas mexe com uma das questões mais sensíveis do eixo de recuperação das infraestruturas: o restabelecimento do modo de vida da comunidade e da casa própria aos moradores dos três distritos fortemente atingidos pela lama – Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana; e Gesteira, em Barra Longa.

Ricardo Correa



São pessoas que tiveram as moradias destruídas ou interditadas e passaram a viver, em geral, em casas alugadas. Estão dispersas, longe de parentes e vizinhos. “A vida está tranquila por aqui, passo os dias bem. Quando vim para esta casa, tive muito o que fazer. Hoje procuro cuidar das minhas galinhas, da horta, e a minha esposa gosta muito de flores. Procuramos manter nossa vida rural como ela era antes”, afirma José Gilberto Martins, 67 anos, **Seu Deco**, que hoje vive no distrito de Bandeirantes, em Mariana. “Foi difícil saber que a gente ia ter de se mudar. Lá estava tudo arrumadinho, a vida estabilizada, numa boa casa, bem maior que a atual, com piscina, a criação de 200 galinhas e a roça. Meu sonho agora é voltar para o novo Bento e ter a mesma vida.”

1 REASSENTAMENTO

📌 O QUE APRENDEMOS COM O PROJETO

O processo de definição sobre a reconstrução de Bento Rodrigues gerou um grande aprendizado. O primeiro projeto, apresentado ainda antes do início dos nossos trabalhos, foi desenvolvido por uma empresa de urbanismo experiente, que propôs uma vila moderna e reformulada aos moradores. Foi recusado. “Nós queremos as mesmas ruas, os mesmos vizinhos, mesmo que sejam enjoados, e o mesmo Bento”, explica Antônio Pereira Gonçalves, apelidado de Da Lua, 47 anos, uma das lideranças da comunidade. Entendemos ali que qualquer solução em todos os programas de recuperação teria de ser construída com os envolvidos para durar. Então, a partir de um processo de escuta, o novo projeto urbanístico foi construído em conjunto com a comunidade, sua comissão de representantes e a Cáritas, assessoria técnica que os auxilia nas decisões relacionadas ao reassentamento. “Com a Fundação, o diálogo melhorou, eles fizeram um levantamento de expectativa para a construção da nova comunidade.

O projeto foi modificado várias vezes para atender o pessoal e ajustes vão acontecer até o fim”, completa Da Lua. O resultado? O projeto foi aprovado, por unanimidade, em 28 de janeiro de 2017.

A reconstrução é demorada e gera ansiedade. O terreno foi escolhido pelos moradores em 7 de maio de 2016 e comprado junto à Arcelor Mittal, a antiga proprietária. Agora, temos de vencer uma etapa de muita papelada, que inclui estudos ambientais e de urbanização, a licença ambiental e o decreto-lei da Prefeitura que transforma a região em área urbana. Aí sim, provavelmente a partir de julho de 2017, iniciamos a retirada da vegetação e a terraplanagem. Todas as questões coletivas para garantir a manutenção do desenho original de Bento Rodrigues, inclusive com as relações de vizinhança preservadas, ocorreram em mais de 70 reuniões com os moradores. Agora, teremos conversas individualizadas com cerca de 200 famílias para acertar as características de cada casa. A previsão é de que a reconstrução esteja finalizada em março de 2019.



Aprovação do projeto urbanístico de Bento Rodrigues

1 REASSENTAMENTO

BENTO ORIGINAL

54
hectares

Área plana

Subdistrito de Santa Rita Durão
(Mariana - MG)

23,5 km
de distância de Mariana (MG)

Comunidade rural

Ocupação sem planejamento prévio,
início datado do século XVII

Lotes de tamanhos
variados

NOSSA PROPOSTA

375
hectares

Área com inclinações

Distrito de
Mariana (MG)

8 km
de distância de Mariana (MG)

Comunidade urbana

Ruas com duas vias e
calçada de pedestres

Lotes com, no mínimo, 250m²
em atendimento à legislação
municipal

CARACTERÍSTICAS DO TERRENO



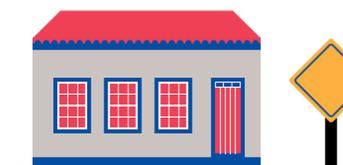
TERRENO
escolhido por mais de
90% da população



SOLO
adequado para plantio
e criação animal

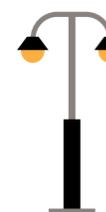


FONTE DE ÁGUA
abastecimento de água
próxima e sem contaminação

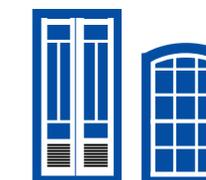


ACESSO
caminhos planejados, cidades mais
próximas e bem articuladas

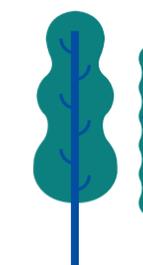
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO



Novas praças
e áreas de
convivência



Vizinhanças
mantidas



Áreas verdes
preservadas

I REASSENTAMENTO

A RECONSTRUÇÃO EM PARACATU E GESTEIRA

A partir das adequações e dos aprendizados do andamento das negociações que tivemos com a comunidade de Bento Rodrigues, a reconstrução do distrito de Paracatu de Baixo segue o mesmo processo: o local da nova comunidade já foi escolhido, a compra da área está em aprovação e estamos elaborando o projeto urbanístico com a participação das 108 famílias de moradores. Paracatu tem uma característica particular, pois há mais sitiantes conectados à área urbana. No total, foram 12 encontros, entre julho de 2016 e janeiro de 2017, para o levantamento de expectativas e a delimitação de terrenos. A previsão é levar a proposta final para aprovação da assembleia geral da comunidade até maio de 2017.

A demora provoca nervosismo na comunidade. “Não precisava fazer tantas assembleias. Eles já tinham elementos para saber o que as pessoas queriam. A gente quer as casas como elas eram, pois cada um tem sua identidade. Eles podiam dar o terreno, o povo fazia mutirão e a gente construía do nosso jeito. E desafiava a Renova ainda, fazendo em menos tempo. Queremos a Paracatu com a nossa cara, com as nossas festas”, desabafa a moradora Luzia Nazaré Mota Queirós. A jovem

Vanessa Aparecida Isaias, de 21 anos, também está preocupada: “Muitos acham que não vão ter Paracatu de volta. Eu sonho com isso, mas às vezes a gente perde a esperança.”

Há, no entanto, sitiantes que estão retornando para a região. “Pensei em vender minha terra, mas apareceu muita gente querendo compra e eu pensei: opa! Voltei com os planos de ter meu sítio nos finais de semana. Depois da fundação Renova, todas as questões começaram a andar. Estou animado, já reformei uma casa de hóspedes e agora vou arrumar a casa do caseiro”, conta o comerciante Faria (completar), que tem uma loja em Mariana e um sítio em Paracatu.

Menor das comunidades a serem reconstruídas, Gesteira tinha a previsão de ficar pronta no final de 2017, mas nos deparamos com um inesperado obstáculo: o proprietário do terreno escolhido pelos moradores mudou de ideia e não quer mais fechar o negócio. Com a ajuda do Ministério Público, deveremos rediscutir a situação com a comunidade. Já foram entregues, no entanto, a Escola Municipal Gustavo Capanema, além da praça e da quadra de esportes reformadas. Ao todo são oito casas, 11 lotes e uma praça com a igreja Nossa Senhora da Conceição.

Ricardo Correa



PROGRAMAS ENVOLVIDOS:
8: Reconstrução de Vilas

2 INFRAESTRUTURA URBANA E ACESSOS

A RECONSTRUÇÃO DE BARRA LONGA

Distante aproximadamente 70 quilômetros da barragem de Fundão e às margens do rio do Carmo, o município de Barra Longa, com seus cerca de 6 mil habitantes, foi o único que teve a sede diretamente impactada pela passagem dos rejeitos.

Praticamente toda a recuperação das infraestruturas, moradias, comércios e equipamentos públicos foi realizada ao longo de 2016 (veja quadro).

O dono de pizzaria **Sinésio Antônio Carneiro** lembra bem da noite em que a lama chegou. “Trabalhei até 11 horas da noite na pizzaria no dia 6 de novembro de 2015. Sabia que a lama atingiria a cidade, mas nem eu, nem ninguém, tinha noção do que estava por vir. Ficamos até 2 horas da madrugada na praça com outros moradores para ver como seríamos atingidos. Olha o perigo. Fui para casa e a lama chegou causando imensos estragos às 4 horas. Perdi geladeira, congelador, expositor, tudo o que precisava para trabalhar na pizzaria”, contabiliza. “Vejo o pessoal da Fundação Renova trabalhando

na recuperação da cidade, mas tudo é muito lento.”

A principal obra prevista para 2017 é a reconstrução do Parque de Exposições, com a conclusão prevista para 2018. Também devemos resolver o impasse em torno da Escola Municipal José de Vasconcelos Lanna, que está funcionando em um local provisório, uma vez que o proprietário do imóvel original informou que não pretende mais alugá-lo para a prefeitura. Atualmente, encontra-se em execução a elevação do campo de futebol e a reforma das últimas unidades de casas e comércios que ainda necessitam de reparos.



Ricardo Correa



Arquivo Renova



Ricardo Correa

Barra Longa atingida pela lama e, agora, recuperada

2 INFRAESTRUTURA URBANA E ACESSOS



Ricardo Correa

Praça reformada de Barra Longa

OBRAS ENTREGUES EM BARRA LONGA

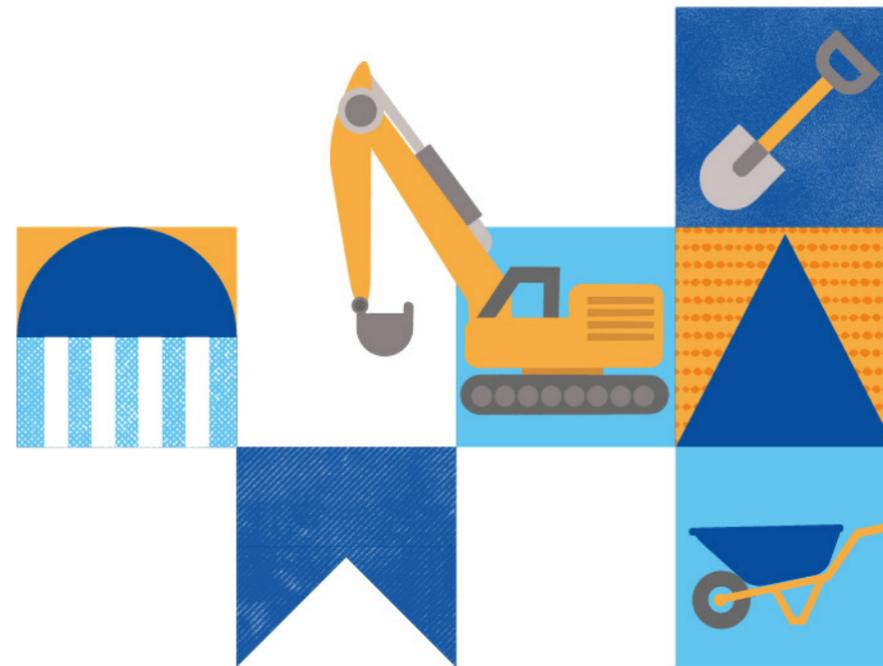
95 casas reformadas	2 casas reconstruídas	34 comércios reformados
1 escola reformada	2,5 km de pavimentação reconstruída na área urbana	1,1 km de contenções no rio do Carmo
23 propriedades rurais reformadas e limpas	71,5 km de estradas pavimentadas recuperadas	110 km de estradas não pavimentadas recuperadas
8 pontes reconstruídas	9 pontes de cabo de aço	93 quintais e lotes reformados
100 km de cercamento refeitos	18 currais reconstruídos	157 mil m ³ de rejeitos retirados

PROGRAMAS ENVOLVIDOS:

10: Recuperação das Demais Comunidades e Infraestruturas Impactadas

3 CONTENÇÃO DE REJEITOS

Seremos os responsáveis por fazer as análises nas estruturas impactadas pelo rompimento de Fundão. Apresentamos à a câmara técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental um trabalho que traz recomendações de controles e ações de prevenção já em curso ou a serem adotadas.



4 TRATAMENTO DE ÁGUA E EFLUENTES

FONTES ALTERNATIVAS PARA AS CIDADES

Desde que a Fundação Renova assumiu a gestão das atividades de melhoria das fontes de água potável nos municípios ao longo do rio Doce, em agosto de 2016, não houve qualquer interrupção no fornecimento. A água oferecida às populações pelas estações de tratamento municipais está em conformidade com todos os requisitos de potabilidade, o que tem sido verificado regularmente pelas autoridades.

Enquanto os rios não voltam ao normal e os estudos sobre a qualidade da água estão sendo feitos, precisamos garantir o abastecimento nos municípios ao longo do rio Doce. Estamos construindo **adutoras** e poços artesianos para aumentar a eficiência do direcionamento da água para as estações de tratamento de água e a estação de tratamento de resíduos da região:



Arquivo Renova

GOVERNADOR VALADARES (MG)

adutora de 22 km para captar água do rio Suaçuí Grande

RESPLENDOR (MG)

adutora de aproximadamente 2,5 km conduzirá a água do córrego Barroso

LINHARES (ES)

adutora de 9 km ligará a estação de tratamento à Lagoa Nova

BAIXO GUANDU (ES)

adutora de 1 km ligará o rio Guandu

COLATINA (ES)

duas adutoras: de 4 km, ligando o rio Santa Maria à Estação de Tratamento de Água 1, e de 5,5 km, conectando o rio Pancas à Estação de Tratamento de Água 2

No que diz respeito ao tratamento de efluentes, destinamos, em 28 de dezembro de 2016 R\$ 51.895.016,76 aos municípios às margens do rio Doce, entre a usina Risoleta Neves e Regência, no Espírito Santo, para a elaboração de planos básicos de saneamento básico, projetos de sistema de esgoto sanitário, implementação de obras de coleta e tratamento, erradicação de lixões e implantação de aterros sanitários regionais.

PROGRAMAS ENVOLVIDOS:

31: Coleta e Tratamento de Esgoto / 32: Tratamento de Água e Captação Alternativa

DADOS FINANCEIROS

Conheça como a Fundação Renova utiliza os recursos para a execução dos programas de recuperação dos impactos da barragem de Fundão.

VALORES GLOBAIS DO TTAC

O TTAC estabelece os aportes anuais para formação do patrimônio da Fundação, necessário para a execução dos programas estabelecidos. Há dois tipos de aportes: Recursos Compensatórios e Recursos Reparatórios. O TTAC define, de forma preliminar, valores entre R\$ 9,46 bilhões e R\$ 11,86 bilhões, distribuídos conforme abaixo.

Os **RECURSOS COMPENSATÓRIOS** têm valor determinado em R\$ 4,1 bilhões e envolvem dois aportes. O primeiro é o financiamento do programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos nos municípios ao longo do Rio Doce, no valor total de R\$ 500 milhões. Serão distribuídos nos anos de 2016, 2017 e 2018, nos montantes de R\$ 50 milhões, R\$ 200 milhões e R\$ 250 milhões respectivamente. O segundo aporte refere-se aos programas compensatórios, no valor total de R\$ 3,6 bilhões distribuídos em parcelas anuais de R\$ 240 milhões durante 15 anos, a partir de 2016, como Recuperação de APPs, Recuperação de Nascentes e ações compensatórias em geral.

Os **RECURSOS REPARATÓRIOS** não têm limite máximo de valor, ou seja, deverão ser implementadas as ações reparatórias necessárias e não deverão ficar limitadas aos aportes anuais estabelecidos de forma preliminar no TTAC. Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos.

Destacam-se, dentre os programas reparatórios, Manejo dos Rejeitos, Contenção de Rejeitos e Tratamento *In Situ*, Recuperação da Área Ambiental 1, Sistemas de Abastecimento Água, Investigação e Monitoramento da Água, Levantamento do Cadastro de Impactados, Programa de Indenização, Proteção dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, Comunicação e Diálogo, Reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira, Recuperação do Reservatório da UHE Risoleta Neves, Saúde Física e Mental dos Impactados, Retomada da Atividade Agropecuária e Auxílio Financeiro.

O cronograma dos aportes anuais previstos no TTAC foi estabelecido conforme abaixo:

2016 — R\$ 2 bilhões;
2017 e 2018 — R\$ 1,2 bilhão anuais;
2019 a 2021 — entre R\$ 800 milhões e R\$ 1,6 bilhão anuais, de acordo com o cronograma de execução dos programas e projetos;
De 2022 a 2030 — valores a serem definidos a partir das ações de reparação previstas, acrescidos dos R\$ 240 milhões anuais para ações compensatórias;
Adicionalmente aos valores acima, deverão ser destinados R\$ 500 milhões ao financiamento do programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos nos municípios ao longo do Rio Doce, nos anos de 2016, 2017 e 2018, nos montantes de R\$ 50 milhões, R\$ 200 milhões e R\$ 250 milhões respectivamente.

EXECUÇÃO ECONÔMICA DOS PROGRAMAS EM 2016

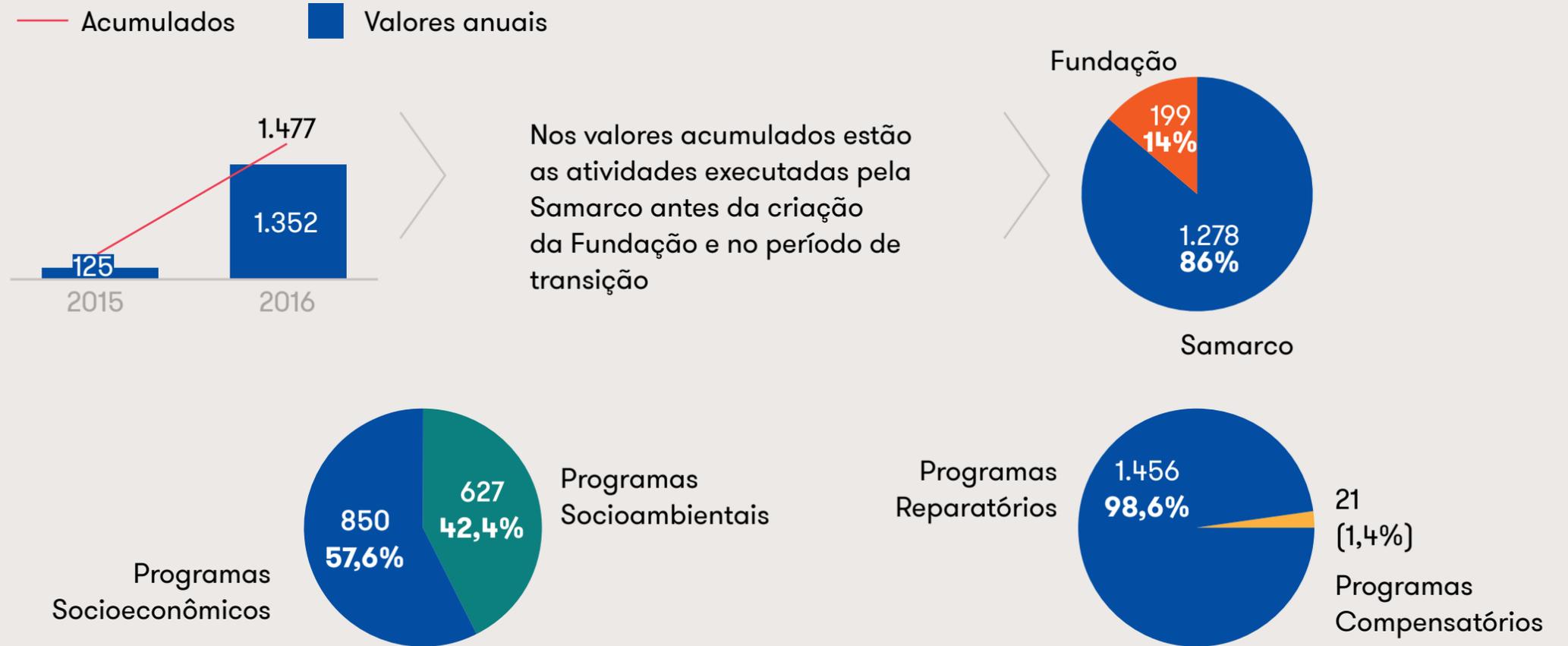
As despesas realizadas pela Samarco relacionadas aos programas para reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão estão computadas nos valores cobertos pelo aporte previsto para 2016.

A Fundação Renova foi criada em junho de 2016 e iniciou as operações em agosto. A partir de setembro, teve início a transferência dos contratos da Samarco para a fundação em um processo natural de transição, assim como as contratações diretas feitas pela própria fundação. Dessa forma, o total de execução dos programas acumulado até dezembro/2016 é composto de:

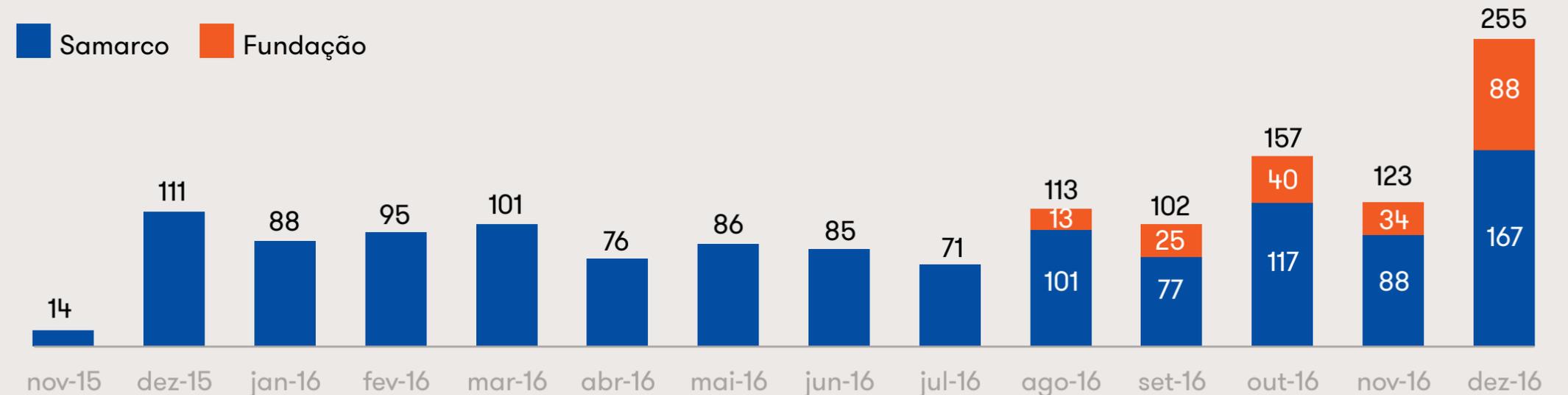
- valores realizados pela Samarco na fase emergencial até março/2016;
- valores realizados pela Samarco a partir de abril/2016 relacionados aos programas do TTAC;
- valores realizados pela Fundação Renova a partir do início da operação, em agosto/2016.

Foi contabilizado R\$ 1,477 bilhão nos programas do TTAC acumulados até dezembro de 2016, sendo R\$ 1,278 bilhão realizados pela Samarco e R\$ 199 milhões pela Fundação Renova.

Execução econômica / BRL MM

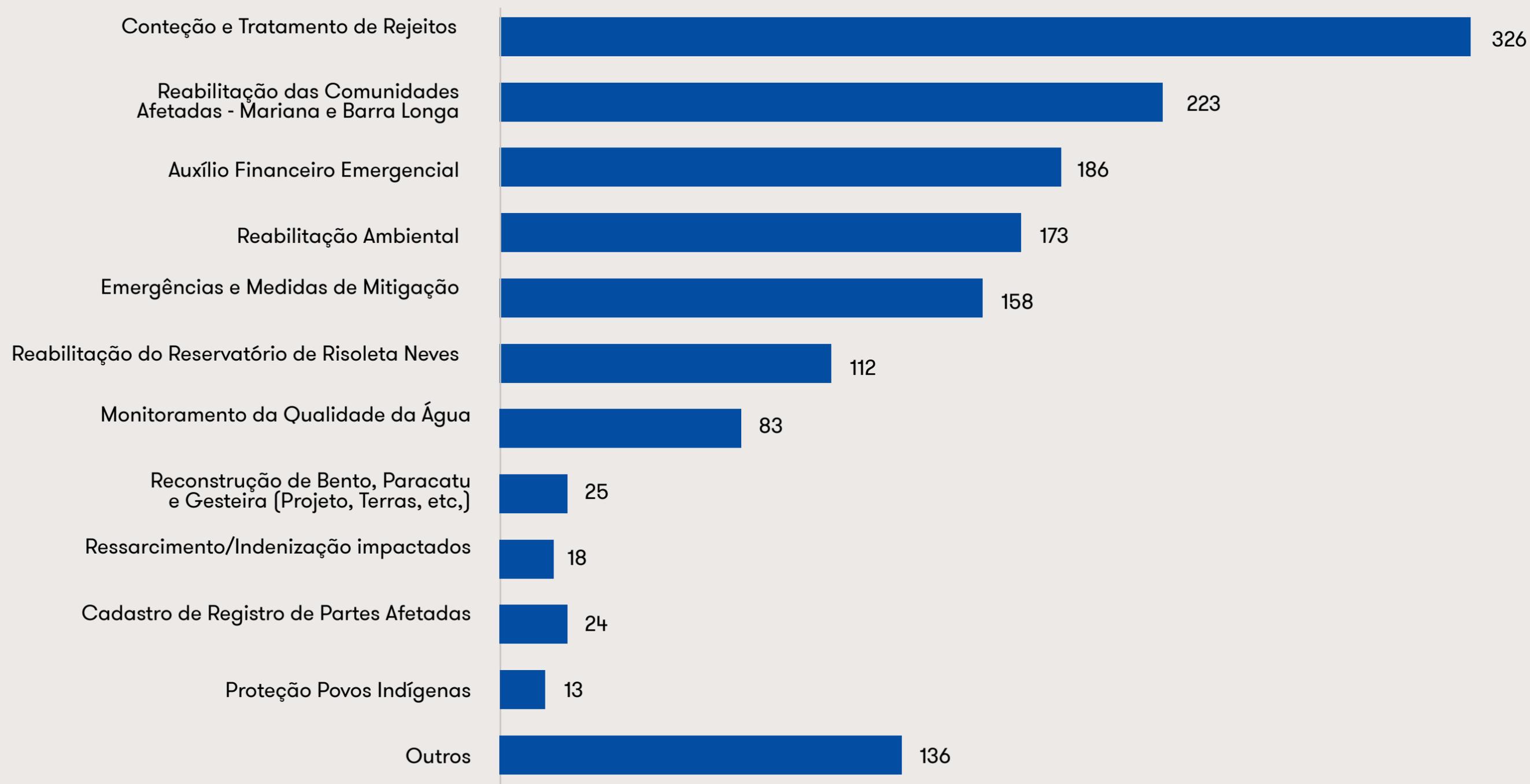


Execução econômica mensal / BRL MM



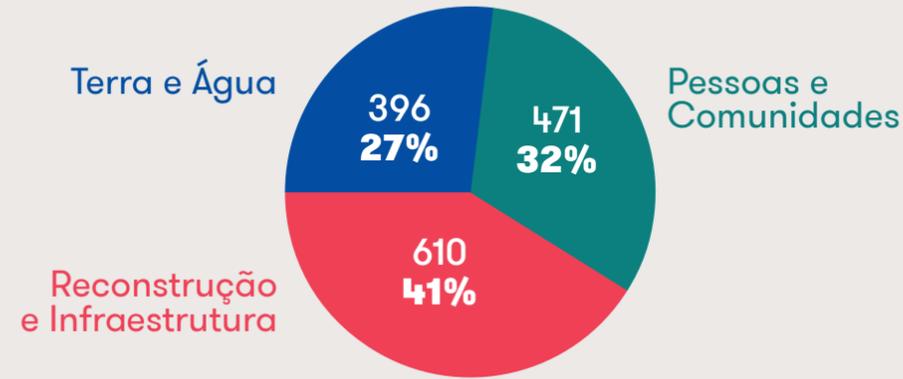
Cada programa possui sua conta específica para permitir o adequado planejamento e contabilização dos custos. Os valores acumulados até dezembro de 2016 estão demonstrados abaixo:

Custos realizados por programa / BRL MM

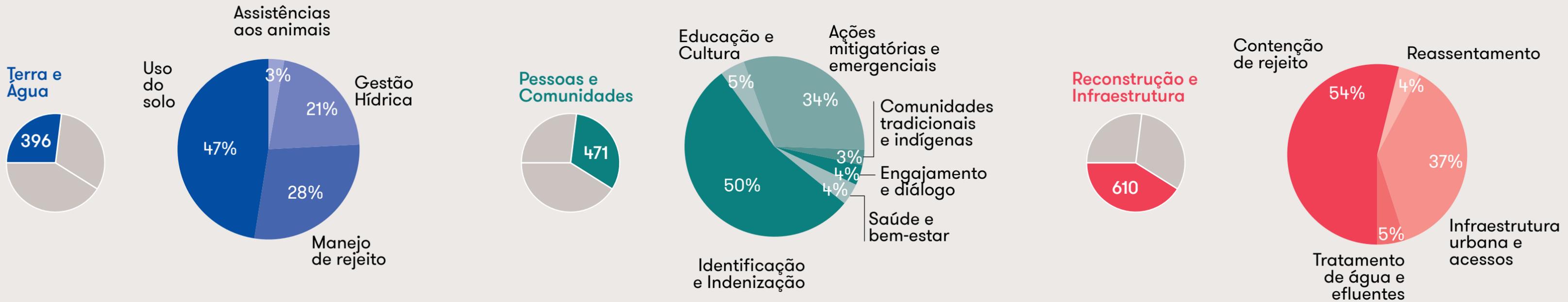


Os programas foram agrupados em três eixos temáticos, que representam a forma de atuação da Fundação Renova. Conheça o quanto cada eixo utilizou em 2016:

Custos realizados por “EIXO TEMÁTICO” / BRL MM



Dentro dos eixos temáticos, os programas estão reunidos em diferentes frentes de atuação. Entenda como foi a distribuição de recursos em cada uma delas ao longo de 2016:

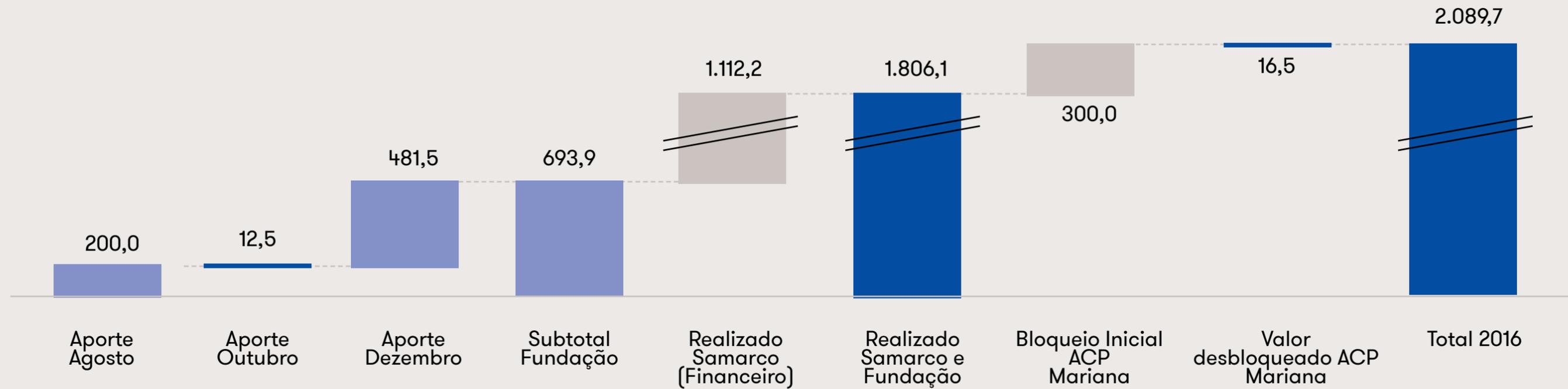


✓ Conheça as ações de cada Programa a partir da página 85.

DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DO APORTE TOTAL DE 2016

O gráfico abaixo apresenta a composição do aporte total de 2016 para execução dos programas, totalizando em R\$ 2,089 bilhões. Além dos aportes efetuados na Fundação Renova e os valores gastos pela Samarco para execução dos programas e projetos, fazem parte do aporte total de 2016 os valores bloqueados pela ACP (Ação Civil Pública) 0400.15.004335-6 Contenção e Tratamento (ACP Mariana):

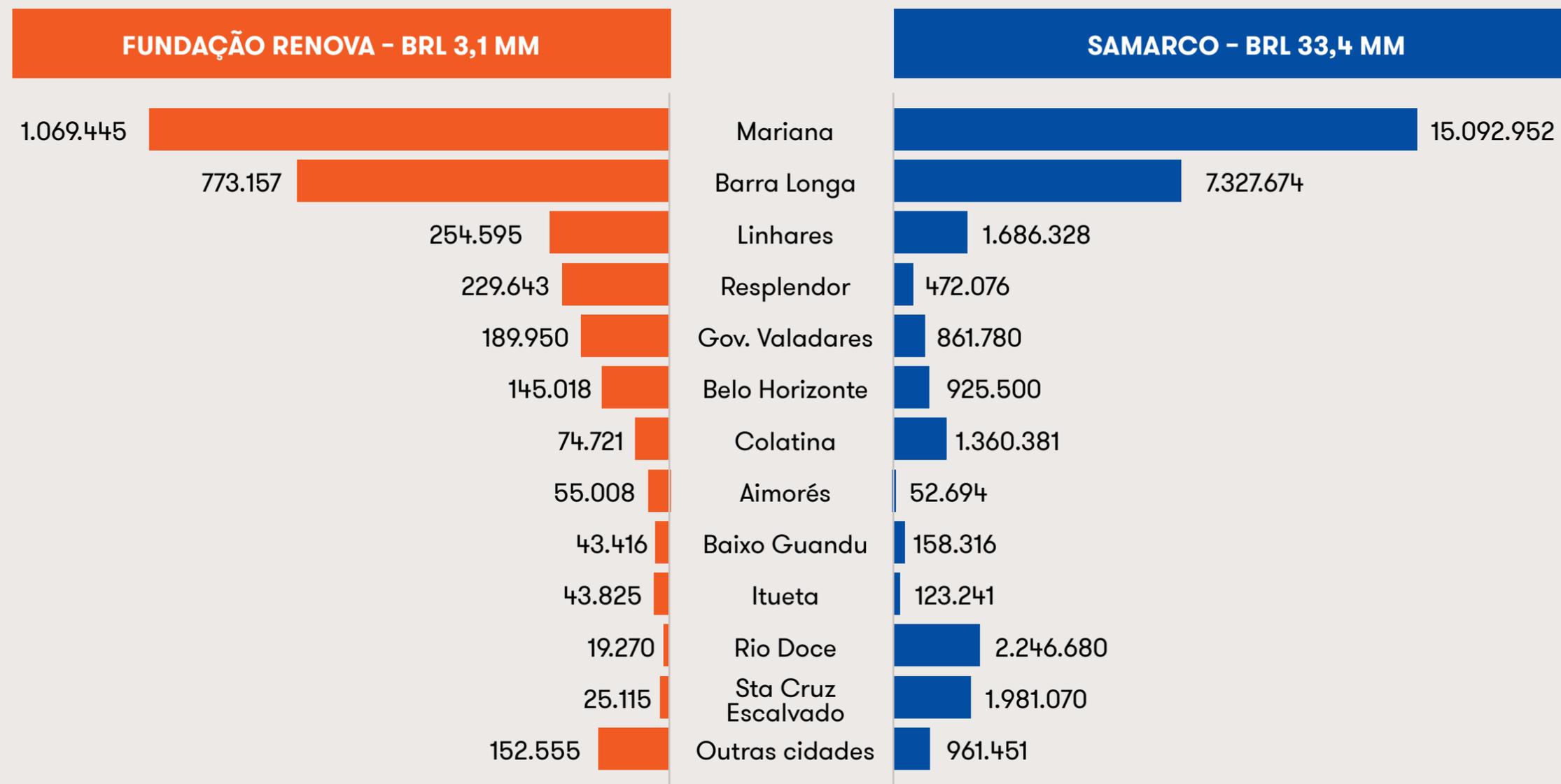
Aportes para execução dos Programas / BRL MM



GERAÇÃO DE ISS PARA OS MUNICÍPIOS

De novembro de 2015 a dezembro de 2016, foram gerados aproximadamente R\$ 36,5 milhões de ISS (Imposto sobre Serviços) para os municípios, relacionados a serviços destinados à recuperação dos impactos do rompimento da barragem de Fundão. Os valores estão separados de acordo com a execução na Fundação Renova (R\$ 3,1 milhões) e na Samarco (R\$ 33,4 milhões). Os valores recolhidos pela Samarco incluem, além dos relacionados a obrigações estabelecidas pelo TTAC, o ISS decorrente de gastos em obras não contempladas no TTAC, porém, necessárias ao reforço das estruturas remanescentes e outras atividades relacionadas ao rompimento da barragem.

Geração de ISS para os municípios / BRL



OUTRAS INFORMAÇÕES

As demonstrações financeiras da Fundação Renova, em anexo, como parte deste Relatório Anual de Atividades, representam somente as transações contábeis e financeiras realizadas pela própria fundação. Os valores apresentados neste relatório que dizem respeito às transações executadas pela Samarco estarão representados nas demonstrações financeiras da empresa.

A scenic landscape featuring a wide river with a sandy bank, surrounded by lush green hills and mountains in the background. Two people are sitting on a wooden bench in the foreground, looking out over the river. The scene is framed by large trees on either side. The word "PROGRAMAS" is overlaid in white capital letters, centered horizontally and flanked by two thin white horizontal lines.

PROGRAMAS

OS PROGRAMAS

Conheça os 42 programas de recuperação, previstos no TTAC e conduzidos pela Fundação Renova e o estágio em que se encontram:

Eixos temáticos: ● Pessoas e Comunidades ● Terra e Água ● Reconstrução e Infraestrutura

PROGRAMA 1 LEVANTAMENTO E CADASTRO

É uma espécie de censo, um levantamento de informações mais detalhadas de todos os impactados, identificando perdas e parâmetros sociais para que tenham acesso aos demais programas sociais e para que os resultados possam ser medidos no tempo. Estima-se que reúna entre 15 mil e 16 mil famílias. Até março, cerca de 14 mil cadastros já haviam sido realizados (10 mil foram entregues para verificação do CIF), na maioria ao longo do rio Doce. Uma nova campanha será realizada entre abril e setembro de 2017 para identificar eventuais impactados ainda não cadastrados. O recadastramento dos cerca de mil atingidos nos municípios de Mariana e Barra Longa aguarda um acordo com o Ministério Público, que questionou o conteúdo do questionário.



Arquivo Renova

PROGRAMA 2 RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO

Tem o objetivo de **ressarcir e indenizar** os danos causados pelo rompimento da barragem. Depende da execução do cadastro, pois a definição do valor tem por base a estimativa das perdas de cada família. Utiliza-se uma matriz de valores construída por instituições técnicas indicadas pela população e com o acompanhamento da Defensoria Pública. Procura-se chegar a um acordo de forma transparente e justa, evitando-se o demorado caminho da discussão na Justiça. O atendimento aos já cadastrados começou nas cidades de Barra Longa e Colatina.

A indenização de danos morais associados ao desabastecimento de água já começou e estima-se que alcançará cerca de 400 mil pessoas. Em outubro, começaram os atendimentos em Governador Valadares (51 mil atendidos e 15 mil pagamentos) e Colatina (28 mil atendidos e 8 mil pagamentos).

PROGRAMA 3 PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS POVOS INDÍGENAS

É voltado para os três povos que estão no território impactado: Krenak, em Resplendor (MG), Tupiniquim e Guarani, em Aracruz (ES). Depois do atendimento emergencial, o programa deve construir, com participação das próprias comunidades, ações socioambientais estruturantes. A partir da orientação da Funai e da Sesai (Secretaria de Saúde Indígena), foram definidos os critérios para a contratação de uma consultoria socioambiental que tem a missão de entender os impactos e as necessidades desses povos. Esse estudo inclui um plano de diálogo para que se encontrem soluções locais para os problemas existentes no território.

PROGRAMA 4 PROTEÇÃO E QUALIDADE DE VIDA DE OUTRAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Estudo realizado pela consultoria Polifônicas e pela Fundação Palmares identificou o impacto na comunidade quilombola de Degredo, em Linhares (ES). Agora, estamos aprofundando o trabalho para definir os programas socioeconômicos que deverão ser adotados. Em Minas Gerais, uma parceria com a Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Estado pretende localizar outras comunidades afetadas.

PROGRAMA 5 PROTEÇÃO SOCIAL

Foco em reforçar a estrutura de assistência social para cuidar da parte vulnerável da sociedade e oferecer atendimento psicológico nos municípios de Mariana e Barra Longa. Num primeiro momento, apoiamos as prefeituras reforçando as estruturas públicas, com assistentes sociais e psicólogos nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), responsáveis pelo atendimento psicossocial dessa população impactada. Também foram disponibilizados carros para os atendimentos em casa. As ações emergenciais começam a ser

substituídas por outras mais estruturantes, como, por exemplo, a oferta de serviços na comunidade para idosos, jovens e adolescentes, além de atividades de terapia ocupacional, demanda vinda da comunidade. Outra iniciativa é o diagnóstico das vulnerabilidades sociais que possam ter sido potencializadas pelo rompimento da barragem no território como um todo. Uma consultoria vai trabalhar nesse levantamento que inclui os 40 municípios, identificando onde, quem e quais os tipos de vulnerabilidades. Ao longo de março e abril de 2017, serão realizadas oficinas com os secretários municipais de assistência social e de saúde para o levantamento e a coleta das informações. Outro objetivo é construir um novo escopo do programa, com a participação desses gestores públicos municipais.



Arquivo Renova

PROGRAMA 6 DIÁLOGO, COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Devemos assegurar a **participação da população** impactada e dos indiretamente impactados na definição dos programas. O diálogo está no centro da nossa forma de atuar para garantir que se tenha acesso à informação ampla, transparente, completa e pública, em linguagem

acessível, adequada e compreensível a todos os interessados, como condição necessária à participação social esclarecida. Temos uma série de canais de comunicação: Central de Atendimento 0800, 12 Postos de Atendimento, Ouvidoria, e-mail, Facebook (a partir de maio de 2017), Fale Conosco no site da Fundação e informativos. Em 2016, foram recebidos 64.245 contatos. A equipe de Diálogo realizou, até março de 2017, 918 eventos de diálogo, com a presença de 31.547 pessoas.

PROGRAMA 7

ASSISTÊNCIA AOS ANIMAIS

Depois de uma fase inicial de resgate e tratamento dos animais, esse programa oferece cuidados aos animais até que possam retornar ou encontrar seus responsáveis. Os animais de grande porte (suínos, equinos, cavalos e bois) são tratados em duas fazendas alugadas em Acaiaca (MG) e serão devolvidos assim que as propriedades estejam em condições de recebê-los. Da mesma forma, os de pequeno porte (cães e gatos), que também estão sob guarda da Fundação Renova no Centro de Acolhimento Temporário de Animais (Cata). O programa também procura dar destinação aos animais que não foram reconhecidos por meio de campanhas de adoção – mais de 110 cães e gatos já foram adotados.

PROGRAMA 8

RECONSTRUÇÃO DE VILAS

Envolve a reconstrução de três localidades: Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira. Houve cerca de 70 reuniões com a comunidade para a definição da nova Bento Rodrigues. O primeiro projeto sugerido foi recusado pelos moradores, que participaram ativamente da nova versão aprovada. Estão sendo feitos os cálculos de engenharia e os estudos ambientais e de urbanização. Com isso, será obtida a licença ambiental para que, no segundo semestre, comecem as etapas de implantação da infraestrutura. Em Paracatu, espera-se que até maio uma assembleia geral decida sobre o projeto da comunidade, que reúne cerca de 120 famílias. Em Gesteira, que é menor, com oito casas, 11 lotes, praça e igreja, teremos de rediscutir com a comunidade o local, pois o proprietário do primeiro terreno escolhido informou que não tem mais interesse em vendê-lo. A **Escola Municipal Gustavo Capanema**, também em Gesteira, foi entregue, no início do ano.



PROGRAMA 9

RECUPERAÇÃO DA UHE RISOLETA NEVES

O objetivo deste programa é desassorear o reservatório da UHE e recuperar as condições de operação da usina. Ele esteve sob responsabilidade da Samarco até março de 2017, quando se iniciou a transição para o controle da Fundação Renova. As equipes de engenharia, meio ambiente, gestão de projetos e planejamento estão acompanhando a execução das atividades para evitar descontinuidade de prazo e de conhecimento já adquirido. Um encontro no dia 22 de março reuniu as equipes técnicas para a definição de novas estratégias para conclusão da fase 1 estabelecida pelo TTAC (dragagem dos primeiros 400 metros do reservatório da Usina) no menor prazo possível.

PROGRAMA 10

RECUPERAÇÃO DAS DEMAIS COMUNIDADES E INFRAESTRUTURAS IMPACTADAS

O foco de atuação foi o município de Barra Longa, o único que teve sua sede diretamente impactada. Toda a recuperação aconteceu em 2016: a repavimentação de todas as vias (incluindo as que sofreram impacto indireto), a recuperação da praça e da Alameda Beira-Rio, a reconstrução de sete pontes e das contenções ao longo do rio do Carmo, reforma de 95 das 99 casas e de 34 instalações comerciais e a remoção de 157 mil metros cúbicos de rejeitos que estavam na cidade. Em 2017, vamos reconstruir o parque de exposições, a grande obra do ano, que provavelmente será concluída em 2018, e também estamos trabalhando na elevação do campo de futebol.

PROGRAMA 11 REINTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

O foco foi ajustado para a reintegração das comunidades escolares de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira. Em colaboração com as Secretarias Municipais de Educação de Mariana e Barra Longa, foram destinadas escolas para o recebimento temporário desses alunos e professores, enquanto as unidades definitivas não são construídas. A Escola Municipal Gustavo Capanema, em Gesteira, já foi entregue e os alunos, assim, retomaram as atividades a partir de 2017 nas novas instalações. As demais escolas ainda dependem do andamento do programa de reconstrução das vilas. Nesta fase de adaptação a outro ambiente escolar, os estudantes têm recebido apoio psicopedagógico.

PROGRAMA 12 MEMÓRIA HISTÓRICA, CULTURAL E ARTÍSTICA

Para preservação do patrimônio, histórico e cultural de Mariana (Bento Rodrigues e Paracatu) e Barra Longa (Gesteira), foi acordado com o Ministério Público a ação emergencial de recuperar os elementos de arte sacra espalhados pela lama e proteger as quatro capelas e igrejas atingidas pelo rompimento: Nossa Senhora da Mercês e São Bento, em Bento Rodrigues; **Igreja de Santo Antônio, em Paracatu**; e Nossa Senhora da Conceição, em Gesteira. Também temos apoiado a realização de festas religiosas e culturais nessas comunidades. A definição sobre a restauração ou reconstrução das edificações, no entanto, depende de uma definição que não está sob responsabilidade da fundação, mas ocorrerá a partir de um entendimento entre as lideranças da Igreja Católica, Ipham, Iepa, Ministério Público, Conselho de Patrimônio Municipal e moradores.



Arquivo Renova

PROGRAMA 13 TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Concluimos em março de 2017 a primeira versão de um diagnóstico em todos os municípios da calha do rio Doce, feita por consultorias especializadas, para entender os impactos no esporte, na cultura, no lazer e no turismo. Vamos enriquecer esse trabalho com o cruzamento com os demais programas. Com base nesse diagnóstico, teremos um Plano de Ação. Os polos culturais mais evidentes são Mariana, Resplendor e Linhares. Constatou-se que o turismo já não era uma atividade forte no território, o que abre uma oportunidade para o futuro. Em paralelo, apoiamos também a retomada das festas típicas regionais, bem como as atividades de esporte e lazer.

PROGRAMA 14 SAÚDE FÍSICA E MENTAL DA POPULAÇÃO IMPACTADA

Com foco mais clínico, tem estrutura bastante semelhante ao do programa 5, de proteção social. Desde o primeiro momento, buscou-se fortalecer as estruturas do Sistema Único de Saúde (SUS) nos municípios de Mariana e Barra Longa, com médicos, enfermeiros e insumos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Assim como carros para os atendimentos em casa. O próximo passo é a realização de um Estudo Epidemiológico e Toxicológico em toda a região atingida para apontar a dimensão dos impactos na saúde, nortear as ações e estabelecer os indicadores para medir a evolução ao longo do tempo.

PROGRAMA 15

TECNOLOGIAS SOCIOECONÔMICAS

Vai apoiar pesquisas e desenvolvimento de tecnologias de reaproveitamento comercial do rejeito, além de outras tecnologias e produtos que surjam no decorrer das ações de reparação e restauração ao longo da calha do rio Doce.

A ideia é ter produtos certificados e patenteados, que possam alavancar a economia local. Para isso, estão sendo assinadas parcerias com a Fapemig – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – e a Fapes – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo –, com a intermediação do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (Indi). Deveremos destinar mais recursos para pesquisas por meio de bolsas de Mestrado e Doutorado. Também serão contemplados projetos de novas formas de manejo e cultivo de pastagens e inovação na recuperação de áreas degradadas. Já há algumas plantas-pilotos desenvolvendo blocos para pavimentação e construção civil, mas os resultados mais efetivos começarão a aparecer em 2018.

PROGRAMA 16

RETOMADA DAS ATIVIDADES AQUÍCOLAS E PESQUEIRAS

Envolve toda a calha do rio Doce e as áreas marinhas de Regência e Povoação, no Espírito Santo. Está totalmente vinculado à recuperação ambiental da bacia e à liberação da pesca onde se encontra proibida. Os primeiros estudos sobre a qualidade da água e do pescado foram divergentes e não conclusivos. Portanto, foram realizados dois painéis com as principais instituições de pesquisa da região para definir os critérios de um novo estudo. Temporariamente, estimulamos trabalhos alternativos ligados ao rio, como limpeza e monitoramento, além do fortalecimento das associações e colônias de pescadores.

PROGRAMA 17

RETOMADA DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Atua em **237 propriedades rurais** entre Mariana e o reservatório de Candonga, que sofreram impacto físico pelo volume de rejeitos, com a perda, em geral, das melhores pastagens – além das propriedades de Candonga à Regência (ES), impactadas principalmente pela restrição de uso da água do rio Doce para irrigação e criação animal. Emergencialmente, foram refeitas cercas destruídas, segregadas áreas com lama para evitar atolamento das criações e proteção dos plantios substitutivos, totalizando 246 quilômetros de cercas. Plantamos 180 hectares de pastagens com maior produtividade e distribuimos mais de 12 mil toneladas de silagem para a alimentação animal. Começou em março de 2017 a fase definitiva do programa, que fará um diagnóstico de cada propriedade sobre o ponto de vista de conciliação da atividade econômica e da conservação ambiental. Está integrado ao programa 40 (Implementação de CAR e PRA) para definição conjunta de soluções.

Arquivo Renova



PROGRAMA 18

DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL

Está focado em Mariana, que é o único município dependente da atividade de mineração na região. Utilizamos como base o trabalho Mariana 2030, projeto participativo da prefeitura com lideranças comunitárias que traça as grandes linhas de desenvolvimento econômico e social de longo prazo. Rebatizada como Mariana Presente e Futuro, esse processo de revisão já contou com duas oficinas, que permitiram definir o grande objetivo a ser alcançado até 2030: Mariana estará entre os dez melhores IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano) do Brasil. Atualmente, é o 52º de Minas Gerais.

PROGRAMA 19

MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS

Tem o objetivo de recuperar e restaurar os pequenos negócios diretamente afetados pela lama, com a reconstrução e renovação dos equipamentos atingidos, incluindo profissionais autônomos e prestadores de serviço que perderam seus materiais de trabalho. Alcançamos também as atividades de turismo em Regência e Povoação. O princípio básico é o de que retomem as atividades em condição melhor que a anterior ao impacto. Uma nova fase começa em 2017: queremos incentivar o **empreendedorismo** e o surgimento de negócios que resultem em impacto social positivo, beneficiando principalmente as comunidades de baixa renda (que estão na base da pirâmide social).



Arquivo Renova

PROGRAMA 20

ESTÍMULO À CONTRATAÇÃO LOCAL

Os recursos utilizados pela própria fundação para os programas de recuperação podem também estimular a economia local. Este programa já se tornou um processo sistemático entre a fundação e as empresas que prestam serviços. Temos a meta de ter mais de 60% da mão de obra contratada com origem na região impactada. Em dezembro de 2016, alcançamos 61%, com 1.759 profissionais locais contratados. Procuramos agora antecipar as necessidades de mão-de-obra ou recursos profissionais dos demais programas para preparar a comunidade por meio de parcerias de capacitação com, por exemplo, o Senai e o Instituto Terra. Uma consultoria também está realizando um diagnóstico das potencialidades da mão de obra local.

PROGRAMA 21

AUXÍLIO FINANCEIRO EMERGENCIAL

A população impactada que teve seus ganhos comprovadamente comprometidos por causa da interrupção de suas atividades produtivas tem direito ao auxílio financeiro mensal até a retomada das condições de trabalho. Até março de 2017, 8.159 pessoas tiveram acesso a esse auxílio, que é realizado por meio de um cartão para o saque da verba. Novas solicitações continuam a ser analisadas.

PROGRAMA 22

GERENCIAMENTO DOS PROGRAMAS SOCIOECONOMICOS

Acompanha o processo de definição das atividades, sistemas de informação, banco de dados, indicadores de medição de resultados, aprovação conforme o modelo de governança e alocação de orçamentos, tudo para garantir eficiência e o melhor cumprimento do que está estabelecido no acordo judicial (TTAC).

PROGRAMA 23

MANEJO DOS REJEITOS

Em 2016, foram realizados estudos ambientais geoquímicos e geomorfológicos para avaliar a composição dos rejeitos e impactos, como erosão das margens, principais áreas onde estão depositados ou podem retornar ao rio com as chuvas. Três eventos no início de 2017, com a participação de órgãos ambientais, Ministério Público, consultores e especialistas, resultaram na construção de um Plano de Manejo, que será enviado aos órgãos reguladores e, posteriormente, à Câmara Técnica do CIF. O plano contém diretrizes, conceitos, métodos, técnicas, governança e ferramenta para a tomada de decisão para definir a melhor forma de manejo em cada trecho do rio. Até o fim de maio, aplicaremos a metodologia proposta e teremos o primeiro plano de ação para início dos trabalhos de execução.

PROGRAMA 24

CONTENÇÃO DE REJEITOS E TRATAMENTO DE RIOS

A tarefa de construir e operar estruturas emergenciais de contenção de sedimentos na área entre a barragem de Fundão e a usina Risoleta Neves ainda está sob responsabilidade da Samarco, com plano de transição já construído para repasse de algumas atribuições para a Fundação Renova a partir do dia 31 de março de 2017. Na região de Germano, executaremos trabalhos em duas áreas distintas: Eixo 1 e Dique S4. No Eixo 1, seremos responsáveis por contratação da empresa que fará as obras e aquisição de materiais, bem como pela execução dos projetos construtivos até a sua elevação final. Na região do Dique S4, faremos o descomissionamento (desconstrução) do dique S4 (previsto para 2019), construído com o intuito de ser a última barreira de contenção de sedimentos antes do rio Gualaxo do Norte e que atualmente inunda parte de Bento Rodrigues. Eventuais novas exigências de diques por conta das definições futuras dos programas de manejo de rejeitos e da recuperação da usina Risoleta Neves também ficarão a cargo da Fundação Renova. Já a operação da barragem de Nova Santarém e do dique S3, que estão em área da Samarco, permanecem sob responsabilidade da empresa.



Arquivo Renova

PROGRAMA 25

RECUPERAÇÃO DA ÁREA AMBIENTAL 1

O programa consiste em **limpar a calha** dos rios de árvores, galhos e sedimentos e estabilizar fisicamente cerca de 600 hectares de margens no trecho inicial que vai até a usina Risoleta Neves, revegetando com espécies de 15 gramíneas e leguminosas para proteger o solo da erosão. Em 2018, vamos iniciar o plantio das espécies florestais nativas para a recuperação da mata ciliar. Com isso, vamos recuperar especialmente os locais onde a passagem da lama gerou erosões nas margens. Nas curvas dos rios, principalmente, estamos fazendo o enroncamento, com a colocação de pequenos pedaços de rochas no barranco, para que a água não destrua a margem. Originalmente, estimou-se no TTAC uma área de 2 mil hectares de atuação. Novas medições determinarão com mais exatidão as áreas impactadas.

PROGRAMA 26

RECUPERAÇÃO DE APPS

Restaurar 40 mil hectares de Áreas de Preservação Permanente (APP) ao longo de toda a bacia do Rio Doce em dez anos é uma oportunidade de pensar o território estrategicamente como um todo. Será contratada uma empresa para identificar onde serão esses plantios, muito relacionados com a **recuperação das matas ciliares**, tema também presente no programa 25. Está em análise no Comitê Interfederativo (CIF) um procedimento técnico-operacional com o detalhamento das ações. Queremos ainda identificar onde existem viveiros de mudas ao longo

do rio Doce para produzir as espécies nativas do bioma da Mata Atlântica a serem plantadas. Estamos pesquisando um sistema de gestão florestal (SGF), pois as informações precisam ser colhidas de forma padronizada no campo para gerar um acompanhamento com indicadores e relatórios gerenciais. Em maio, será organizado um encontro com entidades especializadas para se debater as melhores práticas de restauração florestal com fins econômicos, ou seja, avaliar sistemas que motivem os agricultores a combinar o uso econômico com a restauração das matas.



Arquivo Renova

PROGRAMA 27

RECUPERAÇÃO DE NASCENTES

Recuperar 5 mil nascentes em dez anos em toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, 500 a cada ano. O primeiro passo é protegê-las para depois entender o que seria considerado como uma nascente recuperada. Concluímos, em 2 de março de 2017, a proteção das primeiras 511 nascentes em conjunto com o Instituto Terra, que mobilizou 217 proprietários de áreas rurais. Cedemos o material e pagamos a mão de obra para o cercamento de um raio de 50 metros no entorno das nascentes nas bacias dos **Rios Pancas**, Suaçuí Grande e Santa Maria do Doce. O próximo passo é regenerar a vegetação, tendo uma proporção de 1200 plantas nativas por hectare. Mais 500 serão protegidas até o fim de 2017.



Arquivo Renova

PROGRAMA 28

CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Devemos estudar a fauna aquática em todo o rio Doce e os cursos de água que contribuem para ele. Já há uma empresa contratada e o Plano de Trabalho foi entregue ao CIF em 31 de março de 2017. Também será contratado o consórcio de universidades Rede Rio Doce Mar para analisar o ambiente marinho, água e sedimentos, no Espírito Santo. Enquanto os estudos são realizados, ações emergenciais estão em discussão pela Câmara Técnica de Conservação e Biodiversidade.

PROGRAMA 29

RECUPERAÇÃO DA FAUNA SILVESTRE

O objetivo é construir dois Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (Cetas) ao longo do rio Doce. Houve um pedido dos escritórios do Ibama do Espírito Santo e de Minas Gerais para alteração do local por causa de dificuldades logísticas, o que exigiria uma alteração no TTAC. A Câmara Técnica de Conservação e Biodiversidade deve encaminhar essa necessidade para decisão análise do Comitê Interfederativo até a metade de 2017. A fundação tem a responsabilidade da construção das instalações e de sua operação pelo período de três anos.

PROGRAMA 30

FAUNA E FLORA TERRESTRE AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO

O programa ainda está em fase de definição. Entregamos relatório com a avaliação de impactos ambientais sobre a fauna e flora ameaçada de extinção. Encontros com especialistas da comunidade científica definirão metodologias e espécies a serem acompanhadas. Após concluído, o plano de ação será encaminhado ao CIF para análise e posterior execução.

PROGRAMA 31

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Trata da destinação de recursos financeiros, conforme a aprovação do CIF, aos municípios às margens do rio Doce, entre a usina Risoleta Neves e Regência, no Espírito Santo, para a elaboração de planos básicos de saneamento básico, projetos de sistema de esgoto sanitário, implementação de obras de coleta e tratamento, erradicação de lixões e implantação de aterros sanitários regionais. Os critérios de priorização e os valores máximos a serem repassados aos municípios já foram definidos pelo CIF. Já os requisitos que os municípios precisam atender para receberem os repasses estão em fase de definição.



Arquivo Renova

PROGRAMA 32

TRATAMENTO DE ÁGUA E CAPTAÇÃO ALTERNATIVA

Devemos trabalhar para reduzir o risco de desabastecimento das cidades ao longo do rio Doce e construir soluções sustentáveis para os sistemas alternativos de abastecimento de água. Estão sendo construídas **adutoras e poços artesanais** para aumentar a eficiência do direcionamento da água para as estações de tratamento de água e estação de tratamento de resíduos. Em Governador Valadares (MG), está prevista a construção de uma adutora de 22 km para captar água do rio Suaçuí Grande; em Resplendor (MG), a adutora de aproximadamente 2,5 km conduzirá a água do córrego Barroso; em Linhares (ES), uma adutora de 9 km ligará a estação de tratamento à Lagoa Nova; em Baixo Guandu (ES), a adutora de 1 km ligará o Rio Guandu; e em Colatina (ES) são duas adutoras: de 4 km, ligando o rio Santa Maria à Estação de Tratamento de Água 1, e de 5,5 km, conectando o rio Pancas à Estação de Tratamento de Água 2.

PROGRAMA 33

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O foco da educação ambiental conforme o TTAC, são os municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. De agosto de 2016 a janeiro de 2017, realizamos 41 atividades, entre palestras, reuniões e rodas de conversa, com a participação de 631 pessoas. Estamos estruturando um programa de educação ambiental que alcance os 39 municípios ao longo do rio Doce, com a participação de instituições de pesquisa, terceiro setor, comitês de bacias e órgãos do governo.

PROGRAMA 34

PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIA AMBIENTAL

Para alertar a população em caso de outra emergência ambiental relacionada às barragens na região até a usina Risoleta Neves, foi instalado em caráter de urgência, um sistema com 31 sirenes nas áreas povoadas. Esse sistema também pode ser usado pela Defesa Civil para alertar em caso de cheia nas bacias do Gualaxo e do Carmo, que agora possuem instrumentos conectados a um sistema automático de medição de nível dos rios e de chuva acumulada. Em setembro de 2016, foi realizado um diagnóstico da estrutura e capacidade de resposta das Defesas Civis dos municípios de Mariana, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce. O diagnóstico e um plano de ação para os próximos cinco anos foram enviados ao CIF. Há três frentes de atuação: melhorar a gestão pública de risco; criar grupos comunitários de defesa civil, dando poder à comunidade sobre a gestão de risco; e capacitar os jovens nas escolas sobre a percepção de risco.

Arquivo Renova



PROGRAMA 35

INFORMAÇÃO PARA A POPULAÇÃO

Para garantir maior transparência à população, o acordo prevê a construção de três centros de informações, um em cada macroregião do território atingido: Mariana e Barra Longa; no trecho mineiro do rio Doce; e no Espírito Santo. Esses espaços deverão ser mantidos por dez anos. Até o momento, contamos com 12 Centros de Informações e Atendimento, que funcionam como canais de acesso das comunidades. Entendemos, no entanto, que eles atendem às necessidades básicas de informação, mas não estão completamente estruturados. Por isso, estamos planejando o desenvolvimento de três centros mais didáticos e interativos, que possam complementar o programa de educação ambiental.

PROGRAMA 36

COMUNICAÇÃO NACIONAL/ INTERNACIONAL

A base do programa é uma página na internet para garantir o acesso de todos às nossas atividades, com total transparência. Esse endereço (www.fundacaorenova.org) está ativo desde agosto de 2016, conforme exigência do TTAC. Queremos que esse veículo seja mais um instrumento de diálogo com a sociedade, atendendo inclusive à demanda de informações de públicos

internacionais, por meio da versão em inglês, por exemplo. Já em janeiro de 2017, começamos a cobertura em tempo real de discussões públicas, palestras e outras atividades para ampliar o alcance dessas interações com as comunidades. Ao longo de 2017, vamos expandir nossa presença em redes sociais, e essa evolução está em fase de planejamento. Por fim, esperamos que esse espaço registre o diálogo e também a recuperação do rio Doce ao longo do tempo.

PROGRAMA 37

GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

Entregamos ao Comitê Interfederativo, em 2 de março de 2017 a análise de riscos ambientais das estruturas da Samarco impactadas com o rompimento: as barragens de Germano e de Santarém, esta última agora imersa pelo reservatório da barragem de Nova Santarém, além do mineroduto. Uma apresentação desse material será feita para a Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental. O trabalho foi realizado baseado em metodologia específica e traz recomendações de controles e ações de prevenção já em curso ou a serem adotadas.



PROGRAMA 38

MONITORAMENTO DA BACIA DO RIO DOCE

O objetivo do programa é acompanhar, ao longo do tempo, a recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e zona costeira e a efetividade das intervenções permanentes realizadas por meio da **avaliação sistemática da qualidade das águas e dos sedimentos**. Para isso, desenvolvemos o Programa de Monitoramento Quali-quantitativo Sistemático de Água e Sedimentos do Rio Doce, Zona Costeira e Estuários (PMQQS), que está sob a análise da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água desde 6 de

março. A frequência de amostragem depende do parâmetro analisado, podendo ser horária (estações de monitoramento automático) mensal ou trimestral. A malha de medição automática da bacia está dividida em quatro trechos: 18 pontos de amostragem entre a barragem do Fundão e a usina Risoleta Neves, incluindo os rios Gualaxo do Norte, do Carmo e Córrego Santarém; 10 pontos de amostragem entre a Usina Risoleta Neves e a Usina Baguari, incluindo rios Piracicaba, Matipó e Santo Antônio; sete pontos de amostragem entre as usinas Baguari e Aimorés; e quatro pontos de amostragem entre a usina Aimorés e afoz do rio Doce – além de 36 pontos de amostragem nos estuários e zona costeira do Espírito Santo.

PROGRAMA 39

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O programa originalmente foi criado para avaliar o impacto e as ações reparatórias nas Unidades de Conservação afetadas: Parque Estadual do Rio Doce (MG), Reserva Biológica de Comboios (ES), Área de Proteção Ambiental Costa das Algas e Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz (ES). Esse estudo agora deverá alcançar as 39 Unidades de Conservação de todo o território impactado. A Câmara Técnica de Conservação e Biodiversidade deverá enviar orientações para o novo plano de trabalho. Ao mesmo tempo, deveremos atuar na consolidação do Parque Estadual do Rio Doce (MG) e do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz (ES) e na implementação e construção da sede da nova Área de Proteção Ambiental (APA) na foz do rio Doce (ES), com área estimada de 43.400 ha, ainda a ser criada pelo governo federal.

PROGRAMA 40

CAR E PRAS

Com a parceria da Emater e do IEF (Instituto Estadual de Florestas), cada uma das 237 propriedades rurais entre Mariana e a usina Risoleta Neves passará a ter o seu Pasea – Plano de Adequação Econômica e Ambiental –, portanto, regularizada à luz do novo Código Florestal, com o Cadastro Ambiental Rural (CAR) feito e já preparada para ter o

Plano de Regularização Ambiental (PRA), que ainda está em fase de regulamentação.

PROGRAMA 41

GERENCIAMENTO DOS PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS

A exemplo do programa 22, serve para coordenar o gerenciamento dos programas socioambientais, acompanhando o processo de definição de atividades, sistemas de informação, banco de dados, indicadores de medição de resultados, aprovação conforme o modelo de governança e alocação de orçamentos, tudo para garantir eficiência e o melhor cumprimento do que está estabelecido no TTAC.

PROGRAMA 42

RESSARCIMENTO DE GASTOS PÚBLICOS EXTRAORDINÁRIOS

A consultoria E&Y realizará, ao longo de 2017, auditorias a partir dos critérios elaborados para o ressarcimento de órgãos do governo federal, dos estados e municípios, que devem estar devidamente comprovados. O TTAC prevê o valor de R\$ 27.463.793,00 para o ressarcimento dos órgãos dos estados e da União, atualizado pelo IPCA, e o fluxo de pagamentos será estabelecido até outubro de 2017.

Escola Municipal Gustavo Capanema - Gesteira / Barra Longa



ANEXO
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
DE 2016

Cenário criado com a participação dos alunos:
Caique Junior da Costa
Mary Henrique da Costa
Júlio Vitor da Silva Costa
Luiz Paulo Torres
Riguel Francisco Olini de Castro
Rafessa Vitória Santos Luz
Ryven Roberto Costa
E das professoras:
Andréia Aparecida de Araújo Costa
Genilda Caetano de Araújo Costa

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



*Aos Administradores e Acionistas
Fundação Renova*

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Renova (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser

que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião

sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as

demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 19 de junho de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” MG

Guilherme Campos e Silva
Contador
CRC 1SP218254/O-1 “S” MG

Balanco Patrimonial

Ativo	NOTA	2016	Passivo	NOTA	2016
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalente de caixa	3	567.465	Fornecedores	7	47.746
Tributos a recuperar	4	853	Salário e contribuições sociais	8	608
Total do ativo circulante		568.318	Tributos a recolher	9	3.839
NÃO CIRCULANTE			Provisões diversas	11	19.989
Ativos em construção destinados para doação	5	5.022	Obrigações socioambientais e socioeconômicos	12	499.561
Imobilizado		38	Outros passivos		1
Total do ativo não circulante	6	5.060	Total do passivo circulante		571.744
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Patrimônio social	13	693.950
			Transferência para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicos	13	(693.950)
			Superávit do exercício		1.634
			Total do patrimônio líquido		1.634
TOTAL DO ATIVO		573.378	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		573.378

Demonstração do Superávit (Déficit)

	NOTA	2016
RECEITAS		
Receita operacional - aportes	14	194.389
Receitas de contribuições	14	4.928
Receitas de serviços voluntários	14	27.993
Total de receitas		227.310
DESPESAS OPERACIONAIS		
Com programas	15	(194.389)
Gerais e administrativas	16	(33.826)
Outras despesas operacionais, líquidas		(40)
Déficit operacional antes do resultado financeiro		(945)
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	17	2.585
Despesas financeiras	17	(6)
Superávit do exercício		1.634

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	NOTA	Patrimônio Social	Déficit acumulado	TOTAL
Em 24 de junho de 2016		-	-	-
Dotação das mantenedoras	13	693.950	-	693.950
Transferência para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicos	13	(693.950)	-	(693.950)
Superávit do exercício		-	1.634	-
Saldo em 31/12/2016		-	1.634	1.634

Demonstração do Fluxo de Caixa

	NOTA	2016
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		1.634
AJUSTES PARA RECONCILIAR DÉFICIT DO EXERCÍCIO COM CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Provisão para outros passivos	11	19.989
		21.623
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS:		
Tributos a recuperar	4	(853)
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS:		
Fornecedores	7	47.746
Salários, provisões e contribuições sociais	8	608
Impostos a recolher	9	3.839
Obrigações socioambientais e socioeconômicos	12	499.561
Outros passivos	12	1
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		572.525
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ativos em construção destinados para doação	5	(5.022)
Aquisição de imobilizado	6	(38)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(5.060)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		567.465
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	567.465
		567.465

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Renova (“Fundação” ou “Entidade”) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 24 de junho de 2016 e estabelecida na cidade de Belo Horizonte – MG, com sua sede na Avenida Getúlio Vargas 671, 4º andar. A “Fundação” possui como instituidoras e mantenedoras a Samarco Mineração S/A (“Samarco”), como “Mantenedora Principal”, Vale S/A (“Vale”) e BHP Brasil Ltda. (“BHP”). (em conjunto “mantenedoras”), responsáveis pela dotação dos recursos necessários para a realização das suas atividades.

Sua regência se dá pelo Estatuto e pela legislação que lhe é aplicável. Tem como objetivo exclusivo a gestão e execução das medidas previstas nos programas socioeconômicos e socioambientais, incluindo a promoção da assistência social aos impactados, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão de propriedade da Samarco, conforme detalhado no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) celebrado em 02 de março de 2016 entre a Samarco,

Vale, BHP e diversos órgãos governamentais.

A “Fundação” possui as seguintes inscrições e títulos:

- Escritura pública de instituição registrada no Cartório do 2º Tabelionato de Notas da comarca de Belo Horizonte, livro 2800N, folhas 052 e 053, em 29 de junho de 2016;
- Estatuto registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da comarca de Belo Horizonte sob o no 138160 em 05 de julho de 2016;
- CNPJ Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o no 25.135.507/0001-83.

A Fundação é uma entidade de assistência social e, nesta qualidade, está imune à incidência de impostos sobre o seu patrimônio, renda ou serviços nos termos do artigo 150, VI, ‘c’ da Constituição Federal e à incidência das contribuições para financiamento da seguridade social tal como determina o artigo 195, § 7º, também da Constituição Federal.

Conforme definido no TTAC, foi contratada empresa de auditoria para realizar trabalhos de asseguaração referente aos projetos socioeconômicos e sociomabientais a serem executados pela Fundação. Considerando a recente constituição da Fundação, os trabalhos de asseguaração referente ao exercício de 2016 encontram-se em andamento com previsão de conclusão para o segundo semestre de 2017.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Curador, em 08 de junho de 2017, tendo o Conselho Fiscal emitido seu parecer favorável em 18 de abril de 2017.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica “Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1)” e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes a com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Fundação

efetue julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A Fundação revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.2.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não houve alterações ou novos pronunciamentos e interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016 que tiveram impactos relevantes para a Fundação.

2.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Fundação no processo de aplicação das políticas contábeis que afetam os valores divulgados dos ativos, passivos e despesas.

As estimativas e os julgamentos contábeis baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Fundação

faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas abaixo.

Provisão para contingências

As contingências são analisadas pela Administração da Fundação em conjunto com seus assessores jurídicos. A Fundação considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração.

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado, conforme divulgado na nota 10.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais, que é a moeda funcional e do principal ambiente econômico em que a Fundação opera, gera e consome caixa e, que é também a sua moeda de apresentação.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata cujos vencimentos das operações na data efetiva da aplicação são iguais ou inferiores há três meses e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

2.5 Ativos financeiros

A Fundação classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2016, a Fundação não detém instrumentos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(a) Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o Método da Taxa Efetiva de Juros.

(b) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(c) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Fundação avalia, a cada data de balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros apresenta perda no valor recuperável. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros tem perda no valor recuperável e incorre-se em perda no valor recuperável apenas se existir evidência objetiva de perda no valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (um “evento de perda”) e se esse evento (ou eventos) de perda tiver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser estimado com segurança.

O montante de perda no valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados

descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

2.6 Ativos não circulante destinados para doação

Os ativos são classificados como ativos destinados para doação, quando a Fundação está comprometida com um programa que tem um plano de aquisição, construção de ativos (ou conjunto de ativos) em que a doação é considerada altamente provável. Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

2.7 Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, doação, formação ou construção. A depreciação e a amortização são iniciadas a partir da data em que os bens são instalados e estão disponíveis para uso.

A depreciação é calculada com base no método de depreciação e amortização linear.

2.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como

passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor da fatura ou do contrato correspondente.

2.9 Provisão para contingências

Obrigações presentes são registradas quando as perdas e desembolsos forem avaliados como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança.

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Fundação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

2.10 Benefícios a empregados

Assistência médica

A Fundação concede benefícios que envolvem seguro de vida e plano de assistência médica aos empregados e dependentes dos empregados, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo

empregatício com a Fundação.

2.11 Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores (mantenedoras), acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.12 Apuração do superávit (déficit)

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem receitas e despesas, bem como os rendimentos, encargos e as variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes.

(a) Reconhecimento de receitas de contribuição

As receitas são reconhecidas no momento em que ocorre efetivo recebimento dos recursos.

(b) Reconhecimento de receitas e despesas de trabalhos voluntários

Os serviços prestados pela mantenedora, Conselho Curador, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal, foram reconhecidos quando efetivamente realizados e conforme requerido pela Interpretação Técnica “Entidades sem Finalidade de Lucros” – ITG 2002 (R1).

Os valores foram mensurados pelo valor justo e registrados como se houvesse ocorrido um

desembolso, ou seja, uma entrada e saída de recuso financeiro. Tais valores foram contabilizados como receita e despesa no mesmo montante sem gerar alteração do déficit/superávit do exercício e do patrimônio líquido.

(c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros moratórios, IOF e despesas bancárias.

A receita de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa encontra-se detalhada abaixo:

	2016
CAIXA E BANCOS	
No país	1
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	
No país	567.464
	567.465

Em 2016 os montantes disponíveis em banco foram aplicados em contas bancárias remuneradas, com liquidez diária pactuadas com instituições financeiras nacionais. Valor vinculado a conta corrente com remuneração atrelada à taxa da Selic, variando entre 10% e 100%, conforme período de manutenção dos valores investidos. As referidas aplicações financeiras são registradas ao valor de mercado, conforme atualização periódica informada pelas instituições financeiras.

Deste montante, R\$ 240.000 foram reservados em 2016 para execução de projetos de natureza compensatória e de medidas compensatórias, tendo a referida reserva finalizado o ano com o saldo de R\$ 228.338, já considerando a atualização pelo IPCA conforme TTAC. Está depositado

em conta bancária segregada o valor de R\$ 51.895 destinado exclusivamente “a ações ligadas à elaboração de planos básicos de saneamento básico, elaboração de projetos de sistema de esgotamento sanitário, implementação de obras de coleta e tratamento de esgotos, erradicação de lixões e implantação de aterros sanitários regionais” (redação TTAC), onde tais recursos deverão ser integralmente repassados aos municípios indicados pelo Comitê Interfederativo (CIF). Tais montantes serão aplicados tão logo o CIF aprecie os projetos apresentados pelos municípios interessados.

4. TRIBUTOS A RECUPERAR

A composição do saldo de tributos a recuperar encontra-se detalhada a seguir:

		2016
IRRF s/aplicação financeira	(a)	580
INSS sobre folha a recuperar	(b)	273
		853

Dado a condição de imunidade, a Fundação busca a recuperação dos tributos retidos por outras entidades ou recolhidos indevidamente.

(a) Imposto de renda retido na fonte - pelos bancos onde a Fundação possui aplicações financeiras – sobre os rendimentos auferidos

em 2016.

(b) Refere-se a parcela patronal do INSS relativa aos meses de agosto a novembro, período em que a Fundação estava avaliando o seu enquadramento tributário. No entendimento da Entidade estes valores foram recolhidos indevidamente e poderão ser recuperadas nos termos do artigo 2o, I, § 1o da IN RFB 1.300/2012.

5. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO DESTINADOS PARA DOAÇÃO

Em 2016 a Fundação iniciou os investimentos que compõe o Programa de Reconstrução de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira, conforme previsto no TTAC. Estes dispêndios estão classificados no ativo de longo prazo, considerando que a conclusão do projeto esta prevista para o ano 2019, ano em que os imóveis contruídos nas novas Vilas serão entregues aos respectivos proprietários.

Os valores que compõe esta rubrica estão demonstrados abaixo:

		2016
Terrenos	(a)	4.134
Projetos de Engenharia	(b)	888
		5.022

(a) Refere-se à aquisição de terras para construção da Vila que esta sendo chamada

de Novo Bento Rodrigues.

(b) Dispêndios relacionados aos projetos conceituais e detalhados para construção das vilas do Programa 08.

6. IMOBILIZADO

A Entidade iniciou suas atividades em agosto de 2016 tendo suas instalações em imóvel alugado, sendo necessário a execução de reformas no imóvel da sede localizado em Belo Horizonte. Estes investimentos estão classificados em imobilizado em andamento.

	2016
Benfeitorias em Bens de Terceiros	38
	38

Adicionalmente a Entidade recebeu em comodato, das suas mantenedoras Samarco e Vale, bens para execução de suas atividades operacionais e administrativas. Estes itens são compostos basicamente por móveis, utensílios, equipamentos de informática e telecomunicação. Os montantes reportados são os valores contábeis residuais destes bens nas empresas proprietárias.

Considerando a obrigação da Fundação em devolver estes itens as mantenedoras, ao final do período contratado, os valores destes bens estão escriturados conforme abaixo:

BENS EM COMODATO	2016
Processamento de Dados	7
Móveis e Utensílios	196
Sub Total	203
BENS EM COMODATO A DEVOLVER	
Processamento de Dados	(7)
Móveis e Utensílios	(196)
Sub Total	(203)

7. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores é composto basicamente por valores a pagar a prestadores de serviços, que em 31 de dezembro de 2016 representam a composição demonstrada abaixo:

	2016
Mercado interno	47.569
Mercado externo	177
	47.746

8. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

O saldo de salários, provisões e contribuições encontra-se detalhado abaixo:

		2016
Salários a pagar	(a)	373
Provisão de férias	(b)	128
FGTS a pagar	(c)	52
INSS de empregados a recolher	(d)	15
Outros	(e)	40
		608

(a) Os salários são pagos até o 5o dia útil do mês subsequente, sendo realizado um adiantamento quinzenal de 40% do valor bruto.

(b) A provisão de férias é constituída proporcionalmente ao período trabalhado considerando as determinações legais.

(c) Contribuição mensal de 8% do salário do empregado, de obrigação do empregador, conforme legislação vigente.

(d) Refere-se a contribuição do empregado para o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

(e) É composto principalmente por valores a pagar, referente ao seguro de vida em grupo dos empregados da Entidade.

9. TRIBUTOS A RECOLHER

Em sua totalidade a rubrica é composta por tributos retidos de fornecedores, em geral prestadores de serviços. Os saldos destes tributos a recolher encontra-se detalhado abaixo:

		2016
ISS retidos de fornecedores a recolher		1.625
INSS retidos de fornecedores a recolher		1.083
IRRF retidos de fornecedores a recolher		572
Tributos federais retidos	(a)	559
		3.839

(a) Refere-se a valores de retenções dos tributos federais PIS, COFINS e CSLL de acordo com a Lei 13.137/2015 de 19 de junho de 2015.

10. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade é parte em 3 ações judiciais, oriundas do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões cíveis. A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisões para as contingências uma vez que considerou todas as ações com probabilidade de perda possível.

Os valores destas ações estão apresentados pelo valor da causa atualizado, ou seja, aqueles atribuídos pelos respectivos autores.

Contingências possíveis:

DESCRIÇÃO

Processo no 0034197-49.2016.8.13.0400 - Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público em face da Samarco Mineração, Vale S.A. BHB e Fundação Renova, em que teve concedida a antecipação da tutela em 12.09.2016, que restou determinado a suspensão dos negócios jurídicos que tiveram objeto a compra e venda de animais dos atingidos, obrigando as requeridas de se absterem a realizar novos negócios, da mesma natureza, com os atingidos, até nova decisão judicial.

POSIÇÃO

Em 27/10/2016, considerando o requerimento do MPMG de f. 485, foi cancelada a audiência anteriormente designada e suspendeu o feito pelo prazo de 120 dias.

2016: 511

DESCRIÇÃO

Processo no 5007288-91.2016.8.13.0105 - Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público em face da Fundação

Renova em que o autor (i) declaração de nulidade de algumas passagens e cláusulas do Termo de Quitação utilizado no âmbito do Programa de indenização mediada; (ii) que o Programa de indenização mediada prossiga desde que seja pago o valor mínimo de R\$ 1.000,00, por adulto, e de R\$ 1.100,00, por vulneráveis, sem prejuízo do ajuizamento de novas ações pelos atingidos ou do prosseguimento das já propostas, para discutir danos e impactos negativos que superem o referido valor, assegurado o abatimento do montante porventura pago e (iii) impor multa cominatória de no mínimo R\$ 20.000,00, por cada negócio jurídico que firmar em descumprimento ou reiteração de descumprimento das ordens acima requeridas, além de R\$ 300.000.000,00, em caso de interrupção das indenizações nos valores mínimos acima mencionados.

POSIÇÃO

Em 06/12/2016, processo foi suspenso em razão do efeito suspensivo concedido no Agravo de Instrumento no 0905717.72.2016.8.13.0000, que será julgado em 20/04/2017.

2016: 303.210

DESCRIÇÃO

Processo no 0038496-04.2016.8.08.0014 - Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada

pelo Ministério Público do Espírito Santo em face da Fundação Renova requerendo: (i) declarar nulas algumas passagens e cláusulas do Termo de Quitação utilizado no âmbito do PIM em Colatina, (ii) que o PIM prossiga desde que seja pago o valor mínimo de R\$ 1.000,00, por adulto, e de R\$ 1.100,00, por vulneráveis, sem prejuízo do ajuizamento de novas ações pelos atingidos ou do prosseguimento das já propostas, para discutir danos e impactos negativos que superem o referido valor, assegurado o abatimento do montante porventura pago e (iii) impor multa cominatória de no mínimo R\$ 20.000,00, por cada negócio jurídico que firmar em descumprimento ou reiteração de descumprimento das ordens acima requeridas, além de R\$ 300.000.000,00, em caso de interrupção das indenizações nos valores mínimos acima mencionados.

POSIÇÃO

Em 01/12/2016, foi negada a antecipação de tutela pleiteada pelo MPES, e foi aberta fase instrutória para as partes.

2016: 303.210

Total: 606.931

11. PROVISÕES DIVERSAS

A entidade adquire volumes significativos de serviços de terceiros para execução de suas

atividades. Em 31 de dezembro de 2016 alguns de seus fornecedores, por razões diversas, não detinham todos os elementos para emissão de seus faturamentos, de serviços já prestados. Desta forma a administração, com base em seus controles internos e medições, constituiu provisão visando atender ao princípio da competência. O detalhamento de tais serviços encontra-se abaixo:

			2016
Obras civis	(a)		8.082
Locação de equipamentos de apoio	(b)		5.086
Consultoria jurídica	(c)		2.875
Serviços de compensação ambiental e florestal	(d)		807
Diálogo com as comunidades	(e)		703
Consultoria e estudos diversos	(f)		600
Outros	(g)		1.836
			19.989

(a) Obras civis: serviços de construção e manutenção de cercas nas propriedades e estradas, reconstrução das propriedades e infraestrutura da região de Barra Longa, pavimentação asfáltica e bioengenharia para recuperação ambiental.

(b) Locação de equipamentos de apoio: contratos de locação de máquinas e equipamentos para limpeza de propriedades rurais e reparação e conservação de Barra Longa.

(c) Consultoria jurídica: serviços de consultoria para a atuação junto ao Comitê Interfederativo (CIF) e ao Programa de Indenização (PIM).

(d) Serviços de recuperação ambiental e florestal: serviços de plantio de culturas agrícolas, pomares, hortas e formação de pastagem nas propriedades entre os municípios de Mariana a Santa Cruz do Escalvado-MG.

(e) Diálogo com as comunidades: serviços de atendimento ao público nos escritórios dos centros de negociação do PIM.

(f) Consultoria e estudos diversos: serviços de consultoria no diagnóstico e proposição de melhorias nos processos de acompanhamento de contratos de serviços associados a execução de projetos.

(g) Outros: Outras despesas de valores menores relativas a serviços de comunicação, identificação de áreas para irrigação, limpeza de propriedades rurais, assistência aos animais e seguro D&O.

12. OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICAS

As obrigações socioambientais e socioeconômicas compreendem a dotação recebida das mantenedoras e destinadas as despesas finalísticas com os programas socioambientais e socioeconômicas, conforme definido no TTAC.

A composição do saldo de obrigações

socioambientais e socioeconômicas encontra-se detalhada abaixo:

	2016
Programas reparatórios	219.747
Programas compensatórios	227.919
Programas compensatórios – ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico	51.895
	499.561

As obrigações acima referem-se a gastos com projetos a serem executados no prazo de até 12 meses.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio social

A Escritura Pública de Instituição da Fundação descreve que a dotação de bens, a que se refere o artigo 62 do Código Civil, necessária para atender ao objeto da Fundação Renova (Nota 1) corresponderá a soma das parcelas da dotação em dinheiro até o ano de 2018, bem como as parcelas posteriormente indicadas pelo Conselho Curador como necessárias para o cumprimento dos projetos a partir do ano 2019.

Conforme definido no TTAC, a Samarco e suas acionistas, Vale e BHP, proveram e proverão recursos para a Fundação com contribuições, conforme abaixo:

- R\$2.089.682 em 2016, sendo que destes o

montante de R\$1.112.195 foram aplicados diretamente pela Samarco nos programas do TTAC, R\$283.537 foram retidos pela Ação Civil Pública - ACP na cidade de Mariana e R\$693.950 através de depósitos na Fundação.

- R\$1.200.000 em 2017.
- R\$1.200.000 em 2018.

De 2019 a 2021, as contribuições anuais à Fundação serão de valor suficiente para cobrir a previsão de execução dos projetos de reparação e compensação para cada exercício, conforme TTAC, os valores anuais de referência para essas contribuições serão de R\$800.000 a R\$1.600.000. De 2022 em diante, os valores a serem aportados na Fundação serão baseados no planejamento dos programas aprovados pela Fundação na mesma data. O TTAC não especificou um valor mínimo ou máximo neste período. A partir da assinatura do TTAC, a Fundação alocará um montante anual de R\$240.000, por um período de 15 anos, para a execução de projetos de compensação. Esses montantes anuais já estão incluídos nos valores contidos das contribuições informados para os seis primeiros anos (2016 – 2021). Adicionalmente, uma contribuição de R\$500.000 será destinada a um programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos em determinadas áreas. As parcelas da dotação efetuadas pelas mantenedoras são reconhecidas,

inicialmente, no Patrimônio Líquido e transferidas para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicas no passivo, uma vez que toda dotação recebida das mantenedoras, no contexto do TTAC, são destinados exclusivamente as despesas finalísticas com os programas socioeconômicos e socioambientais. A medida que a Fundação utilizar os recursos aportados pelas mantenedoras com os referidos gastos, os mesmos serão realizados como receitas para contrapor as despesas com os programas

14. RECEITAS

A Entidade tem como fonte de recursos os aportes realizados por suas mantenedoras, assim como por serviços voluntários ofertados por elas e seus Conselheiros. Os valores realizados em 2016 estão demonstrados abaixo:

		2016
Receita operacional - aporte	(a)	194.389
Receitas de contribuições	(b)	4.928
Receitas de Serviços Voluntário - Cedidos	(c)	19.679
Receitas de Serviços Voluntários - Compartilhados	(d)	8.098
Receitas de Serviços Voluntários - Conselheiros	(e)	216
		227.310

(a) Aporte recebido das mantenedoras e aplicado nos respectivos programas no decorrer do ano de 2016.

(b) Valores recebidos da mantenedora principal, Samarco, para custear as despesas administrativas da Fundação.

(c) Diversos empregados (469 profissionais – não auditado) das mantenedoras, Samarco e Vale, se dedicaram integralmente as atividades da Fundação ao longo de 2016. Estes empregados foram cedidos pelas mantenedoras, tendo em vista que a Fundação encontra-se em processo de estruturação e os programas de sua responsabilidade, iniciados pela Samarco, não poderiam ser descontinuados. As mantenedoras cederam seus empregados, mas não cobram por estes serviços. Os montantes de 2016 representam o somatório dos salários, encargos e benefícios destes empregados, dispendidos por cada mantenedora.

(d) Parte dos serviços administrativos necessários para o funcionamento da Fundação, são executados pela mantenedora principal, Samarco, de forma gratuita, ou seja, estes serviços não são pagos pela Fundação. Tais serviços são compostos essencialmente por funções meramente administrativas, principalmente: financeiro, tecnologia da informação, compras, departamento de pessoal, entre outros.

Os montantes foram escriturados considerando os valores de custo com a

prestação de tais serviços apurados pela mantenedora, que por sua vez controla todos os dispêndios realizados para execução dos mesmos.

(e) Referem-se as horas doadas pelos Conselheiros que compõe o Conselho Curador da Fundação, que prestam serviços de forma voluntária. O valor destes serviços foi calculado considerando as horas dedicadas (1.194 horas em 2016 – não auditado) pelos 7 Conselheiros ao longo dos meses de agosto a dezembro, multiplicado pela taxa horária de cada um (R\$ 181,35 em média – não auditado). Os demais Conselhos não realizaram reuniões no ano de 2016.

15. DESPESAS OPERACIONAIS COM PROGRAMAS

As despesas operacionais com os programas da Entidade referem-se aos gastos incorridos no período com programas de reparação e compensação socioambiental e socioeconômico previstos no TTAC. Os quadros abaixo demonstram a abertura dos gastos por grupo de medidas e por programa, no exercício de 2016:

		2016
Programas socioambientais – Reparação	(a)	60.161
Programas socioeconômicos – Reparação	(a)	125.210
Programas socioambientais – Compensação	(b)	2.057
Programas socioeconômicos – Compensação	(b)	6.961
		194.389

(a) Programas – Reparação

Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do rompimento da barragem.

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS	2016
Recuperação da área Ambiental 1	32.040
Conservação da Biodiversidade aquática	462
Sistemas de abastecimento de água	2.881
Gestão de riscos ambientais	49
Investigação monitoramento da água	18.669
Gerenciamento dos programas	6.060
	60.161
PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS	2016
Medidas Mitigatórias Emergenciais	10.727
Levantamento cadastro dos impactados	7.109
Ressarcimento Indenização Impactados	6.447
Proteção dos povos indígenas	4.599
Programa de proteção social	300
Comunicação e diálogo	4.453
Assistência aos animais	1.496
Reconstrução de Bento, Paracatu e Gesteira	1.219
Recuperação de infraestrutura impactada	12.425
Recuperação de escolas	11
Preservação da memória histórica	5.463
Apoio ao turismo, cultura e esporte	1.327
Saúde física e mental dos impactados	4.931
Retomada da atividade agropecuária	2.480
Recuperação de micro e pequenos negócios	59
Auxílio financeiro dos impactados	61.725
Ressarcimento de despesas extraordinárias	439
	125.210

(b) Programas - Compensação

Compreendem medidas e ações que visam compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do rompimento da barragem, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos programas.

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS	2016
Recuperação de APP e Controle de Erosão	1.300
Sistemas de abastecimento de água	14
sistema de dedução ambiental	115
Preparação de emergência ambiental	433
Comunicação nacional e internacional	195
	2.057
PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS	2016
Ressarcimento de indenização aos impactados	6.961
	6.961

16. DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVAS

A composição das despesas administrativas encontra-se detalhada abaixo. Estas despesas se caracterizam como sendo as necessárias para manutenção das atividades operacionais da Fundação, não estando ligadas diretamente a execução dos programas. Incluem-se nestas as despesas reconhecidas referente aos serviços voluntários recebidos pela Entidade.

	Nota	2016
Consultoria jurídica		3.096
Pessoal próprio		1.820
Seguro		351
Serviços contratados		320
Viagens		178
Outros gastos		68
Serviço voluntário empregados cedidos	14.b	19.679
Serviço voluntário compartilhado	14.c	8.098
Serviço voluntário conselheiros	14.d	216
		33.826

17. RESULTADO FINANCEIRO

O detalhamento do resultado financeiro está representado como segue:

RECEITA FINANCEIRA	2016
Rendimentos com aplicações financeiras	2.585
	2.585
DESPESAS FINANCEIRAS	2016
Tarifas bancárias	(1)
IOF – imposto sobre operações financeiras	(5)
	(6)

18. PARTES RELACIONADAS

Em 2016 as mantenedoras realizaram contribuições conforme detalhado abaixo. Estas contribuições não constituem passivos da Fundação para com os mesmos.

	2016
Samarco Mineração S.A.	221.390
Vale S.A.	238.744
BHP Brasil Ltda.	238.744
	698.878

19. COMPROMISSOS (COMMITMENTS)

A Fundação possui contratos de longo prazo de serviços, conforme mostra a tabela a seguir:

SERVIÇOS CONTRATADOS	
Até 1 ano	673.002
De 1 a 2 anos	6.298
De 2 a 3 anos	3.002
De 3 a 5 anos	1.904
Total 2016	684.206

20. COBERTURA DE SEGUROS

A fim de mitigar parcialmente os riscos e considerando a natureza de suas operações, a Fundação contrata algumas modalidades de apólices de seguro em linha com as diretrizes de seus comitês de gestão e são semelhantes às apólices contratadas por outras fundações na mesma linha de atuação da Fundação.

As coberturas dessas apólices incluem: seguro de vida e de acidentes pessoais de empregados, seguro de responsabilidade civil entre outros.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS

CONSELHO CURADOR

#	Entidade		Nome
1	BHP Brasil Ltda.	Titular	Ian Burton Wood
2	BHP Brasil Ltda.	Titular	Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão
3	BHP Brasil Ltda.	Suplente	Sergio Consoli Fernandes
4	BHP Brasil Ltda.	Suplente	Luis Fernando Madella Athayde
5	Vale S.A.	Titular	Wilson Márcio Depes
6	Vale S.A.	Titular	Luiz Soresini
7	Vale S.A.	Suplente	Eustaquio Coelho Lott
8	Vale S.A.	Suplente	Ricardo Eugênio Jorge Saad
9	Samarco Mineração S.A.	Titular	Celso Castilho De Souza
10	Samarco Mineração S.A.	Titular	Wilson Nélio Brumer
11	Samarco Mineração S.A.	Suplente	Jose Carlos Gomes Soares
12	Samarco Mineração S.A.	Suplente	Rafael Tiago Juk Benke
13	Comitê Interfederativo	Titular	Fábio José Feldmann
14	Comitê Interfederativo		Não indicado até a presente data

CONSELHO FISCAL

#	Entidade	Nome
1	Fundação Renova	Carlos Henrique Ribeiro
2	BHP Brasil Ltda.	Edgar Augusto Alfonso Vargas
3	Vale S.A.	Murilo Müller
4	Samarco Mineração S.A.	Luís Eduardo Fischman
5	União	Não indicado até a presente data
6	Estado de MG	Rafael Amorim
7	Estado do ES	Rodrigo Lubiana Zanotti

CONSELHO CONSULTIVO

#	Entidade	Nome
1	CBH Rio Doce	Senisi de Almeida Rocha
2	CBH Rio Doce	João Lages Neto
3	CBH Rio Doce	José Geraldo Rivelli Magalhães
4	CBH Rio Doce	Hernani Ciro Santana
5	CBH Rio Doce	Carlos Alberto Sangália
6	Comitê Interministerial para Recursos do Mar	Não indicado até a presente data
7	Comitê Interministerial para Recursos do Mar	Não indicado até a presente data
8	Especialista (indicação MPF)	Não indicado até a presente data
9	Especialista (indicação MP MG e ES)	Alceu Torres Marques
10	Especialista (indicação Conselho Curador)	Cláudio Bruzzi Boechat
11	Especialista (indicação Conselho Curador)	Não indicado até a presente data
12	Especialista (indicação CIF)	Igor Rodrigues de Assis
13	Comunidade (MG - indicação CIF)	Não indicado até a presente data
14	Comunidade (MG - indicação CIF)	Não indicado até a presente data
15	Comunidade (MG - indicação CIF)	Não indicado até a presente data
16	Comunidade (ES - indicação CIF)	Andrea Aparecida Ferreira Anchieta
17	Comunidade (ES - indicação CIF)	Élcio José Souza de Oliveira

MEMBROS DO CIF

Representação	Órgão	Titular	Suplente
MMA	Ibama	Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo	Ana Alice Biedzicki de Marques
	ANA	Vicente Andreu	Gisela Damm Forattini
Governo Federal	Casa Civil	-	Isabele Villwock Bachtold
	Segov	João Mendes da Rocha Neto	Luciano de Oliveira Gonçalves
Governo MG	Semad/MG	Germano Luiz Gomes Vieira	Zuleika Stela Chiacchio Torquette
	Secir/MG	Izabel Cristina Chiodi de Freitas	Wesley Cantelmo
Governo ES	Sedurb/ES	João Carlos Coser	Marinely Santos Magalhães
	Seama/ES	Aladim Fernando Cerqueira	Andreia Pereira Carvalho
Representação Municípios MG	Prefeitura	Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior - Pref. Mariana	André Luiz Coelho Merlo - Pref. Governador Valadares
		Silvério Joaquim Aparecido da Luz - Pref. Rio Doce	Wellington Moreira de Oliveira - Pref. Caratinga
		Guerino Luiz Zanon - Pref. de Linhares	José Barros Neto (Neto Barros) - Pref. Baixo Guandu
Representação Municípios ES	Prefeitura	Leonardo Deptulski	Carlos Eduardo Silva

DIRETORIA FUNDAÇÃO RENOVA

Diretor-presidente
Roberto Silva Waack

**Diretora de
Desenvolvimento Institucional**
Andrea Aguiar Azevedo

Diretor de Projetos
Marcelo Eduardo Figueiredo

RELATO DE ATIVIDADES

Realizado pela equipe de Comunicação,
com o apoio de todas as áreas e Programas da Fundação Renova

Coordenação do Relato de Atividades
Bárbara Braga Paulino

Consultoria
Nelmara Arbex (Arbex & Company)

Texto
Report Sustentabilidade (Álvaro Almeida e Janice Kiss)

Direção de Arte e Projeto Gráfico
Fabio Issao, Caco Neves e Bruno Oliveira

Ilustrações
Bruno Oliveira

Fotografia
Ricardo Corrêa, Alexandre Battibugli e Nitro

Infografia
Victor Farat (Design de Conversas)

Revisão
César Ribeiro (Assertiva)

Impressão
Imprimaset

O nosso objetivo é fornecer uma apresentação equilibrada e razoável do desempenho da Fundação. Estamos empenhados em melhorar progressivamente nossos sistemas de preparação de relatos e nos esforçamos para apresentar informações úteis e precisas. Embora todos os esforços tenham sido feitos para garantir a precisão das informações apresentadas neste Relato, lembramos os leitores que os dados são derivados de nossas diversas atividades em toda a bacia do Rio Doce, e a complexidade destas atividades pode influenciar o nível de acurácia das informações apresentadas na parte não financeira deste Relato. Os dados financeiros apresentados nas páginas 96 a 109 foram auditados pela PWC, e a opinião da auditoria é apresentada na página 97.

Pedimos a qualquer pessoa que pretenda usar os dados apresentados neste Relato, ou que busque informações mais detalhadas, que contate a Fundação para verificação e assistência.

A administração da Fundação é responsável pelas informações apresentadas neste Relatório.

Fundação Renova



www.fundacaorenova.org



plus.google.com/+FundacaorenovaOrg



www.facebook.com/fundacaorenova



www.instagram.com/fundacaorenova/



www.linkedin.com/company/fundação-renova



www.youtube.com/fundacaorenova